

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

CNPJ/MF nº 13.733.490/0001-87

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Circulante		80.187.745	165.143.234	108.362.506	185.178.194
Caixa e equivalentes a caixa	4	49.175.274	140.808.549	51.253.805	142.701.819
Contas a receber	5	19.929.884	20.125.940	31.572.783	27.829.085
Impostos e contribuições a recuperar		3.717.917	2.153.552	3.978.196	6.618.650
Despesas antecipadas		503.052	58.434	709.850	238.181
Adiantamentos a fornecedores		6.766.678	1.879.194	20.721.024	7.615.899
Outros ativos		94.940	117.565	126.848	174.560
Não circulante		1.205.673.411	981.268.532	1.275.407.746	1.042.526.283
Contas a receber	5	473.220	359.108	484.207	370.994
Partes relacionadas	17	526.376	539.104	-	-
Receitas a faturar	5 e 6	13.292.504	13.648.037	36.570.419	29.309.333
Outros ativos não circulantes		9.038.923	-	9.039.443	519
Ativo imobilizado	7	432.427.772	390.095.312	909.324.631	720.525.418
Ativos de direito de uso	8	327.923.738	301.209.941	319.989.046	292.320.919
Investimento em empresas controladas	9	421.990.878	275.417.030	-	-
Total do ativo		1.285.861.156	1.146.411.766	1.383.770.251	1.227.704.478
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante		133.364.502	116.524.457	159.531.792	139.798.788
Contas a pagar	10	14.854.310	10.523.531	22.646.585	16.582.980
Provisões	11	21.274.764	10.296.601	23.461.039	11.973.356
Partes relacionadas	17	-	-	-	-
Obrigações trabalhistas	12	9.154.363	9.149.861	15.642.888	14.768.959
Debêntures	14	-	25.000.000	-	25.000.000
Passivos de arrendamento	8	85.598.515	58.942.136	92.889.760	63.326.550
Impostos a pagar	13	2.453.633	2.601.700	4.521.498	7.753.581
Outros passivos		28.917	10.627	370.022	393.362
Não circulante		1.021.181.388	828.483.090	1.096.860.764	890.421.362
Debêntures	14	620.000.000	468.750.000	620.000.000	468.750.000
Passivos de arrendamento	8	290.749.245	279.093.556	274.175.280	264.594.962
Provisão para desmobilização	15	71.380.403	50.891.647	119.373.700	88.434.318
Partes relacionadas	16	39.051.740	29.747.887	83.311.784	68.642.083
Patrimônio líquido		131.315.266	201.404.219	127.377.695	197.484.327
Capital social integralizado	18	355.212.000	355.212.000	355.212.000	355.212.000
Capital social a integralizar		(20.316.569)	(20.316.569)	(20.316.569)	(20.316.569)
Lucros (prejuízos) acumulados		(203.580.165)	(133.491.212)	(203.580.165)	(133.491.212)
Capital social integralizado		131.315.266	201.404.219	131.315.266	201.404.219
Lucros (prejuízos) acumulados		-	-	24.010	24.010
Participação dos não controladores		-	-	(3.961.581)	(3.943.902)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.285.861.156	1.146.411.766	1.383.770.251	1.227.704.478

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
19	174.993.340	146.951.856	259.732.106	204.734.095
20	(75.331.331)	(69.252.949)	(104.720.731)	(89.774.788)
20	(9.720.384)	(5.746.818)	(13.674.496)	(9.067.512)
	(85.051.714)	(74.999.768)	(118.395.227)	(98.842.300)
	89.941.626	71.952.088	141.336.879	105.891.795
9	11.753.848	2.692.743	-	-
7	(1.940.824)	(7.608.857)	(3.279.690)	(8.000.791)
20	(44.817.262)	(38.401.795)	(75.960.729)	(64.782.251)
	54.937.387	28.634.179	62.096.460	33.108.753
	(109.324)	(290.000)	(109.324)	(332.815)
23	9.934.753	9.763.503	11.888.120	10.711.395
23	(134.851.769)	(77.442.742)	(136.409.190)	(77.753.149)
	(125.026.340)	(67.969.239)	(124.630.394)	(67.374.569)
	(70.088.953)	(39.335.060)	(62.533.934)	(34.265.816)
21	-	-	(7.572.699)	(5.082.567)
	(70.088.953)	(39.335.060)	(70.106.632)	(39.348.383)
	-	-	(70.088.953)	(39.335.060)
	-	-	(1.680)	(1.323)
	-	-	(70.106.632)	(39.348.383)
	29.601	29.601	29.601	29.601
	(2.638)	(1.407)	(2.368)	(1.407)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
	(70.088.953)	(39.335.060)	(70.106.632)	(39.348.383)
	-	-	(70.106.632)	(39.348.383)
	-	-	(70.106.632)	(39.348.383)
	-	-	(17.680)	(13.323)
	-	-	(70.106.632)	(39.348.383)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
	(70.088.953)	(39.335.060)	(62.533.934)	(34.265.816)
	-	-	-	-
7	45.594.467	43.005.667	71.052.397	64.903.604
8	35.681.604	30.476.825	41.602.234	31.742.451
	46.546.019	39.478.176	46.020.911	38.492.500
	(1.471.651)	-	(1.026.461)	-
	(40.154)	75.781	(226.973)	306.580
7	2.390.250	7.860.357	4.070.715	8.256.092
	5.234.123	1.255.585	5.234.123	1.255.585
15	20.488.756	24.974.992	30.939.382	59.038.299
9	(11.753.848)	(2.692.743)	-	-
	122.098	(4.505.043)	(3.630.837)	(4.576.950)
	(1.564.365)	(1.696.940)	2.640.454	(5.437.421)
	12.729	125.551	(2)	118.273
	355.533	(463.412)	(7.261.085)	(4.950.836)
	(14.348.400)	(514.036)	(22.568.005)	(3.671.813)
	15.308.941	5.793.258	17.551.288	7.334.150
	4.502	3.138.482	873.930	5.128.573
	(129.777)	1.609.790	(3.255.423)	5.475.021
	72.341.875	108.587.230	119.482.714	169.148.291
	-	-	(7.572.699)	(5.082.567)
7	(95.551.301)	(56.719.513)	(269.156.449)	(186.161.610)
9	(134.820.000)	(73.170.000)	-	-
	(230.371.301)	(130.429.513)	(269.156.449)	(186.161.610)
	-	-	-	-
16	9.303.852	3.252.060	14.669.700	5.362.492
14	176.960.030	216.771.232	176.960.030	216.771.232
	(50.710.030)	(33.863.610)	(50.710.030)	(33.863.610)
	(46.546.019)	(39.478.176)	(46.020.911)	(38.492.500)
	(22.611.683)	(18.416.565)	(29.100.371)	(21.335.197)
	66.396.151	128.264.941	65.948.418	128.442.417
	(91.633.275)	106.422.657	(91.448.015)	106.346.530
	140.808.549	34.385.892	142.701.819	36.355.288
	49.175.274	140.808.549	51.253.805	142.701.819

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em	Capital social		Prejuízos dos Sócios da Controladora	Participação dos não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Integralizar	Reservadas			
Em 31/12/2020	355.212.000	(20.316.569)	(94.156.152)	(3.906.569)	236.832.710
Prejuízo do exercício	-	-	(39.335.060)	(13.323)	(39.348.383)
Em 31/12/2021	355.212.000	(20.316.569)	(133.491.212)	(3.919.892)	197.484.327
Prejuízo do exercício	-	-	(70.088.953)	(17.679)	(70.106.632)
Em 31/12/2022	355.212.000	(20.316.569)	(203.580.165)	(3.937.571)	127.377.695

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. ("QMC Telecom" ou "Companhia") foi constituída em 17/05/2011. A Companhia desenvolve, adquire, opera e gerencia macro sites, roof tops e small cells no Brasil e tem como principal acionista QMC Telecom Brasil, L.P. Durante o exercício de 2013, a Companhia investiu em uma nova empresa, Paraná Terras Ltda, que é 99,99% controlada pela mesma. A principal atividade da Paraná Terras Ltda. é de compra e venda ou arrendamento de imóveis, bem como a locação dos mesmos a terceiros. No final de outubro de 2019, a sócia QMC Telecom Brasil, L.P. cedeu e transferiu 2.570 quotas de sua titularidade para a QMC DAS Brasil, L.P., que ingressou assim na sociedade assumindo todos os direitos e obrigações constantes no Contrato Social. Por sua vez, a QMC DAS Brasil, L.P. integralizou as 2.570 quotas em bens, mediante a contribuição das 3.084.177 quotas que detém do capital social da QMC DAS do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda., que foi constituída em 11/03/2014, tendo como objeto o desenvolvimento, aquisição, operação e gerenciamento de infraestruturas e sistemas de antenas distribuídas indoor e outdoor para telecomunicações no Brasil. Com esta transação, a QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. passa a ter 99,99% das quotas da empresa QMC DAS do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda. Além disso, por conta desta cessão e transferência com posterior contribuição de quotas da empresa QMC DAS do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda., a QMC Telecom do Brasil passa a ter participação de 51% em uma empresa controlada pela QMC DAS citada anteriormente denominada QUEST Telecomunicações do Brasil Ltda., que tem por objeto explorar serviços de comunicação multimídia prestados no âmbito nacional e internacional e prestação de serviços de acesso à internet. Os demais 49% desta empresa pertencem à QMC DAS Brasil, L.P. Considerando as transações acima descritas, passamos a chamar a Companhia e suas controladas de "Grupo". Também em outubro de 2019 ocorreu a transformação do tipo jurídico da Sociedade, de sociedade limitada para sociedade anônima, que passará a ser regulada pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Desta maneira, ocorreu então a alteração da denominação social da Sociedade para QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura SA. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e suas controladas em 31/12/2022. O controle obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Base de consolidação a partir de 01/01/2022: As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem:

Nome	Principal atividade	País-sede	% participação	
			2022	2021
Paraná Terras Ltda.	Compra e venda ou arrendamento de imóveis, bem como a locação dos mesmos a terceiros.	Brasil	99,99%	99,99%
QMC DAS do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda.	Desenvolvimento, aquisição, operação e gerenciamento de infraestruturas e sistemas de antenas distribuídas indoor e outdoor para telecomunicações.	Brasil	99,99%	99,99%
Quest Telecomunicações Ltda.	Exploração de serviços de comunicação multimídia prestados no âmbito nacional e internacional e prestação de serviços de acesso à internet.	Brasil	99,84%	(*)

(*) Quest Telecomunicações é controlada pela QMC DAS do Brasil, por sua vez é controlada pela QMC Telecom do Brasil. Por isso, o Grupo considera a empresa Quest em sua consolidação de Grupo. **2.2. Classificação corrente versus não corrente:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos quando aplicados, são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. b) Operações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício, são reconhecidos na demonstração do resultado, em rubrica de receitas e despesas financeiras. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.4. Gestão de risco financeiro:** As atividades do Grupo podem expor a alguns riscos financeiros, tais como risco de crédito e risco de liquidez: (i) O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes,

instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. Com relação a Contas a receber de clientes e ativos de contratos, o Grupo aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. A demonstração destas perdas está na Nota Explicativa 8. (ii) Sob o aspecto do risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito comprometidas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldo em espécie no caixa e saldo em conta corrente bancária, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta

valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ativo é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa a qual o ativo esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ativo alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Para o impairment foi utilizada como métrica: a base ao valor líquido dos ativos de imobilizado operacionais que são fonte de geradora de caixa na cessão de infraestruturas, realizando comparação com projeções como: possível valor futuro de venda ativo baseado em múltiplo de tower cash flow gerado e, expectativa de receita futura baseado no período remanescente de cada contrato com cliente. Sendo que dos dois o menor para o registro de provisão para impairment. **2.11. Contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.12. Empréstimos e debêntures:** Os empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos, pois não é possível a identificação exata da parcela que poderia ser diretamente atribuída à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos. **2.13. Provisão para custos de desativação ou desmobilização:** A provisão é constituída tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres, rooftops, DAS e small cells, instalados em imóveis alugados de terceiros, de forma a registrar a melhor estimativa, a valor de mercado, do montante de recursos necessários, ajustados à taxa de fluxos de caixa contratuais e monetários nos ativos e passivos de longo prazo em caso de desmobilização do ativo. **2.14. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, por meio de aplicação de uma taxa de desconto acrescida dos efeitos de impostos sobre o lucro, que reflete as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é contabilizado como despesa financeira. **2.15. IRPJ e CSLL corrente e diferido:** As despesas de IRPJ e CSLL do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Neste caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de IRPJ e a CSLL corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IRPJ e a CSLL corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **2.16. Reconhecimento da receita:** O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo. A receita é reconhecida quando o serviço/aluguel é prestado. A receita da Companhia de arrendamento mercantil, incluindo cláusulas de inflação fixas presentes em contratos de arrendamento, é reportada linearmente ao longo do prazo dos contratos de arrendamento quando a receita é razoavelmente assegurada. As cláusulas de escalabilidade ligadas a índices baseados na inflação e outros incentivos presentes em contratos de arrendamento com os clientes do Grupo são excluídos do cálculo linear. Com relação a receita de aluguel de terreno/espaco será constituída após o pagamento linear (QMC ao proprietário do mesmo, isto é, ocorre primeiro o pagamento do custo para depois a Companhia reconhecer a receita deste reembolso. **2.17. Ajuste de valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **2.18. Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Grupo como arrendatário:** O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, de acordo com o prazo de contrato de cada arrendamento. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **Grupo como arrendador:** Arrendamentos para os quais o Grupo não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. **2.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 01/01/2021 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).** As alterações aos pronunciamentos acima são

em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade contábil, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 01/01/2022. **Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato:** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que o Grupo não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocamento de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. O Grupo aplicou as alterações aos contratos para os quais não cumpriu todas as suas obrigações no início do período de reporte. Antes da aplicação das alterações, o Grupo não havia identificado nenhum contrato como oneroso, pois os custos inevitáveis nos contratos, que eram os custos de cumprimento, compreendiam apenas custos incrementais diretamente relacionados aos contratos. Como resultado das alterações, alguns outros custos diretamente relacionados foram incluídos pelo Grupo na determinação dos custos de cumprimento dos contratos. O Grupo reconheceu, assim, uma provisão contratual onerosa em 01/01/2022, que aumentou a partir de 31/12/2022 (Nota 20). De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica as alterações aos contratos para os quais ainda não cumpriu todas as suas obrigações, no início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial e não representou suas informações comparativas. **Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido:** A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. De acordo com as regras de transição, o Grupo aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado. **Referências à Estrutura conceitual:** As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Leases, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. **IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards – Subsidiária como adotante pela primeira vez:** A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo por não ser um adotante pela primeira vez. **IFRS 9 Financial Instruments – Taxas no teste de "10 por cento" para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros):** A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros do Grupo durante o período. **IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola):** A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo. **2.20. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 – Contratos de Seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (CPC 50 – Contratos de Seguro de que substituiu o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 01/01/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica ao Grupo. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 01/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 01/01/2023 e aplicação para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 01/01/2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. O Grupo está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em maio de 2021, o Conselho divulgou altera-

ções ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. O Grupo está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** **Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Grupo como arrendatário):** O Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. O Grupo não possui muitos contratos de arrendamento (como arrendatário) que incluem opções de renovação e rescisão. O Grupo aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, o Grupo reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Historicamente, o Grupo tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, que são basicamente referentes ao escritório (administrativo), impressoras e máquinas de café. E, por serem contratos de valores não significativos, administrativos e de período não tão longos, a administração decidiu pela não aplicação da norma CPC 06 (R2) Arrendamento Mercantil para estes casos. **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. **Provisão por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. **Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão é baseada no envelhecimento da carteira de contas a receber vencida, que agrupa e soma todas as contas pendentes por idade e se aplicam percentuais especificados abaixo. O resultado obtido desta primeira análise representará o valor inicial estimado não recuperável para a provisão. Este valor total será ajustado posteriormente de acordo com características específicas de cada um de nossos clientes. A base de cálculo inicial está de acordo com a base do nosso mercado de atuação, e os percentuais são:

Quantidade de dias vencidos	Porcentual a aplicar
0-30 dias	Não considerado para cálculo da PCLD
31-60 dias	Porcentual incobrável 2%
61-90 dias	Porcentual incobrável 14%
91-120 dias	Porcentual incobrável 25%
Mais de 120 dias	Porcentual incobrável 40%

Sobre o resultado apurado com base no quadro acima, vamos também aplicar um delta que será calculado por cliente. Este delta é um ajuste porcentual no total do resultado por envelhecimento de carteira para cada cliente, baseado na relação comercial, compromisso de negócios futuros, contratos, posição financeira do cliente e a disponibilidade de o cliente realizar o pagamento do compromisso.

Análise de:	%
Relevância	0% - 20%
Pipeline	0% - 20%
Saúde financeira	0% - 20%
Disposição para discutir sobre a dívida	0% - 20%

A atualização dessas taxas de perda é realizada anualmente, com a finalidade de identificar em cada período possíveis variações que tenham impacto relevante. **Provisão para desmobilização:** O Grupo efetua o cálculo da estimativa para amortização da provisão de desmobilização tendo como base os estudos realizados por seus engenheiros e especialistas, que levam em consideração dados da indústria e estimativas do período de desmobilização das torres, roof tops e sistemas DAS. O período considerado para a amortização é o do contrato de arrendamento, e não é considerado nenhum período de renovação por não termos 100% de certeza que o contrato realmente será renovado. **Baixa de imobilizado em andamento:** O Grupo efetua a análise mensal de seu imobilizado em andamento observando o estágio de cada projeto. A política para análise da elegibilidade de baixa para perda inclui uma análise pelas diretorias Comercial e Operações. Consideram o estágio para definir se o projeto desenvolverá ou não ser baixado como perda. **Determinação do prazo de arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de galpões e equipamentos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). • Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. • Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a interrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado. A maioria das opções de prorrogação em arrendamentos de escritórios e outros equipamentos não foi incluída no passivo de arrendamento porque o Grupo pode substituir estes ativos sem custo significativo ou interrupção nos negócios.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixas e bancos	34.926	195.929	52.863	238.748
Aplicações financeiras	49.140.347	140.612.620	51.200.942	142.463.071
	49.175.274	140.808.549	51.253.805	142.701.819

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de renda fixa, por meio de Certificados de Depósito Bancário (CDB) que oferecem uma rentabilidade que aumenta conforme o prazo de permanência dos recursos aplicados. A rentabilidade é diária e atrelada à taxa do DI (taxa média dos depósitos interfinanceiros, calculada e divulgada diariamente pela CETIP), com vencimento menor que 90 dias, e são remunerados a uma taxa de 98% do CDI para 2022 e 2021.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Clientes	22.049.877	22.286.087	33.801.027	30.284.302
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.119.993)	(2.160.147)	(2.228.244)	(2.455.217)
Receita a faturar	13.292.504	13.648.037	36.570.419	29.309.334
Depósitos garantia	473.220	359.108	484.207	370.095
	33.695.608	34.133.085	68.627.408	57.508.514

As movimentações de contas a receber de cliente é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 31/12/2020				
Adição	7.211.931	(13.361.741)		
Recuperação	10.664.794	30.284.302		
Provisão	(3.225.394)	(36.508.291)		
Saldo em 31/12/2021				
Adição	43.250.410	33.801.027		
Recuperação				
Provisão				
Saldo em 31/12/2022				

As contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento em 31/12/2022 e 2021, e não incluem receitas a faturar e depósito em garantia:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Títulos a vencer	16.836.686	14.695.476	26.304.806	18.758.409
Títulos vencidos até 30 dias	2.127.764	3.470.618	2.687.056	4.406.714
Títulos vencidos de 31 a 60 dias	168.906	877.918	310.137	1.503.162
Títulos vencidos de 61 a 90 dias	106.786	259.857	221.153	690.796
Títulos vencidos de 91 a 120 dias	219.702	111.992	775.721	438.577
Títulos vencidos de 121 a 150 dias	3.027	156.242	128.102	507.625
Títulos vencidos de 151 a 180 dias	3.027	495.000	101.269	845.134
Títulos vencidos a mais de 181 dias	2.583.979	2.218.984	3.272.784	3.133.885
	22.049.877	22.286.087	33.801.027	30.284.302

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

A política de provisão para crédito de liquidação duvidosa consiste na provisão de títulos vencidos há mais de 30 dias conforme estimativa e regras explicadas anteriormente no Item 3 Estimativas e Premissas. São estimadas com base em padrões de pagamento, vencimentos das faturas e pagamentos recebidos históricos e incorporam mudanças nas condições econômicas que podem não ser refletidas nos montantes históricos, tais como clientes em falência, liquidação ou reorganização. A movimentação do saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Table with columns: 2022, 2021, 2022, 2021. Rows: Saldo inicial, Adições, Baixas, Saldo final.

6. Receitas a faturar: O Grupo possui contratos de longo prazo assinados com os seus clientes, onde em alguns casos há cláusulas de período de carência (desconto). Esta carência está descrita em cada contrato, e cada um possui um período e percentuais definidos. Por se tratar de contratos de aluguel de longo prazo, o reconhecimento da receita até 2018 seguiu os preceitos descritos no CPC 06 (R1) - Operação de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, isto é, o Grupo reconheceu a receita de forma linear com base na duração dos contratos que possuem a cláusula do período de carência. A partir de 2019, seguiu-se os preceitos descritos no CPC 06 (R2) - Arrendamentos, isto é, o Grupo reconheceu a receita de forma linear com base na duração dos contratos que possuem a cláusula do período de carência. O valor das Receitas a faturar está ilustrada no quadro demonstrativo da Nota 5 - Contas a receber. 7. Ativo imobilizado e intangível

Table with columns: Terrenos e Direito de Superfície, Torres Small cells DAS, Desmobilização em Andamento, Imobilizado em Andamento, Móveis e Utensílios, Computadores Sistema e Outros Ativos, Controladora Total. Rows: Em 01/01/2021, Adições, Baixas, Impairment, Transferências, Reclassificação, Em 31/12/2021, Adições, Baixas, Impairment, Transferências, Reclassificação, Em 31/12/2022.

Table with columns: Depreciação e amortização acumulada, Em 01/01/2021, Depreciação e amortização, Baixas, Reclassificação, Em 31/12/2021, Depreciação e amortização, Em 31/12/2022.

Table with columns: Valor contábil, Em 31/12/2021, Em 31/12/2022.

Table with columns: Terrenos e Direito de Superfície, Torres Small cells DAS, Desmobilização em Andamento, Imobilizado em Andamento, Móveis e Utensílios, Computadores Sistema e Outros Ativos, Controladora Total. Rows: Em 01/01/2021, Adições, Baixas, Impairment, Transferências, Reclassificação, Em 31/12/2021, Adições, Baixas, Impairment, Transferências, Reclassificação, Em 31/12/2022.

Table with columns: Depreciação e amortização acumulada, Em 01/01/2021, Depreciação e amortização, Baixas, Reclassificação, Em 31/12/2021, Depreciação e amortização, Em 31/12/2022.

8. Arrendamentos: Os arrendamentos firmados pela entidade incluem, principalmente, terrenos arrendados e espaços em terraços de edifícios para a instalação de torres de comunicação para o setor de telefonia móvel, e espaços para instalação de estruturas e sistemas de antenas distribuídas indoor e outdoor para telecomunicações. Informações sobre os arrendamentos para os quais o Grupo é arrendatária são apresentadas abaixo:

Table with columns: Ativo, Passivo, Ativo, Passivo. Rows: Em 01/01/2021, Adições, Amortizações, Ajustes, Custos financeiros, Baixa por pagamentos, Em 31/12/2021, Adições, Amortizações, Ajustes, Custos financeiros, Baixa por pagamentos, Em 31/12/2022.

a) Ativo de direito de uso:

Table with columns: Grenfields, Rooftops, Small Cell, Administrativo, Controladora Total. Rows: Em 01/01/2021, Novos contratos, Ajuste pela inflação, Ajuste pelo aumento da taxa, Ajuste pela redução da taxa, Outros ajustes, Amortização, Em 31/12/2021, Novos contratos, Ajuste pela inflação, Ajuste pelo aumento da taxa, Ajuste pela redução da taxa, Outros ajustes, Amortização, Em 31/12/2022.

Table with columns: Grenfields, Rooftops, DAS, Small Cell, Administrativo, Controladora Total. Rows: Em 01/01/2021, Novos contratos, Ajuste pela inflação, Ajuste pelo aumento da taxa, Ajuste pela redução da taxa, Outros ajustes, Amortização, Em 31/12/2021, Novos contratos, Ajuste pela inflação, Ajuste pelo aumento da taxa, Ajuste pela redução da taxa, Outros ajustes, Amortização, Em 31/12/2022.

Table with columns: Grenfields, Rooftops, DAS, Small Cell, Administrativo, Controladora Total. Rows: Em 01/01/2021, Novos contratos.

b) Passivo de arrendamento

Table with columns: Grenfields, Rooftops, DAS, Small Cell, Administrativo, Controladora Total. Rows: Passivo, Em 01/01/2021, Novos contratos, Ajuste pela inflação, Ajuste pelo aumento da taxa, Ajuste pela redução da taxa, Outros ajustes, Juros, Pagamento, Em 31/12/2021, Novos contratos, Ajuste pela inflação, Ajuste pelo aumento da taxa, Ajuste pela redução da taxa, Outros ajustes, Juros, Pagamento, Em 31/12/2022.

Table with columns: Grenfields, Rooftops, DAS, Small Cell, Administrativo, Controladora Total. Rows: Passivo, Em 01/01/2021, Novos contratos, Ajuste pela inflação, Ajuste pelo aumento da taxa, Ajuste pela redução da taxa, Outros ajustes, Juros, Pagamento, Em 31/12/2021, Novos contratos, Ajuste pela inflação, Ajuste pelo aumento da taxa, Ajuste pela redução da taxa, Outros ajustes, Juros, Pagamento, Em 31/12/2022.

Table with columns: Cronograma de vencimento dos pagamentos de arrendamento brutos, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027 em diante.

Montante reconhecido no resultado:

Table with columns: Juros sobre passivos arrendamento, Amortização de ativo de direito de uso.

9. Investimento em empresa controlada direta e indireta: A participação societária no Grupo em controlada direta e/ou indireta, avaliada pelo método de equivalência patrimonial é demonstrada a seguir:

Table with columns: Investimento, % de participação, Quantidade de quotas. Rows: Controlada direta, Controlada indireta.

Table with columns: Em 1º de janeiro, Aporte de capital, Equivalência patrimonial, Aporte de capital, Equivalência patrimonial, Em 31 de dezembro.

Os investimentos entre empresas referem-se a aportes de capital efetuados nos montantes acima. Seguem abaixo a demonstração das principais informações financeiras das controladas:

Table with columns: Controladas diretas, Ativo, Passivo, Lucro (prejuízo) líquido do exercício, Ativo, Passivo, Patrimônio líquido, Lucro (prejuízo) líquido do exercício.

10. Contas a pagar: Esta rubrica é composta por contas a pagar a fornecedores recorrentes do Grupo referentes à construção das torres, à manutenção da Companhia e contas a pagar referente à Locação de Terrenos onde as Torres estão instaladas.

Table with columns: Fornecedores a pagar, Proprietários de terrenos a pagar, Total de contas a pagar.

11. Provisões e outras contas a pagar: Referentes à construção das torres, provisão de juros de debêntures com o Banco Itaú e também à manutenção das atividades do Grupo.

Table with columns: Controladora Total, 2022, 2021. Rows: Imobilizado em andamento, Juros de debêntures empréstimos local, Manutenção de sites, Honorários de consultoria adm - RH, Honorários de advogados, Honorários de serv. profissionais, Software, Auditoria, Contingências, Outras provisões diversas.

12. Obrigações trabalhistas

Table with columns: Obrigações trabalhistas a pagar, Provisão para férias e encargos, Provisão para participação nos resultados, Total de provisões de pessoal.

13. Impostos a pagar

Table with columns: Obrigações fiscais a recolher, Impostos retidos a recolher, Encargos trabalhistas a recolher, Total de impostos a pagar.

14. Debêntures: Em 08/02/2022, a QMC Telecom se transformou em uma Sociedade Anônima, e assinamos um novo contrato para emissão de Debêntures com o Bancos Itaú, BNP e MUFG. O contrato tem por vigência 5 anos e taxa de juros de CDI + 3,25% a.a. Os recursos serão utilizados integral e exclusivamente para financiar a construção, aquisição ou melhoria de torres, aquisição de imóveis ou pagamento de compromissos corporativos gerais aprovados previamente pelo credor. A emissão de 500.000 debêntures, equivalente a R\$500.000.000,00, assinadas em 18/11/2019, foram liquidadas em 08/02/2022 no montante integral desta 1ª emissão, os juros foram pagos mensalmente como previsto no contrato. Desta forma, a partir de 08/02/2022 teremos apenas a 2ª emissão de debêntures em nossos Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado e Fluxo de Caixa. Desta maneira, quando analisado o saldo de 2022, observamos o valor total da emissão de Debêntures, que substituiu o antigo contrato de Financiamento.

Table with columns: Controladora Total, 2022, 2021. Rows: Debêntures vencíveis a curto prazo, Juros a pagar sobre debêntures a curto prazo, Juros a transcorrer sobre debêntures a curto prazo, Total de empréstimos e debêntures a pagar a curto prazo.

Table with columns: Controladora Total, 2022, 2021. Rows: Debêntures vencíveis a longo prazo, Juros a pagar sobre debêntures a longo prazo, Juros a transcorrer sobre debêntures a longo prazo, Total de empréstimos e debêntures a pagar a longo prazo.

A Companhia está em cumprimento com os requerimentos do contrato de emissão de debênture em 31/12/2022 e até a data de autorização destas demonstrações financeiras. A emissão das debêntures tem como garantia os ativos do Grupo. As debêntures emitidas pela QMC são de esforços restritos de acordo com a Instrução 476 da CMV. 15. Provisão para desmobilização: O Grupo reconhece o valor justo das obrigações para remover os seus ativos e devolver o local/terreno locado da mesma maneira em que estava quando do fechamento do contrato de locação. Geralmente, os custos associados à retirada dos ativos são capitalizados como parte do valor contábil do ativo e depreciado de acordo com sua vida útil estimada e a obrigação é acumulada até a data estimada da liquidação do passivo. O Grupo atualizou

continuação



continuação

suas premissas usando uma estimativa da obrigação da retirada de seus ativos no ano de 2022, a fim de que estas fiquem alinhadas com a política do Grupo QMC, que resultou em um aumento líquido durante o ano finalizado em dezembro de 2022. O valor justo estimado da obrigação de retirada dos ativos geralmente envolvem descontos nas estimativas de fluxo de caixa futuro. As premissas significativas utilizadas na estimativa das obrigações de retirada de ativos são: tempo de retirada da torre; custo de retirada da torre; tempo e número de renovações de terrenos alugados; expectativa de inflação; e taxas de juros sem risco que se aproximam da taxa de endividamento incremental do Grupo. As alterações no valor contábil das obrigações para retirada de ativos do Grupo foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial - obrigação de retirada de ativos	50.891.647	25.916.655	88.434.318	29.396.019
Despesas acumuladas	4.844.376	4.007.596	6.606.189	7.186.850
Revisão da estimativa	15.644.380	20.967.396	24.333.193	51.851.449
Saldo final - obrig. retirada ativos	71.380.403	50.891.647	119.373.700	88.434.318

16. Partes relacionadas com empresas no exterior - passivo não circulante
A composição das partes relacionadas (NC) em 31 de dezembro era:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
QMC International Holding	18.227.587	9.153.597	26.480.767	12.080.889
QMC DAS LLC	-	-	4.717.335	5.045.381
QMC Telecom USA Corporation	414.786	443.630	762.422	815.441
QMC Telecom Brazil LP	20.409.367	20.150.660	28.448.270	27.797.382
QMC DAS Brazil LP	-	-	22.902.990	22.902.990
Total de Partes Relacionadas (NC)	39.051.740	29.747.887	83.311.784	68.642.083

Tais empréstimos de Longo Prazo com a QMC Telecom Brazil LP e a QMC DAS Brazil LP possuem uma taxa de juros de 1,15% a.a. com vencimento em 15/01/2024. Não foi realizado pagamento de juros e não será realizado até a data de vencimento previsto para o fim do contrato. Em caso de realização de pagamento de valor principal, os juros também serão liquidados. **17. Partes relacionadas com empresas locais:** A Companhia possuía em 2020 um saldo de transações com 2 de seus investidores, ativamente relacionados com a operação local. Em 2021, não ocorreram mais. Tais transações não são caracterizadas como remuneração, visto que a mesma é efetuada pelos controladores e não há repasse de valores à Companhia. Adicionalmente, também possuía transações entre as Empresas Paraná Terras Ltda, QMC DAS do Brasil C.I. Ltda. e Quest Telecomunicações Ltda., que no final do ano de 2019 passaram a ser controladas pela QMC Telecom do Brasil C.I. As transações com partes relacionadas contemplam condições de mercado entre as partes e não possuem prazo de pagamento específicos. Segue a demonstração da distribuição dos valores:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo circulante				
Investidores pessoas físicas	-	-	-	-
Ativo não circulante				
Paraná Terras Ltda.	44.461	60.539	2	-
QMC DAS do Brasil C.I. Ltda.	281.070	241.082	(3)	(2)
Quest Telecomunicações Ltda.	200.845	237.483	-	-
	526.376	539.104	(1)	(2)
Passivo circulante				
Investidores pessoas físicas	-	-	-	-

O pessoal-chave da Administração é composto pela diretoria executiva do Grupo. A remuneração desses profissionais está apresentada a seguir:

	2022	2021
Benefícios de curto prazo - salários	1.848.446	2.114.949
Remuneração variável - bônus	670.140	862.591
Encargos sociais	478.053	542.166
	2.996.640	3.519.705

O conselho administrativo da companhia decidiu aceitar a renúncia de um de seus sócios da Sociedade que impactou na apresentação da remuneração destes profissionais em 2022.

18. Capital Social: No ano de 2019 ocorreu uma integralização no valor de R\$30.840.000 de acordo com a 13ª Alteração do Contrato Social da QMC Telecom do Brasil C.I. Ltda. de 23/10/2019, através da cessão e transferência de quotas realizada pela empresa QMC Telecom Brazil, L.P. para a QMC DAS Brazil, L.P., que ingressa assim na sociedade. Por sua vez, a QMC DAS Brazil, L.P. integralizou 2.570 quotas em bens, mediante a contribuição de 3.084.177 quotas que detém do capital social da QMC DAS do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda. na Companhia QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda., que passa então a deter 99,99% das quotas da QMC DAS do Brasil C.I. Ltda. Em 31/12/2019, o Capital Social da Companhia então era composto por 29.601 quotas, com valor nominal de R\$12.000 por ação. 91,312% das quotas são detidas pela QMC Telecom Brazil, L.P. e 8,682% das quotas detidas pela QMC DAS Brazil, L.P. Em 2022, não houve alteração no Capital Social da QMC Telecom do Brasil C.I. S.A. Porém, com relação às suas empresas controladas, tivemos as seguintes alterações: (a) QUEST Telecom do Brasil Ltda.: em 31/12/2022 o Capital Social da Companhia era composto por 55.000.000 quotas, com valor nominal de R\$1,00 cada, que representa um aumento de R\$25.000.000,00 no capital da Companhia. 99,9109% das quotas são detidas pela QMC DAS do Brasil C.I. Ltda. (b) QMC DAS do Brasil C.I. Ltda.: em 31/12/2022 o Capital Social da Companhia era composto por 29.584.178 quotas, com valor nominal de R\$10,00 cada, que representa um aumento de R\$75.000.000,00 no capital da Companhia. 99,99% das quotas são detidas pela QMC Telecom do Brasil C.I. S.A. **19. Receita operacional líquida**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita de locação de torres, rooftops, Small Cells e DAS	192.830.085	161.930.395	286.626.127	226.264.349

A Diretoria

Impostos sobre receita de locação
Receita líquida
20. Despesas por natureza
Custo direto - reparos e manutenção das Torres/DAS
Custo direto - energia elétrica das torres
Impairment ativo imobilizado
Depreciação de Torres, Small Cell e DAS
Depreciação de ARO
Amortização Intangível
Depreciação de Direito de Uso
Custo direto - outros
Despesas com pessoal
Despesas de escritório
Despesas de viagens
Desp. com honorários profis.
Despesas com impostos e taxas
Despesas com depreciação
Outras despesas
Total do custo das vendas, despesas com vendas e despesas administrativas
Custos com Depreciação e Amortização
Custo da operação
Desp. gerais e admin.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
(17.836.745)	(14.978.539)	(26.894.021)	(21.530.254)	
174.993.340	146.951.856	259.732.106	204.734.095	
4.050.246	3.434.539	4.925.085	3.954.509	
284.748	612.555	3.083.017	3.200.191	
5.234.123	1.255.585	5.234.123	1.255.585	
31.867.821	29.973.072	49.386.276	42.776.400	
10.613.887	9.681.254	14.124.891	15.652.288	
8.436	2.824	886.064	2.824	
32.841.186	29.595.800	40.323.500	31.024.908	
151.267	444.139	432.272	643.671	
22.440.747	22.399.151	42.589.838	41.095.473	
1.391.901	1.157.063	2.389.726	1.721.634	
960.078	443.966	1.900.160	811.487	
2.499.783	3.224.381	3.491.708	3.955.310	
711.787	1.326.106	751.465	1.653.852	
705.944	974.626	1.466.774	1.582.608	
16.107.021	8.876.502	23.371.057	13.961.887	
129.868.976	113.401.562	194.355.956	163.624.551	
75.331.331	68.999.931	104.720.731	89.689.554	
9.720.384	5.999.837	13.674.496	9.152.746	
44.817.262	38.401.795	75.960.729	64.782.251	
129.868.976	113.401.562	194.355.956	163.624.551	

21. IRPJ e CSLL: (a) Demonstração do cálculo dos créditos tributários (encargos) com IRPJ e CSLL:
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL - das operações continuadas
Alíquota nominal combinada do IRPJ e CSLL - %
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação
Reconciliação para a alíquota efetiva
Efeito de resultado de equivalência patrimonial
Imposto diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não constituído
Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido
Outras
Despesa de IRPJ e CSLL
Corrente

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
(70.088.953)	(39.335.060)	(62.533.934)	(34.265.816)	
34%	34%	34%	34%	
23.830.244	13.373.921	21.261.538	11.650.377	
3.996.308	915.533	-	-	
(27.843.644)	(12.938.018)	(31.462.388)	(12.573.222)	
17.092	(1.351.435)	2.611.060	(2.270.930)	
-	-	(7.572.699)	(5.082.567)	
-	-	7.572.699	5.082.567	

O valor na linha de Outras de R\$1.351.435 na Controladora em 2021 refere-se basicamente a uma exclusão no cálculo do IRPJ e CSLL devido a adoção do CPC 06 R2 Arrendamentos e resultado da provisão da desmontagem de ativos (ARO). O IRPJ e a CSLL do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL refere-se apenas ao IRPJ e CSLL corrente, com base no regime de tributação do lucro real com apuração anual. Nos últimos 02 anos a empresa QMC DAS apresentou lucro tributável, e administração da empresa elaborou estudos e projeções de rentabilidade futura para os próximos 05 anos e ao longo de 2022, reconheceu contabilmente o IRPJ e CSLL diferidos ativos calculados com base nos saldos de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre os valores dos saldos das provisões temporárias registrados na parte B do Lalur. Devido a incorporação da Controlada QMC DAS a sua Controladora QMC Brasil Telecom Cessão de Infraestrutura S.A. o registro contábil do IRPJ e CSLL diferidos ativos foram revertidos. **22. Contingências:** Em dezembro de 2022, o Grupo possuía contingências passivas em andamento, cujas avaliações por seus assessores jurídicos foram consideradas de risco provável e registradas nas demonstrações financeiras individuais no montante total de R\$0, e consolidadas, no montante total de R\$42.815. Outras contingências cíveis foram avaliadas como possíveis em dezembro de 2022, e eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$1.611,713. Em 2021, este montante era de R\$1.243.502. Nestes casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **23. Resultado financeiro:** As despesas financeiras são substancialmente compostas pelos juros das debêntures de arrendamento mercantis. As receitas financeiras são decorrentes de uma aplicação dos recursos obtidos deste empréstimo. O detalhamento das despesas financeiras segue abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Rendimento de Aplicação Financeira	(7.264.609)	(6.105.913)	(7.277.150)	(6.112.261)
Descontos Obtidos	(5.174)	(41.311)	(23.024)	(76.080)
Outras Receitas Financeiras	(2.664.970)	(3.616.279)	(4.587.947)	(4.523.054)
	(9.934.753)	(9.763.503)	(11.888.120)	(10.711.395)
Juros de empréstimos e debêntures locais	87.184.324	36.441.702	87.184.324	36.441.777
Juros de empréstimos intercompany	258.706	177.510	650.888	517.518
Juros de arrendamento mercantil	44.930.979	38.520.648	44.520.014	36.952.105
Outros	134.851.769	77.442.742	136.409.190	77.753.149

Os juros de arrendamento mercantil se apresentam líquidas da recuperação de PIS e COFINS.

24. Instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos ao custo amortizado				
31/12/2021				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber			20.125.940	20.125.940
Caixa e equivalentes de caixa			140.808.549	140.808.549
			160.934.489	160.934.489
31/12/2022				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber			19.929.884	19.929.884
Caixa e equivalentes de caixa			69.105.158	69.105.158
			89.035.042	89.035.042
Ativos ao custo amortizado				
31/12/2021				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber			27.829.085	27.829.085
Caixa e equivalentes de caixa			142.701.819	142.701.819
			170.530.904	170.530.904
31/12/2022				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber			31.572.783	31.572.783
Caixa e equivalentes de caixa			51.253.805	51.253.805
			82.826.588	82.826.588
Passivos ao custo amortizado				
31/12/2021				
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e debêntures			523.497.887	523.497.887
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais			22.275.093	22.275.093
			545.772.980	545.772.980
31/12/2022				
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e debêntures			659.051.740	659.051.740
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais			26.462.306	26.462.306
			685.514.046	685.514.046
Passivos ao custo amortizado				
31/12/2021				
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e debêntures			562.392.083	562.392.083
Fornec. e outras obrigações, excluindo obrigações legais			39.105.521	39.105.521
			601.497.604	601.497.604
31/12/2022				
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e debêntures			703.311.784	703.311.784
Fornec. e outras obrigações, excluindo obrigações legais			42.810.972	42.810.972
			746.122.756	746.122.756

25. Eventos subsequentes: Em 15/01/23, a controladora QMC DAS foi incorporada pela controladora QMC Brasil Telecom Cessão de Infraestrutura S.A, tendo como principais objetivos decorrentes dessa incorporação as seguintes justificativas: • As Companhias envolvidas fazem parte do mesmo grupo societário e possuem características afins, dessa forma a incorporação tem como objetivo, beneficiar e otimizar a ordem estrutural, administrativa, econômica e financeira das Companhias, permitindo a redução de custos; • A incorporação visa a extinção da controlada incorporada e sucessão de todos os seus direitos e obrigações pela incorporadora.

Contador: Ricardo Kimura - CRC SP 248.103

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.

CNPJ/MF nº 16.832.157/0001-13

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	660	5.646	Empréstimos e financiamentos	10	4.716	3.229
Contas a receber	7	13.851	12.945	Arrendamento mercantil	11	1.481	137
Estoques		2.231	2.227	Fornecedores		6.821	3.848
Impostos a recuperar		4	1.148	Obrigações sociais		3.256	2.922
Partes relacionadas	13	-	50	Obrigações fiscais		1.319	1.219
Outros créditos		1.193	1.161	Concessão de serviços públicos	12	5.971	5.642
Total do ativo circulante		17.939	23.177	Dividendos a pagar	13	6.645	5.457
Não Circulante				Partes relacionadas	13	3.967	1.413
Realizável a Longo Prazo				Outras obrigações		1.283	729
Aplicações financeiras	6	462	411	Total do passivo circulante		35.459	24.596
Contas a receber	7	515	596	Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	1.258	3.025	Empréstimos e financiamentos	10	76.507	75.315
Depósitos judiciais		26	-	Arrendamento mercantil	11	4.312	-
Outros créditos		-	7	Partes relacionadas	13	5.501	-
Total do ativo não circulante		2.261	4.039	Concessão de serviços públicos	12	63.636	61.215
Total do Ativo		20.200	27.216	Provisão para ações judiciais	14	840	1.146
				Total do passivo não circulante		150.796	137.676
				Total do passivo		168.255	162.272
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	15	48.446	44.214
				Reserva de lucros		32.878	28.784
				Total do patrimônio líquido		81.324	72.998
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		267.579	235.270

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais - A Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Companhia")

foi constituída em 23 de agosto de 2012, com sede na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo. A Companhia é concessionária de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba/SP e possui como objeto a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, inclusive ligações e respectivos instrumentos de medição, bem como a coleta, o afastamento, o tratamento e a disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários. A concessão teve início em novembro de 2012 e tem prazo de duração de 30 anos. Situação financeira: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$17.520 (R\$1.419 em 31 de dezembro de 2021) e apresentou um aumento no saldo do passivo circulante, no montante de R\$10.863, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento no saldo do passivo circulante corresponde, substancialmente, ao aumento das provisões de fornecedores, contas a pagar por partes relacionadas, dividendos a pagar e arrendamento mercantil. No ano de 2022, a Companhia possui várias obras em andamento, o que justifica o aumento no saldo de fornecedores. As obras mais representativas correspondem as ampliações nas estações de tratamento na ETE IV, a construção da Usina Fotovoltaica para a geração de energia solar e o projeto de setorização e gestão de perdas. Adicionalmente, a Companhia vem apresentando lucro operacional e possui, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$28.206 registrado em lucros acumulados (lucros retidos), bem como apresenta caixa gerado nas atividades operacionais em 2022 de R\$43.342 (2021 - R\$27.926). A Administração da Companhia entende que não há indícios de descontinuidade operacional. A Administração da Companhia afirma que, através de suas projeções de fluxos de caixa futuros do seu plano de negócios, terá caixa suficiente para garantir o pagamento de todas as suas obrigações de curto prazo, previstas até o encerramento do exercício de 2023. O plano de negócios aprovado pela Administração da Companhia está pautado em: (i) Equilíbrio contratual aprovado gerando mais recursos; (ii) Monitorar os títulos atrasados para diminuição da inadimplência; (iii) Redução de custos operacionais e aumento da produtividade gerando aumento das margens operacionais. A Administração entende que as ações mencionadas acima possibilitam a manutenção de suas atividades operacionais e garantem a manutenção da caixa necessária para sua operação. Devido à grande importância dos serviços prestados de tratamento de água e esgotamento sanitário, a Companhia continua investindo na ampliação de suas estações de tratamento. Tais investimentos estão totalmente atrelados à expansão das estações de tratamento realizadas nos últimos anos, além de proporcionar o aumento da capacidade da prestação do serviço oferecido pela Companhia. **Impactos do conflito e das sanções relacionadas na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia:** A guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, gera instabilidades econômicas no Brasil e no mundo. Muitos países impuseram e continuam a impor novas sanções a determinadas entidades e indivíduos russos. Sanções também foram impostas à Bielorrússia. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos significativos em sua operação, tendo em vista o fato de a Companhia não transacionar com commodities, não exportar e não possuir operações nesses países. A Administração avalia de forma constante o desdobramento do assunto com o objetivo de implementar medidas para mitigar qualquer impacto em suas operações.

2. Políticas contábeis - 2.1. Base de elaboração:

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A Administração da Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Orientação, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração para emissão em 30 de março de 2023. **2.2. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da Companhia; • Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.3. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo e, ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão para definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizará o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possui acesso na data de mensuração; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Todos os instrumentos financeiros da Companhia são considerados de nível 2. **2.4. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. A contabilização dos instrumentos financeiros é feita de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração. 2.4.1. **Ativos financeiros:** a) **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são reconhecidos no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou, para as quais, a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. b) **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida):** Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. **Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais):** No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os principais ativos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a receber de partes relacionadas, ativo de contrato e outros créditos. Esses ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. c) **Caixa de ativos financeiros (desreconhecimento):** Um ativo financeiro ou parte dele é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • A Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e a Companhia transferir, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou a Companhia nem transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferir o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se - e em que medida - reter os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferir e nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferir o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. d) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas: • Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. • Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas e externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. 2.4.2. **Passivos financeiros:** a) **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Receita Líquida	16	141.574	114.355
Custo dos Serviços Prestados	17	(97.589)	(77.683)
Lucro Bruto		43.985	36.672
Recargas e Despesas Operacionais			
Gerais e administrativas	17	(17.075)	(11.851)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	17	118	640
		(16.957)	(11.211)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		27.028	25.461
Resultado Financeiro			
Recargas financeiras	18	4.349	2.076
Despesas financeiras	18	(23.417)	(20.060)
		(19.068)	(17.984)
Lucro Operacional antes dos Impostos		7.960	7.477
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	19.1	(911)	(1.067)
Diferidos	19.2	(1.767)	(377)
		(2.678)	(1.444)
Lucro Líquido do Exercício		5.282	6.033
Lucro por ação - básico e diluído - R\$		20	0,11
		0,11	0,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Lucro Líquido do Exercício		5.282	6.033
Total do resultado abrangente do período		5.282	6.033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. b) **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Ganhos ou perdas em passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, forem atendidos. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contrários e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Os principais passivos financeiros da Companhia são: empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas, concessão de serviços públicos e outras obrigações. Esses passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. c) **Baixa de passivos financeiros (desreconhecimento):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. 2.4.3. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias, depósitos bancários e investimentos de curto prazo, com alta liquidez e vencimentos de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **2.6. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósito Bancários) e operações compromissadas com bancos de primeira linha, mantidas para investimentos. **2.7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber são classificadas como custo amortizado. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Correspondem a valores a receber dos clientes em decorrência dos serviços prestados de tratamento de água e esgotamento sanitário. A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a PECLD, a Administração da Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da PECLD. O critério para constituição da PECLD são os títulos a receber que possuem vencimento a mais de 180 dias. Para clientes com valores parcelados, são constituídos na PECLD os títulos parcelados que possuem vencimento a mais de 90 dias, avaliando também a perda histórica a cada fechamento. **2.8. Estoques:** Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques. **2.9. Intangível:** Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física ou incorpóreo, isto é, possui valor econômico, mas não tem existência física. Representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização. Ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos pelo preço de aquisição ou custo de produção. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o custo é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for ocorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível. A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida

	Nota	2022	2021
Saldos em 1º de janeiro de 2021		48.446	(4.232)
Lucro líquido do exercício		5.282	6.033
Complemento de reserva legal	15.2	-	302
Complemento de reserva de contingências	15.3	-	302
Juros sobre o capital próprio a pagar (JSCP)	15.5	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.5	-	-
Transferência para reserva de lucros a realizar	15.4	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		48.446	(4.232)
Lucro líquido do exercício		5.282	6.033
Integralização de capital social	15.1	-	4.232
Complemento de reserva legal	15.2	-	264
Complemento de reserva de contingências	15.3	-	264
Dividendos mínimos obrigatórios	15.5	-	-
Transferência para reserva de lucros a realizar	15.4	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		48.446	(2.336)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício		5.282	6.033
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	1.767	377
Amortização de intangível	9	13.178	9.289
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10	9.192	11.297
Juros sobre mútuos	13	11	-
Baixas do ativo intangível	9	4	192
Atualização monetária de arrendamento mercantil	11	968	38
Atualização monetária da concessão dos serviços públicos	12	10.590	5.218
Ajuste a valor presente da concessão dos serviços públicos	12	(1.763)	1.606
Provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa	7	391	(568)
Provisão para ações judiciais	14	418	581
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber	7	(1.216)	(11)
Estoques		(4)	(58)
Impostos a recuperar		1.144	(77)
Partes relacionadas	13	50	(50)
Depósitos judiciais		(26)	-
Outros créditos		(25)	(493)
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		2.973	(162)
Obrigações sociais		334	(824)
Obrigações fiscais		100	566
Partes relacionadas	13	6.221	660
Outras obrigações		554	415
Pagamento da concessão dos serviços públicos	12	(6.077)	(5.586)
Pagamento de ações judiciais	14	(724)	(518)
Caixa gerado nas atividades operacionais		43.342	27.924
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	10	(1.444)	(10.761)
Caixa oriundo das atividades operacionais		41.898	17.163
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicação financeira	6	(51)	(22)
Aquisição de ativo intangível	9	(16.836)	(14.778)
Aquisição de ativo de contrato	8</		

... continuação

mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – "UG"). **2.11. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de contraprestação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) – Arrendamento Mercantil. A Companhia avalia uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamento de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem os pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantia de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multa pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento for a Companhia exercendo a opção de rescisão. **2.12. Custos dos empréstimos e financiamentos:** Os custos dos empréstimos e financiamentos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados aos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou venda pretendida. **2.13. Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativas à obrigação. As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil. **2.14. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO). **2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.16. Tributos:** **Lucro real:** A Companhia é optante pelo lucro real e calcula o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Imposto de renda e contribuição social – correntes:** O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de utilizar fluxos não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. **Imposto de renda e contribuição social – diferidos:** O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.17. Receitas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e vendas de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Nas demonstrações financeiras, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Os direitos a futuro são decorrentes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ocorridos no exercício, cujo faturamento ocorrerá no mês subsequente em decorrência dos cortes dos períodos de leitura dos hidrômetros para emissão de cada fatura. Os tipos de receitas da Companhia estão descritos abaixo: **Receitas de serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto:** A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário que compreendem apenas uma obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo da operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecidas por ocasião da medição do volume tratado e do consumo de água. A receita de outros serviços (gestão comercial) de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação, como também ligação de água, e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados. **Receitas de construção:** As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços são reconhecidas baseadas no estágio de conclusão da obra realizada, consistentes com a prática contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na interpretação Técnica ICP 01 – Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. A Administração da Companhia entende que a concessão de esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo. **2.18. Resultado financeiro:** As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. **2.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2022:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou

alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1):** As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: contrato oneroso (custos de cumprimento de contrato), ativo imobilizado (vendas antes do uso pretendido) e referências à estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais de início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. **Contrato oneroso – custos de cumprimento de contrato:** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados na demonstrar nos termos do contrato. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou nenhum contrato como oneroso, de forma que, todas as obrigações dos contratos existentes (custos incrementais diretamente relacionados aos contratos e custos diretamente relacionados aos contratos) foram cumpridas pela Companhia na data de reporte. **Ativo Imobilizado – vendas antes do uso pretendido:** A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado. **Referências à estrutura conceitual:** As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios (equivalente a IFRS 3 – Business Combinations) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao IAS 37 – Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets ou IFRIC 21 – Levies) se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. **CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade – Subsidiária como adotante pela primeira vez (IFRS 1 – First-time Adoption of International Financial Reporting Standards):** A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (R1)) mensure as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras, com base na data de transição da controladora para IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação, procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia por não ser um optante pela primeira vez. **CPC 48 – Instrumentos Financeiros – Taxas no teste de "10 por cento" para baixa de passivos financeiros (IFRS 9 – Financial Instruments):** A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período. **2.20. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 50/IFRS 17 – Contratos de Seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (CPC 50 – Contratos de Seguro), que substituiu o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: i) uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável), e ii) uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e o CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. **CPC 26/IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis):** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o significado do direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimos e financiamentos existentes podem exigir renegociação. **CPC 23/IAS 8 – Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **CPC 26 (R1)/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações para o IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornecem guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. **CPC 32/IAS 12 – Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronun-**

ciamentos Contábeis): Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – 3.1. Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão:** A Companhia determina o prazo de arrendamento como o prazo contratual, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício de renovação ou de rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações, máquinas e veículos. Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão também são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. **3.2. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: i) prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, e ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e inaduetíveis, respectivamente. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da operação futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro de cada uma das empresas da Companhia. Essas estimativas estão contidas nos Planos de Negócios, que são aprovados anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa as projeções de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não possuía prejuízo fiscal e bases negativas de contribuição social. **Perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a PECLD, a Administração da Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. **Perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa:** A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da PECLD. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras. **Perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos tangíveis, intangíveis e vida útil definida e ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraram a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2022 não foram identificados eventos ou circunstâncias que pudessem indicar a existência de impairment dos ativos tangíveis, intangíveis e vida útil definida e de ativos não financeiros. **Contabilização dos contratos de concessão:** Na

contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação Técnica ICP 01 – Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem uso de estimas pela Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão; determinação e classificação da remuneração da prestação de serviço de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro. **Reconhecimento da receita e custos de construção:** Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamentos e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Companhia entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção. **Reconhecimento da receita não faturada:** A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço/venda foi prestado/comercializado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço/venda de mercadorias, como contas a receber de clientes a futuro, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência. **Provisão e passivos contingentes:** Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, ambientais, tributários, cíveis e previdenciários. A Administração da Companhia, apoiada por seus assessores jurídicos internos e externos, classifica esses processos em relação a probabilidade de perda da seguinte forma: (i) Perda provável: são processos em que existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: a) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; b) processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e c) demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor estimado da causa. (ii) Perda possível: são processos em que a probabilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não contabiliza provisão contábil e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável. (iii) Perda remota: são processos em que o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não contabiliza provisão contábil e nem divulga em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face das seguintes situações: a) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização do processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e b) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa. A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber. Ainda que a Administração da Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. **4. Gestão de riscos – 4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo contrato e outros créditos. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas, concessão dos serviços públicos e outras obrigações. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. A Administração da Companhia afirma que as atividades da Companhia que assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia. A Administração da Companhia estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir: **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço, este último não aplicável às operações da Companhia. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros, é requerida a divulgação de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente. **a) Risco de taxa de juros:** Riscos de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxa de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis. Sensibilidade à taxa de juros:

Indicadores	Saldo contábil		Cenários				
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário II (- 25%)	Cenário III (+ 50%)	Cenário III (- 50%)		
CDI		12,33% (*)	15,42%	9,25%	18,50%	6,17%	
Aplicações financeiras	462	519	533	505	547	490	
IPCA + 2,31% a.a.		8,09% (*)	10,12%	6,07%	12,14%	4,05%	
Empréstimos e financiamentos (A)	(24.287)	(26.253)	(26.744)	(25.761)	(27.236)	(25.270)	
IPCA + 2,71% a.a.		8,49% (*)	10,62%	6,37%	12,74%	4,25%	
Empréstimos e financiamentos (B)	(56.936)	(61.773)	(62.982)	(60.563)	(64.191)	(59.354)	
Ativos financeiros por meio do resultado							
Aplicações financeiras		462	411	462	411	411	
Total do ativo financeiro		65.650	43.610				
Passivos financeiros pelo custo amortizado							
Empréstimos e financiamentos		(81.223)	(78.544)				
Arrendamento mercantil		(5.793)	(137)				
Fornecedores		(6.821)	(3.848)				
Concessão dos serviços públicos		(69.607)	(66.857)				
Partes relacionadas e dividendos a pagar		(16.113)	(6.870)				
Outras obrigações		(1.283)	(29)				
Total do passivo financeiro		(180.840)	(156.985)				
Ativos e passivos financeiros líquidos		(115.190)	(113.375)				
4.3. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar a outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital e/ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital por meio de indicadores de avançamento, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os índices de avançamento financeira são os seguintes:							
	2022	2021					
Empréstimos e financiamentos	81.223	78.544					
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(660)	(5.646)					
(-) Aplicações financeiras	(462)	(411)					
Dívida líquida	80.101	72.487					
Patrimônio líquido	91.324	72.998					
Total do capital	161.425	145.485					
Índice de avançamento	50%	50%					
5. Caixa e equivalentes de caixa	2022	2021					
Caixa	3	1					
Bancos	657	3.199					
Aplicações financeiras	-	-2.446					
	660	5.646					

A fim de obter caixa para cumprir com os compromissos de caixa de curto prazo, em 2022, a Companhia transferiu o saldo das aplicações financeiras para as contas correntes. As aplicações financeiras são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Cer-

continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Ativos de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação anual média de 96,50% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

6. Aplicações financeiras	2022	2021
Aplicações financeiras	462	411
	462	411

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação anual média de 99,50% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. A Administração possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos.

7. Contas a receber de clientes	2022	2021
Contas a receber de clientes (i)	21.452	20.236
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (ii)	(7.086)	(6.695)
	14.366	13.541
	13.851	12.945

Ativo circulante

Ativo não circulante (iii)	515	596
	14.366	13.541

(i) Referem-se ao faturamento das medições de volume do consumo de água, tratamento de esgoto e de serviços complementares efetuados pela Companhia. A própria Companhia é responsável pela cobrança junto aos consumidores finais. (ii) O critério para constituição da PECLD reflete a provisão de 100% dos títulos a receber vencidos há mais de 180 dias. Para os títulos vencidos há mais de 180 dias, dos quais houve renegociação/parcelamento dos títulos, no pagamento da primeira parcela o saldo da dívida é desconsiderado da PECLD. Essa exclusão é necessária pois os valores do parcelamento são imputados nas faturas a vencer do cliente. Se ocorrer atrasos superiores a 90 dias de clientes com valores parcelados, é constituída a PECLD de toda 100% da dívida. Adicionalmente, a Companhia também leva em consideração sua análise individualizada sobre a situação financeira de cada cliente e seu histórico de perdas. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir os riscos de perdas existentes. (iii) Os valores a receber no ativo não circulante referem-se ao acordo de confissão e parcelamento de dívida entre a Companhia e a Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba. O acordo foi assinado entre as partes em 11 de fevereiro de 2015, no montante inicial de R\$1.164 a ser pago em 150 parcelas. Em 31 de dezembro de 2022 estão em aberto o total de 55 parcelas. Após o acordo, a Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba está cumprindo com suas obrigações e não houve atrasos nos pagamentos. As contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstradas abaixo:

	2022	2021
--	------	------

Vencidas:	2022	2021
Até 30 dias	3.226	2.794
De 31 a 60 dias	906	843
De 61 a 90 dias	199	201
De 91 a 120 dias	139	158
De 121 a 150 dias	129	127
De 151 a 180 dias	122	104
De 181 a 360 dias	724	695
Acima de 361 dias	5.414	5.017
	10.859	9.929

A vencer:	2022	2021
Até 30 dias	6.856	6.503
De 31 a 60 dias	14	13
De 61 a 90 dias	12	11
Acima de 91 dias	3.711	3.780
	10.593	10.307
	(7.086)	(6.695)
	14.366	13.541

Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	(6.695)	(7.263)
Complemento de provisão	(5.928)	(9.685)
Reversão de provisão	5.337	10.253
	(7.086)	(6.695)

As reversões de provisão correspondem aos recebimentos ocorridos no exercício.

8. Ativo de contrato – O ativo de contrato refere-se ao direito contratual da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, o ativo de contrato será classificado como ativo intangível. A movimentação do ativo de contrato é como segue:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	22.794	19.419
Adições (i)	29.300	13.728
Transferências (ii)	(3.125)	(10.353)
Total	48.969	22.794

(i) As adições correspondem às obras em andamento. No ano de 2022, as obras mais representativas correspondem às ampliações nas estações de tratamento na ETE IV, a construção da Usina Fotovoltaica para a geração de energia solar e o projeto de setorização e gestão de perdas. (ii) Referem-se às transferências para o ativo intangível em decorrência da conclusão das obras.

9. Intangível

Custo	2022	2021
Outorga	86.683	86.683
Investimento na concessão	33.549	5.512
Sistema de abastecimento de água	54.544	6.765
Sistema de esgotamento sanitário	50.061	3.570
Máquinas, aparelhos e equipamentos	3.121	706
Móveis e utensílios	582	71
Instalações	429	49
Veículos	2.374	-
Equipamentos de informática	1.171	163
Edificações	403	-
Ferramentas	33	-
Embarcações	11	-
Direito de uso – arrendamento mercantil	684	15
Direito de uso – serviço de passagem	-	6.356
Software	2.890	-
	236.535	23.207

Transfêrencias

Amortização	2022	2021
Outorga	(26.653)	(2.881)
Investimento na concessão	(6.560)	(1.434)
Sistema de abastecimento de água	(6.715)	(2.593)
Sistema de esgotamento sanitário	(4.611)	(2.337)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(762)	(329)
Móveis e utensílios	(181)	(62)
Instalações	(77)	(46)
Veículos	(2.309)	(33)
Equipamentos de informática	(831)	(137)
Edificações	(45)	(17)
Ferramentas	(22)	(3)
Embarcações	(6)	(1)
Direito de uso – arrendamento mercantil	(546)	(141)
Direito de uso – serviço de passagem	-	(2.805)
Software	(1.957)	(344)
	(64.425)	28

Saldo líquido

Outorga (i)	2022	2021
Investimento na concessão (ii) <td>31.448</td> <td>26.989</td>	31.448	26.989
Sistema de abastecimento de água (iii) <td>54.674</td> <td>47.829</td>	54.674	47.829
Sistema de esgotamento sanitário (iii) <td>46.670</td> <td>45.450</td>	46.670	45.450
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2.816	2.359
Móveis e utensílios	409	401
Instalações	355	352
Veículos	32	65
Equipamentos de informática	341	358
Edificações	8	11
Ferramentas	4	5
Embarcações	-	138
Direito de uso – arrendamento mercantil	-	3.551
Direito de uso – serviço de passagem (iv)	-	599
Software	-	933
	198.410	185.260

Custo

Outorga	2022	2021
Investimento na concessão	86.683	86.683
	30.305	3.566
	(322)	-

Samar – Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.

	2022	2021
Sistema de abastecimento de água	48.181	6.094
Sistema de esgotamento sanitário	35.873	4.320
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2.748	387
Móveis e utensílios	558	28
Instalações	174	254
Veículos	3.039	-
Equipamentos de informática	1.049	129
Edificações	403	-
Ferramentas	33	-
Embarcações	11	-
Direito de uso – arrendamento mercantil	599	85
Direito de uso – serviço de passagem	-	-
Software	2.890	-
	212.546	14.863

Transfêrencias

Amortização	2022	2021
Outorga	(23.772)	(2.881)
Investimento na concessão	(5.464)	(1.297)
Sistema de abastecimento de água	(4.474)	(2.241)
Sistema de esgotamento sanitário	(3.049)	(1.716)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(480)	(287)
Móveis e utensílios	(128)	(57)
Instalações	(53)	(24)
Veículos	(2.931)	(43)
Equipamentos de informática	(676)	(161)
Edificações	(28)	(17)
Ferramentas	(18)	(4)
Embarcações	(5)	(1)
Direito de uso – arrendamento mercantil	(375)	(171)
Direito de uso – serviço de passagem	-	-
Software	(1.568)	(389)
	(43.021)	(9.289)

Saldo líquido

Outorga (i)	2022	2021
Investimento na concessão (ii)	60.030	62.911
Sistema de abastecimento de água (iii)	26.989	24.841
Sistema de esgotamento sanitário (iii)	47.829	43.707
Máquinas, aparelhos e equipamentos	45.450	32.824
Móveis e utensílios	2.359	2.268
Instalações	401	430
Veículos	352	121
Equipamentos de informática	65	108
Edificações	340	373
Ferramentas	358	375
Embarcações	11	15
Direito de uso – arrendamento mercantil	5	6
Direito de uso – serviço de passagem (iv)	138	224
Software	-	-
	933	1.322

A Companhia revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo intangível. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais em relação ao exercício anterior. Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativo intangível estão divulgados na nota explicativa nº 2.9. i) **Outorga – direitos de concessão:** A Companhia é concessionária dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba/SP, e contabiliza o contrato de concessão conforme a ICP/01 (R1) – Contratos de concessão. A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo da concessão. A concessão tem vigência até novembro de 2042. Ao término da concessão, todos os bens públicos e instalações utilizados, bem como todas as obras e instalações realizadas pela Companhia, serão revertidas pelo saldo líquido das respectivas amortizações ao Departamento de Água e Esgoto de Araçatuba (DAEA) sem qualquer retorno financeiro para a Companhia. ii) **Investimentos na concessão:** Esses investimentos englobam bens e serviços necessários à melhoria das redes e das estruturas de captação e distribuição, os quais serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo da concessão. A amortização é efetuada de forma linear considerando o menor prazo entre a vida útil dos ativos ou o prazo da concessão. iii) **Sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário:** Correspondem às estações de tratamento de esgoto (elevatórias e redes) e estações de tratamento de água (reservatórios e redes). iv) **Direito de uso de serviço de passagem:** Em 2022, a Companhia assinou o termo de autorização de uso de faixa de domínio a título precário e oneroso junto à ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A. Esse termo oferece o direito à Companhia de utilizar a faixa de domínio da Rodovia Marechal Rondon para a passagem de tubulações de água e esgoto, utilizadas pela Companhia na prestação dos serviços inerentes ao contrato de concessão que a Companhia possui. Por consequência do referido termo, a Companhia passou a registrar o direito de uso da faixa de domínio e sua correspondente amortização. O prazo para amortização do direito de uso de serviço de passagem será até o prazo final do contrato de concessão, em novembro de 2042. Os detalhes sobre os pagamentos e prazos da obrigação estão descritos na nota explicativa nº 11. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e 21, as adições do direito de uso de arrendamento e direito de uso da prestação de serviços, nos montantes totais de R\$6.371 em 31 de dezembro de 2022 e R\$85 em 31 de dezembro de 2021, não afetaram as movimentações do fluxo de caixa.

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidade e encargos financeiros anuais

Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	2022	2021
IPCA + 2,31 a.a. ("A") e IPCA + 2,71% a.a. ("B")	Ago/2041	81.223	78.544
		81.223	78.544

Banco BNDES

	2022	2021
Passivo circulante	4.716	2.229
Passivo não circulante	76.507	75.315
	81.223	78.544

O financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) está destinado a investimentos na modernização e expansão do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os juros estavam sendo pagos de forma trimestral desde fevereiro de 2019 e a partir de setembro de 2022 passaram a ser pagos mensalmente. Nesse contrato de financiamento, há cláusula restritiva denominada "covenants" e garantias, relativas ao nível de endividamento da Companhia e o cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde o encerramento do prazo de carência do contrato. Em relação às garantias, o financiamento possui como garantia a cessão fiduciária dos recebíveis das contas decorrentes da cobrança de água e esgoto e referem-se a: • Cessão fiduciária de direitos creditórios emergentes do contrato de concessão, bem como de seus aditivos posteriores; • Penhor de 100% das ações representativas do capital social da Companhia, bem como todas as novas ações que a acionista controladora venha a adquirir no futuro, seus juros, bonificações, juros, distribuições e demais direitos, inclusive dividendos e juros sobre o capital próprio, durante a vigência do contrato. Em relação à cláusula restritiva ("covenants"), a Companhia assumiu os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constantes no contrato: • Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,5 sendo o ICSD definido por: EBITDA/ Serviço da Dívida, onde: (i) EBITDA: resultado operacional antes do resultado financeiro, impostos (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro), acrescido da depreciação e amortização subtraído dos ajustes IFRS. (ii) Ajustes IFRS: resultado entre a subtração das receitas e custos relativos à prestação dos serviços de construção acrescido das receitas financeiras calculadas com base na taxa efetiva de juros sobre os ativos financeiros, quando existirem. (iii) Serviço da Dívida: pagamento de juros + amortização de principal da dívida bruta; debêntures, empréstimos, financiamentos, quaisquer outras dívidas bancárias (incluindo instrumentos financeiros derivativos atrelados à dívida em moeda estrangeira), dívida fiscal, com fornecedores vencidos acima de 90 dias, dívidas provenientes de acordos judiciais e contratos de mútuos contraídos juntos aos acionistas ou a qualquer outra empresa integrante do grupo econômico do qual a beneficiária faça parte. (iv) Dívida bruta: debêntures, empréstimos, financiamentos, quaisquer outras dívidas bancárias (incluindo instrumentos financeiros derivativos atrelados à dívida em moeda estrangeira), dívida fiscal, com fornecedores vencidos acima de 90 dias, dívidas provenientes de acordos judiciais e contratos de mútuos contraídos juntos aos acionistas ou a qualquer outra empresa integrante do grupo econômico do qual a beneficiária faça parte. (v) Dívida fiscal: saldo devedor de impostos, tributos e encargos sociais, parcelados e/ou em atraso. • Manter a relação de Patrimônio Líquido/ Ativo Total igual ou superior a 0,30. • Manter a relação de Dívida Líquida/ EBITDA igual ou inferior a 3,0 onde dívida líquida é a dívida bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia cumpriu com todos os compromissos e cláusulas restritivas estabelecidas no contrato.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada abaixo:

	2022	2021
Saldo inicial	78.544	68.350
Captação de novos empréstimos e financiamentos	5.622	9.658
Juros incorridos no período	9.192	11.297
Amortização de principal	(10.691)	-
Amortização de juros	(1.424)	(10.761)
	81.223	78.544

As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	2022	2021
2024	4.331	-
2025	4.331	-
2026	4.331	-
2027	4.331	-
Após 2027	59.183	-
	76.507	-

11. Arrendamento mercantil

	2022	2021
ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A	5.792	-
Demais arrendamentos	1	137
	5.793	137

Passivo circulante

	2022	2021
Passivo não circulante	4.312	-
	5.793	137

Em 2022, a Companhia assinou o termo de autorização de uso da faixa de domínio a título precário e oneroso junto à ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A. Esse termo oferece o direito à Companhia de utilizar a faixa de domínio da Rodovia Marechal Rondon para a passagem de tubulações de água e esgoto, utilizadas pela Companhia na prestação dos serviços inerentes ao contrato de concessão que a Companhia possui. Por consequência do referido termo, a Companhia passou a registrar o direito de uso da faixa de domínio e sua correspondente amortização, bem como a obrigação a pagar para a ViaRondon pelo uso da faixa de domínio e o seu correspondente ajuste a valor presente (AVP). O referido contrato possui vigência até 2039. O valor da dívida é atualizado, mensalmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechado do mês anterior. O ajuste a valor presente é calculado considerando o IPCA acumulado do ano anterior, encerrado em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2022, as taxas consideradas para a atualização mensal da dívida, bem como para o cálculo do ajuste a valor presente foram 0,41% e 5,90%, respectivamente. Esses índices constam no referido contrato de arrendamento. Os pagamentos são mensais e anuais. A movimentação dos arrendamentos é como segue:

13. Partes relacionadas

	Contas a receber	Contas a pagar	Mútuo a pagar	Dividendos e JSCP a pagar	Despesas financeiras	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)
GS Inima Brasil Ltda. (i)	-	3.867	1.834	6.645	(11)	(1.991)
GS Inima Serviços de Saneamento Ltda. (ii)	-	3.967	-	-	-	-
	-	7.834	1.834	6.645	(11)	(1.991)

	Contas a receber	Contas a pagar	Mútuo a pagar	Dividendos e JSCP a pagar	Despesas financeiras	Custos e despesas operacionais
Sanel – Saneamento de Luiz Antonio S.A.	50	-	-	-	-	-
GS Inima Brasil Ltda. (i)	-	-	-	5.457	-	(1.314)
GS Inima Serviços de Saneamento Ltda. (ii)	-	251	-	-	-	-
	50	1.413	-	5.457	-	(1.314)

(i) Os saldos de contas a pagar com a GS Inima Brasil Ltda. em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, nos montantes de R\$3.667 e R\$1.162, respectivamente, correspondem aos contratos de serviços de execução, supervisão e gerenciamento de obras e será quitado no decorrer do ano de 2024. O saldo de R\$1.834 em 31 de dezembro de 2022 corresponde a um contrato de mútuo captado entre as partes em 14 de dezembro de 2022. Esse mútuo é atualizado, mensalmente, pelo CDI acrescido de 3% ao ano. O contrato de mútuo possui vencimento em 15 de dezembro de 2028 e,

... continuação		Samar – Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.			
		2022	2021	2022	2021
18. Resultado financeiro					
Receitas financeiras				(911)	(1.067)
Rendimentos sobre aplicações financeiras		69	48	(1.767)	(377)
Variação monetária e cambial ativa		196	100	(2.678)	(1.444)
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil		2.646	22		
Juros sobre títulos recebidos		1.437	1.906		
Outras receitas financeiras		1	–		
		4.349	2.076		
Despesas financeiras					
Juros sobre empréstimos e financiamentos		(9.192)	(11.297)		
Atualização financeira da outorga		(10.590)	(5.218)		
Atualização financeira de arrendamento mercantil		(968)	(38)		
Ajuste a valor presente da outorga		1.763	(1.606)		
Variação monetária e cambial passiva		(345)	(23)		
Descontos concedidos		(906)	(596)		
Juros e despesas bancárias		(2.840)	(1.081)		
Juros sobre multas		(11)	–		
Outras despesas financeiras		(328)	(201)		
		(23.417)	(20.060)		
		(19.068)	(17.984)		
Total do resultado financeiro					
19. Imposto de renda e contribuição social – 19.1. Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social:					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.960	7.477		
Alíquota vigente		34%	34%		
Despesa calculada com IRPJ e CSLL à alíquota vigente		(2.706)	(2.542)		
Ajustes para alíquota efetiva:					
Juros sobre o capital próprio		–	660		
Diferenças permanentes		28	438		
Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente		(2.678)	(1.444)		

		2022	2021
Correntes		2.902	2.902
Diferidos		1.735	1.735
		928	928
A partir de 2026		1.926	1.926
		7.491	7.491
Ativo fiscal diferido (i)		7.491	7.975
Passivo fiscal diferido (ii)		(6.233)	(4.950)

		2022	2021
Ativo		7.975	(4.950)
Passivo		(484)	(1.283)
		7.491	(6.233)

		2022	2021
Adições de novos contratos de arrendamento		6.371	85
Transferências do ativo de contrato para intangível		3.125	10.353
Dividendos propostos e não pagos		6.645	5.457
		16.141	15.895

		2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia		5.282	6.033
Quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas (milhares)		48.446	48.446
Lucro básico (prejuízo) por ação		0,11	0,12

		2022	2021
Adições de novos contratos de arrendamento		6.371	85
Transferências do ativo de contrato para intangível		3.125	10.353
Dividendos propostos e não pagos		6.645	5.457
		16.141	15.895

		2022	2021
Ativo		7.975	(4.950)
Passivo		(484)	(1.283)
		7.491	(6.233)

		2022	2021
Ativo		7.975	(4.950)
Passivo		(484)	(1.283)
		7.491	(6.233)

Aos Acionistas e Administradores da Samar – Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. – Araçatuba-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Samar – Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apro-

priada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes

existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a

para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: risco de construção, projetista, maquinário e equipamento de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: risco de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais. Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguro são resumidas como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Garantia de contrato	13.698
Garantia compra e venda energia	892
Responsabilidade civil	20.000
Responsabilidade civil – obras	5.000
Riscos de engenharia – obras	36.262
Riscos operacionais	55.000
Frota	100% tabela Fipe

23. Eventos subsequentes – Reajuste tarifário anual: Em 26 de janeiro de 2023, foi publicado pela Agência Reguladora e Fiscalizadora – DAEA, a resolução nº 001/2023 aprovando o reajuste tarifário de 8,87% composto por: 5,79% da variação do IPCA/IBGE, ocorrido no período de 01/01/2022 à 31/01/2022, somado ao índice de 3,08%, relativo a revisão periódica contratual. Esse reajuste possui vigência a partir de 1º de março de 2023. **Decisão do STF:** Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

	Paulo Roberto de Oliveira	Eduardo Henrique Telles Caldeira	Rodrigo Basso
	Diretor Presidente	Diretor Técnico	Contador CRC 1SP 266.229/0-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Campinas, 30 de março de 2023.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda. – CRC SP 027.623/8
Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC 1SP 175.536/0-5

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

Eudmarco S.A. Serviços e Comércio Internacional

CNPJ/MF nº 58.138.058/0001-86

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares reais) – (As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.)

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, a Administração da Eudmarco S.A. Serviços e Comércio Internacional, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apresentação dos acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações financeiras, acompanhada do parecer dos Auditores Independentes, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021. São Paulo, 03 de abril de 2023. A Diretoria

Balancos Patrimoniais				Demonstrações do Resultado				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021	Capital social		Prejuízos acumulados		Total
Circulante				Circulante				2022	2021	2022	2021	
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.739	4.293	Fornecedores	12	3.079	2.736	27.533	(8.098)	19.435	(19.435)	19.435
Clientes	5	1.138	1.225	Obrigações trabalhistas	13	2.043	1.688	–	–	(4.167)	(4.167)	(4.167)
Estoques	6	442	252	Obrigações tributárias	13	2.141	1.688	27.533	(12.265)	15.268	(15.268)	15.268
Outras a recuperar	7	232	199	Outras contas a pagar	14	1.435	979	–	–	1.306	1.306	1.306
Outros créditos	8	707	2.985			8.698	7.091			27.533	(10.959)	16.574
Despesas antecipadas		452	271									
		5.710	9.225									
Não circulante				Não circulante								
Impostos diferidos	22.b	748	1.478	Obrigações tributárias e trabalhistas	13	1.956	3.356					
Partes relacionadas	9	19.148	11.005	Provisão para demandas judiciais e administrativas	14	4.291	3.045					
Depósitos judiciais		1.405	1.025	Contas a pagar	15	2.485	–					
		21.301	13.508			8.732	6.401					
Imobilizado	10	6.733	5.774	Patrimônio líquido								
Intangível	11	261	253	Capital social	16	27.533	27.533					
		6.994	6.027	Prejuízos acumulados		(10.958)	(12.265)					
Total do ativo não circulante		28.295	19.535	Total do patrimônio líquido		16.575	15.268					
Total do ativo		34.005	28.760	Total do passivo e patrimônio líquido		34.005	28.760					

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais

1. Contexto operacional – Fundada em 1966, a Eudmarco S/A Serviços e Comércio Internacional é um Terminal Alfandegado dedicado a armazenagem e manuseio de cargas de Importação e Exportação. A localização do Terminal é estratégica, a apenas 500 metros da Margem Direita do Porto de Santos. Atualmente conta com uma área geral de 27.500m², sendo 4.000m² cobertos que oferecem estrutura para os mais diversos tipos de carga, inclusive produtos com anuência Anvisa, Cetesb, Exército, Polícia Federal e Polícia Civil. A Companhia tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1306, conj. 82, Vila Olímpia, CEP 04547-005, filiais em operação na cidade de Santos, estado de São Paulo, na Rua Senador Dantas, 206, Bairro Macuco, CEP 11015-210 e Rua Alexandre de Gusmão, 11, Bairro Valongo, CEP 11010-340. **1.1. Impactos da Covid:** Os anos de 2020 a 2022 se notabilizaram pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), que provocou crises sanitária e econômico-financeira de alcance mundial, cujos efeitos ainda hoje são sentidos globalmente, inclusive no Brasil. Esses impactos impuseram à Eudmarco desafios de toda ordem administrativos, financeiros e principalmente operacional, onde a companhia soube navegar a fim de manter a continuidade de suas operações e a sua sólida saúde financeira, sem perder o foco na preservação da integridade física e mental de seus funcionários e terceirizados, adotando medidas sanitárias. Ao longo do exercício, a Companhia manteve seus projetos de verticalização do armazém afim de ter um ganho e eficiência operacional, sem sofrer interrupções, paralisações ou suspensões de qualquer natureza, ao mesmo tempo, adotou medidas de preservação do caixa, negociação com fornecedores e prestadores de serviço, fazendo a contenção de custos e despesas, bem como administrativas de simplificação e eficiência da estrutura organizacional. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis** – **2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 03 de abril de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações. **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações contábeis são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perda estimada por créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **2.3. Moeda funcional:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Conversão de moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Tais julgamentos e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, estimativas e premissas para reconhecimento da Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), bem como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas. **2.6. Regime de escrituração contábil:** As receitas, os custos e as despesas foram registrados pelo regime de competência. Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de um ano foram classificados no circulante e aqueles com prazos superiores a um ano foram classificados no grupo não circulante. **3. Sumário das principais práticas contábeis** – **a) Reconhecimento da receita, custos e despesas:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. As receitas são apresentadas nos resultados dos exercícios pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre elas e são reconhecidas com base nos serviços prestados, na sua efetiva prestação. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência sendo os custos compostos por custos portuários, custos de arrendamento, pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros, manutenções, amortizações de ativos, entre outros insumos relacionados às operações portuárias, estão demonstradas separadamente das despesas operacionais, e são registradas no exercício em que incorrerem. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações realizadas em investimentos com vencimento superior a três meses são classificadas como títulos e valores mobiliários, uma vez que possuem uma liquidez diferenciada. **c) Contas a receber de clientes:** As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Sociedade adotou a mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 120 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente. **d) Imobilizado e intangível líquido:** São registrados pelos custos de aquisição deduzido da depreciação e amortização acumuladas. As depreciações e amortizações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 9 e 10 e leva em consideração o tempo da vida útil-econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado com sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são

incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **e) Impairment de ativos não financeiros:** De acordo com as disposições do CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda de valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de impairment em cada data de balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para impairment. Uma perda por impairment é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022 não foram identificados indicadores de impairment sobre esses ativos. **f) Tributação: Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas: • Imposto Sobre Serviços (ISS) – alíquota de 5%; • Programa de Integração Social (PIS) – alíquota 1,65%; • Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS) – alíquota de 7,6%. **Impostos sobre o lucro:** Para os exercícios de 2021 e de 2022 o regime de tributação da Companhia foi o lucro real anual aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a Contribuição Social. **g) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderiam levar a resultados que requeiram ajustes ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **h) Ativos contingentes e provisão para demandas judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos são as seguintes: • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • **Passivos:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis de desembolso de caixa futuro e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos avaliados como sendo de perdas possíveis, são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos avaliados como de perdas remotas, não são provisionados e, tampouco, divulgados. **i) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia, e seu custo ou valor, puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **j) Instrumentos financeiros** **Reconhecimento inicial e mensuração:** A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: a) ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado. **Ativos e passivos financeiros** **Reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros – mensuração:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: • O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: • O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descausamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo. **Passivos financeiros – mensuração:** Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. **Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indisponibilidade ou atrasos do devedor; • Reestruturação de valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aquellos que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre as condições econômicas e de crédito atuais tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação,

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2022	2021
Resultado do exercício	1.306	(4.167)
Resultado abrangente do exercício	1.306	(4.167)

Os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **k) Novas normas, alterações e interpretações de normas:** A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. • **Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25)** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. • **Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado:** Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado. • **Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020:** Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo; • **Alteração na norma IFRS 3/CPC 15:** Inclui correções nas referências com relação à Estrutura Conceitual das IFRS. **Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2022:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Sociedade, a saber: a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 – trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26: a. Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante – esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; B. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024. B. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devam ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida. Atualmente a Sociedade está avaliando os impactos dessas novas normas e alterações contábeis. A Sociedade avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Sociedade não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

Caixa e equivalentes de caixa	2022	2021
Caixa	12	12
Bancos	134	1.523
Aplicações Financeiras	2.593	2.758
	2.739	4.293

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicação financeira de curto prazo, de alta liquidez, que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e que está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. O saldo de aplicações financeiras está representado substancialmente por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os certificados de depósitos bancários embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração.

Clientes	2022	2021
Clientes	1.282	1.350
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(144)	(125)
	1.138	1.225

A seguir são demonstrados os saldos de contas a receber de cliente por idade de vencimento:

Descrição	2022	2021
A vencer até 30 dias	893	968
Vencidos de 1 a 120 dias	245	257
Vencido acima de 120 dias	144	125
	1.282	1.350

Estoques	2022	2021
Estoques	442	252

Os estoques da empresa referem-se a itens de almoxarifado avaliados a valor de custo deduzido dos tributos recuperáveis.

Impostos a recuperar	2022	2021
IRPJ	181	139
CSLL	30	23
Outros	17	32
FUNDEF	4	5
	232	199

Os saldos são representados por créditos correspondentes a saldos negativos, e recolhimentos efetuados a maior, passíveis de serem utilizados na compensação de outros débitos.

Outros Créditos	2022	2021
Adiantamento a Fornecedores	458	87
Créditos de Funcionários	79	40

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Capital social		Prejuízos acumulados		Total
Saldos em 31/12/2020	27.533	(8.098)	19.435	–	–	–
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(4.167)	(4.167)	(4.167)
Saldos em 31/12/2021	27.533	(12.265)	15.268	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.306	1.306	1.306
Saldos em 31/12/2022	27.533	(10.959)	16.574	–	–	–

Demonstrações dos Fluxos de Caixa		2022		2021	
Resultado líquido antes das provisões tributárias		3.709	(5.644)		
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações		1.169	1.137		
Resultado na venda ou baixa de ativos imobilizados e intangíveis		(33)	1.020		
Juros e variações monetárias líquidas s/mútuos		(267)	(103)		
Provisão para demandas judiciais e administrativas		1.246	945		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		18	18		
Decréscimo/(acréscimo) em ativos operacionais		69	(2.092)		
Clientes		(190)	(252)		
Estoques		(33)	2.307		
Tributos a recuperar		2.278	1.086		
Outros créditos		(182)	19		
Despesas antecipadas		(380)	(305)		
Depósitos judiciais					
(Decréscimo) acréscimo em passivos operacionais		8.424	(1.350)		
Fornecedores		344	1.104		
Obrigações trabalhistas e tributárias		(594)	(678)		
Outras contas a pagar		2.942	88		
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.673)	–		
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais		2.739	(4.167)		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(2.138)	(1.411)		
Aquisição de imobilizados e intangíveis			35		
Recebimento venda imobilizado e intangíveis			–		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.138)	(1.411)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(11.082)	(704)		

... continuação		Eudmarco S.A. Serviços e Comércio Internacional	
	2022	2021	
Parcelamento de Refis	88	131	
Parcelamento IRPJ (*)	374	313	
Parcelamento CSLL (*)	137	114	
Parcelamento ISS (*)	496	356	
Parcelamento Simplificado impostos	92	-	
(*) Outros	36	47	
Obrigações tributárias Circulante	2.141	1.688	
Parcelamento ISS (*)	909	1.007	
Parcelamento de Refis	74	273	
Parcelamento IRPJ (*)	281	548	
Parcelamento CSLL (*)	102	201	
Parcelamento Simplificado impostos(*)	339	-	
Tributos com Exigibilidade Suspensa (*)	-	1.013	
Obrigações tributárias não circulante (2)	1.705	3.042	
Total Obrigações tributárias e trabalhistas não circulante (1 + 2)	1.956	3.356	
13. Obrigações tributárias e trabalhistas – (1) Foram constituídos parcelamentos para os tributos IRPJ e CSLL, competência de agosto de 2019. Os parcelamentos foram acordados em 60 parcelas, iniciando-se em outubro de 2019. (2) Foi constituído parcelamento para o tributo ISS das competências de março de 2020 até setembro de 2020. O parcelamento foi acordado em 60 parcelas iniciando-se em novembro de 2020. (3) Foi constituído parcelamento para os tributos de PIS/COFINS/APIL e multas aduaneiras da competência 09/2022. O parcelamento foi acordado em 60 parcelas iniciando-se em setembro de 2022. (4) O saldo do PIS e COFINS com exigibilidade suspensa foi transferido para o grupo de "Provisão para demandas judiciais e administrativas" no Passivo Não Circulante. 14. Provisão para demandas judiciais – Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a certos riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas e civis em discussão. Foram constituídas provisões para os processos classificados como de perda provável, conforme demonstrado a seguir:			
	2022	2021	
Tributário	1.484	97	
Trabalhistas	836	900	
Cíveis	1.914	1.753	
Administrativo	57	295	
	4.291	3.045	
Adicionalmente, existem processos pulverizados, no montante total de R\$ 1.444 em 2022 (R\$ 1.438 em 2021) respectivamente, cuja probabilidade de perda foi considerada possível pelos advogados da Companhia e para os quais não foi constituída provisão. 14.1. Movimentação da provisão para demandas judiciais			
	2022	2021	
Saldo em 2021	97	900	
Adições/Reversões	1.387	(64)	
Saldo em 2022	1.484	836	
15. Contas a Pagar – O saldo é composto por provisões dos serviços de segregação e entrega de contêineres (THC), cuja cobrança foi suspensa pela ANTAQ. A companhia de forma cautelar constituiu a referida provisão pois há um movimento por parte dos Terminais Portuários para a retomada da cobrança e de forma retroativa a 28/07/2022. 16. Patrimônio líquido – 16.1. Capital social: O capital social subscrito é de R\$ 27.533 e estão representadas por 19.836.569 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição do capital social é como segue:			
	2022	2021	
	Valor	%	Valor
Eudmarco Rede de Postos Ltda	3.033	11,01	3.033
FCA – Comércio Exterior e Logística Ltda	24.500	88,99	24.500
Total	27.533	100	27.533
	2022	2021	
17. Receita operacional líquida	91.592	59.777	
Receitas de armazenagem	(13.030)	(8.495)	
Impostos incidentes sobre receita bruta	78.562	51.282	
18. Custos da prestação de serviços			
	2022	2021	
Insumos utilizados na operação	(31.478)	(28.502)	
Pessoal e respectivos encargos	(11.270)	(10.863)	
Serviços contratados de terceiros	(1.553)	(1.573)	
Depreciação e amortização líquidas	(724)	(1.032)	
Gastos gerais	(1.509)	(728)	
	(46.534)	(42.698)	
19. Despesas administrativas, comerciais e gerais			
	2022	2021	
Serviços consultoria e assessoria	(15.161)	(8.389)	
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(2.314)	(943)	
Pessoal, e respectivos encargos	(7.538)	(4.636)	
Tributos e contribuições	(512)	(745)	
Indenizações a Terceiros	(956)	-	
Manutenção de Sistemas	(1.322)	-	
Ocupações e utilidades	(485)	(121)	
Gastos gerais	(446)	(167)	
Depreciação e amortização	(444)	(83)	
Outras	-	(648)	
	(29.178)	(15.732)	
20. Outras receitas operacionais			
	2022	2021	
Receita de aluguel	49	9	
Outras (a)	750	1.301	
	799	1.310	
a. O saldo é composto, em sua maioria, por recebimento de indenização de seguro.			
21. Receitas e despesas financeiras			
	2022	2021	
Receitas financeiras	510	191	
Juros ativos	292	106	
Correção monetária	4	57	
Outras	47	73	
	853	427	
Despesas financeiras	(613)	(95)	
Juros passivos	(99)	(130)	
Outras	(712)	(228)	
	(1.325)	(1.053)	
Variáveis cambiais líquidas			
Variável cambial ativa	5	1	
Variável cambial passiva	(85)	(9)	
	(80)	(8)	
	61	194	
Resultado financeiro			
	2022	2021	
22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	34.005	28.760	
Gerenciamento de riscos – A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, ao qual a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Adicionalmente, a Companhia procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta. As descrições dos riscos da Companhia são descritas a seguir: Riscos de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar. Risco			
de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber). Em 31 de dezembro de 2022, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na Nota Explicativa nº 5. Os riscos de crédito nas atividades operacionais da Companhia são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento das duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento. Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em virtude dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo da Companhia é monitorado diariamente, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo saldo do patrimônio líquido, incluindo o saldo de capital e todas as reservas constituídas. O índice de endividamento líquido da Companhia é composto da seguinte forma:			
	2022	2021	
Ativo circulante + não circulante	34.005	28.760	
Passivo circulante + não circulante	(17.431)	(13.492)	
Endividamento líquido	16.574	15.268	
O CCL negativo apontado no final de 2022 é reflexo de sazonalidade atípica ocorrida no 4T-2022. A implementação da política do COVID zero na China afetou sobremaneira o comércio internacional e consequentemente o volume de importações no Brasil. Com a reabertura gradual da economia da China a expectativa é que o volume de receita da companhia retorne aos patamares de meados de 2022, acrescida de algumas ações em andamento: (i) aumento de preços dos serviços de armazenagem; (ii) incremento de novos serviços com maior valor agregado; (iii) substituição de clientes de menor rentabilidade; (iv) renegociação de preços com os principais fornecedores e v) avaliar oportunidade de redução de custos e ganho de produtividade. 23. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes Adoção pelo lucro real anual: Para os exercícios de 2022 e 2021 o regime de tributação da Companhia foi o lucro real anual aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social, com base em balanço ou balancete de suspensão ou redução e o regime tributário foi determinado pelo regime de competência do exercício.			
	2022	2021	
Resultado antes de IRPJ e CSLL	3.708	(5.644)	
(+) Adições	4.365	2.158	
(-) Exclusões	(944)	(332)	
Base de cálculo da CSLL	7.129	(3.818)	
Compensações fiscais 30%	(2.138)	-	
Base de cálculo da CSLL	4.990	(3.818)	
(=) Contribuição social 9%	449	-	
Resultado antes do IRPJ e CSLL	3.259	(5.644)	
(+) Adições	4.814	2.158	
(-) Exclusões	(944)	(332)	
Base de cálculo do IRPJ	7.129	(3.818)	
Compensações fiscais 30%	(2.138)	-	
Base de cálculo do IRPJ	4.990	(3.818)	
(=) IRPJ 15%	749	-	
(+) Adicional do IRPJ 10%	475	-	
(=) Imposto de Renda corrente	1.224	-	
(=) Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	1.673	-	
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis			
temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.			
São Paulo, 03 de abril de 2023. BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2SP 013.846/0-1 André Silva Moura Contador CRC 1SP 300.564/0-7			

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

LOG20 Logística S/A												
CNPJ/MF nº 13.631.347/0005-08 – Avenida Presidente Wilson nº 274, Bairro Mooca – São Paulo/SP – CEP 03.107-000												
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)												
Balanco Patrimonial				Demonstração da Mutaçao Do Patrimônio Líquido								
				Capital Social		Reservas		Lucros Acumulados		Total		
Conta	2022	2021	Movimentação/Conta	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021	
Ativo	256.687.944,22	208.825.407,60				39.911.846,00	1.206.375,19	-	-	-	41.118.221,19	
Ativo circulante	105.078.154,05	100.942.654,50	Capital Social	6.942.273,00	-	-	-	-	-	-	6.942.273,00	
Caixa e equivalentes de caixa	2.824.817,48	13.924.814,74	Reserva Legal	-	-	3.223.259,74	-	-	-	-	3.223.259,74	
Caixa	66.943,26	79.321,46	Reserva para Aumento de Capital	-	-	2.577.262,87	-	-	-	-	2.577.262,87	
Bancos conta movimento	2.757.874,22	13.845.493,28	Reserva de Subvenções Para Investimento	-	-	24.222.399,13	-	-	-	-	24.222.399,13	
Valores a receber	77.414.116,21	58.009.955,56	Saldo/Prejuizo Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	
Cientes	77.414.116,21	58.009.955,56	Saldo em 31/12/2021	46.854.119,00	31.229.296,93	-	-	-	-	-	78.083.415,93	
Outros creditos	23.168.187,39	27.778.316,59	Capital Social	26.799.662,00	-	-	-	-	-	-	26.799.662,00	
Adiantamentos	782.797,58	1.350.369,59	Reserva Legal	-	-	436.403,82	-	436.403,82	-	-	436.403,82	
Tributos a recuperar	21.785.389,81	26.427.947,00	Reserva para Aumento de Capital	-	-	7.000.000,00	-	7.000.000,00	-	-	7.000.000,00	
Empréstimos a receber	600.000,00	-	Reserva de Subvenções Para Investimento	-	-	(26.799.662,00)	-	-	-	-	(26.799.662,00)	
Apropriações	436.780,20	600.894,88	Reserva Lucros a Distribuir	-	-	-	-	-	-	-	1.291.672,48	
Estoques	1.234.252,77	628.672,73	Saldo em 31/12/2022	73.653.781,00	4.429.634,93	-	-	8.728.076,30	-	-	86.811.492,23	
Ativo não circulante	151.609.790,17	107.882.753,10	Demonstração dos Lucros ou Prejuizos Acumulados				Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa					
Ativo realizável a longo prazo	8.202.450,47	4.904.965,92	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2021	
Depósitos judiciais	702.993,18	585.953,37	2. Ajustes Credores de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	
lcm's a recuperar	7.499.457,29	4.319.012,55	3. Reversão de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Investimentos	569.964,53	520.929,57	De lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	
Participações societárias	569.964,53	520.929,57	4. Outros recursos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Imobilizado	142.837.375,17	102.456.857,61	5. Lucro líquido do exercício	8.728.076,30	13.475.679,25	-	-	-	-	-	-	
Bens e direitos para uso	202.448.988,75	148.790.525,49	6. (-) Saldo anterior de prejuizos acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	
Veiculos	198.682.476,02	147.095.632,51	7. (-) Ajustes devedores de exercicios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	
Equipamentos de oficina	1.272.177,12	885.559,00	(Ajuste Depreciação)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Equipamentos de informatica	489.460,86	372.602,57	8. (-) Prejuizo líquido do ano	-	-	-	-	-	-	-	-	
Movéis e utensilio	682.970,65	362.103,83	9. Total dos Recursos	8.728.076,30	13.475.679,25	-	-	-	-	-	-	
Maquinas e equipamentos	57.727,58	57.727,58	Aplicações	-	-	-	-	-	-	-	-	
Empilhadeiras	1.247.276,52	-	10. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Benefitorias em imóveis de terceiros	16.900,00	16.900,00	Reserva Legal	436.403,82	673.784,11	-	-	-	-	-	-	
(-) Depreciação bens e direitos para uso	(59.712.199,93)	(46.413.001,31)	Reserva de Lucro para Aumento de Capital	7.000.000,00	2.577.262,87	-	-	-	-	-	-	
(-) Depreciação veiculos	(58.764.359,10)	(45.819.968,69)	Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	-	-	-	
(-) Equipamentos de oficina	(354.384,04)	(137.423,12)	Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	
(-) Depreciação equipamentos de informatica	(315.748,77)	(265.260,33)	Reserva p/ investimentos	-	-	8.724.632,27	-	-	-	-	-	
(-) Depreciação movéis e utensilio	(240.877,75)	(168.578,46)	11. Dividendos ou lucros distribuidos pagos ou creditados	1.291.672,48	-	-	-	-	-	-	-	
(-) Depreciação maquinas e equipamentos	(22.784,01)	(17.011,53)	12. Parcela dos lucros incorporados ao capital	-	-	-	-	-	-	-	-	
(-) Depreciação empilhadeiras	(7.598,20)	-	13. Lucros Destinados à Distribuição aos Acionistas	-	-	1.500.000,00	-	-	-	-	-	
(-) Depreciação em imóveis de terceiros	(6.448,06)	(4.759,18)	14. Total das Aplicações	8.728.076,30	13.475.679,25	-	-	-	-	-	-	
Imobilizado em andamento	100.586,35	79.333,43	contábeis inerentes aos exercicios de 01/01/2022 a 31/12/2022 e 01/01/2021 a 31/12/2021 (comparativas) estão sendo apresentadas em Reais (R\$). A empresa declara expressamente que a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base os termos da NBC TG 1000(R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PME), expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução do CFC nº 1255/2009. A entidade está apresentando o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração de Lucros e Prejuizos Acumulados e as Notas Explicativas, elaboradas a partir das diretrizes contábeis e dos preceitos de legislação comercial aplicável, Lei nº 10.406/2002, demais leis, resoluções e atos aplicáveis. A administração da sociedade optou pela contratação de contabilidade terceirizada e declara que as demonstrações contábeis refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização, respondendo a administração da sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional. As demonstrações contábeis do exercício anterior apresentadas para fins de comparação, podem conter algumas reclassificações para melhoria da informação e comparabilidade. Ao elaborar as demonstrações contábeis, a administração avaliou a capacidade de a entidade continuar em operação em futuro previsível e declara que não tem a intenção de liquidá-la ou cessar seus negócios, ou ainda não apresenta evidências realistas para a descontinuação de suas atividades. A administração da sociedade declara que não ocorreram eventos subsequentes entre a data dos encerramentos das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão dessas demonstrações.									
Consórcios	100.586,35	79.333,43	Nota 03 – Principais Práticas Contábeis – As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis levam em conta as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, confiabilidade, primazia da essência sobre a forma, prudência, integralidade, comparabilidade, tempestividade e equilíbrio entre custo e benefício, estando assim alinhadas. Adequadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para Pequenas e Médias Empresas (PME). A preparação das demonstrações contábeis poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas contábeis que possam afetar valores reportados de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis. Atendendo o conteúdo da NBC TG 1000(R1), a administração da empresa, fez a análise sobre a recuperabilidade dos ativos submetidos a tal resolução levando em conta os principais indicadores de desvalorização, tais como; informações internas (empresa) que espelhem desempenho econômico pior que o esperado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceda seu valor recuperável estimado. Calculado com base no valor residual menos perdas por redução ao valor recuperável estimado, calculado com base no valor residual menos perdas por redução ao valor recuperável apurada até o exercício social imediatamente anterior. As perdas de valor consideradas relevantes são reconhecidas no resultado. Após esta análise à administração chegou à conclusão de que todos os ativos se encontrem ao valor recuperável através da venda ou do uso, dispensando assim a realização dos testes efetivos de Impairment, uma vez que não identificou indicação relevante de não recuperabilidade. O Ajuste a valor presente tem por objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa, o qual se encontra determinado para as operações de longo prazo, tanto para os ativos quanto para os passivos. Caso a empresa detecte tais valores, será realizado o reconhecimento inicial de cada operação de longo prazo em base exponencial pró data e registrado em conta retificadora para que os ativos e passivos reflitam a realidade. Os juros serão reconhecidos como receita ou despesas com o transcorrer do tempo como receitas ou despesas financeiras na Demonstração do Resultado através do método de taxas efetivas de juros. A entidade elabora suas demonstrações contábeis usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimento para esses itens. 3.01 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, bens, direitos e obrigações, vinculadas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificadas como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificadas como itens não circulantes. 3.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa: São classificadas como caixa e equivalentes de caixa, numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos. 3.1.2 Adiantamentos: A conta é composta por: Adiantamento a fornecedores pagos para prestação de serviços e compra de materiais de uso e consumo que foram destinados para a atividade da empresa. Adiantamento de férias referente aos funcionários que tiveram o gozo das férias entre o período de dezembro/2021 a janeiro/2022. Adiantamento Rpa refere-se ao adiantamento pago a Terceiros. Adiantamento Estouro do Mês refere-se ao desconto de proventos em folha de pagamento de funcionários que se encontram afastados por motivo de doença, para que quando retornarem ao trabalho seja descontado em folha normal. 3.1.3 Tributos Federais a Recuperar: Esse subgrupo é composto de: Pis e Cofins a recuperar que se refere ao saldo credor remanescente dos créditos de insumo, lrrf sobre aplicações financeiras; se refere a créditos bancários sobre aplicações financeiras. Csl a Compensar, IRPJ a Compensar se refere a impostos pagos indevidos a maior que será compensado via per/comp em períodos seguintes. CSLL e IRPJ a Recuperar Retido na Prestação de Serviços se refere a retenções dos serviços prestados. Valor de adiantamento e parcelamentos refere-se a pagamento inicial de negociação com a receita federal.									
Lucros ou prejuizos acumulados	-	-	Nota 01 – Contexto Operacional – LOG20 Logística S/A, Sociedade Anônima com capital fechado cadastrada no CNPJ 13.631.347/0005-08 com sede e suas filiais localizadas conforme abaixo									
Demonstração do Resultado												
Conta	2022	2021										
Receitas operacionais líquidas	268.195.214,45	206.367.382,77										
Custos operacionais	224.810.268,89	166.253.605,98										
Gastos com pessoal	90.814.854,35	72.854.891,39										
Gastos gerais com transporte e frota	35.953.268,09	29.962.664,95										
Despesas operacionais	98.042.146,45	63.436.049,64										
Lucro bruto	43.384.945,56	40.113.776,79										
Despesas operacionais	25.298.677,51	22.582.733,87										
Despesas administrativas	25.298.677,51	22.582.733,87										
Resultado antes das operações financeiras	18.086.268,05	17.531.042,92										
Receita e despesas financeiras	11.529.258,37	6.922.116,44										
Despesas financeiras líquidas	12.952.035,24	8.017.515,19										
Receitas financeiras	(1.422.776,87)	(1.095.398,75)										
Lucro operacional	6.557.009,68	10.608.926,48										
Resultado de outras receitas e despesas	3.317.390,97	5.516.785,59										
Outras receitas operacionais	14.438.517,88	19.125.453,63										
Outras despesas operacionais	(11.121.126,91)	(13.608.668,04)										
Lucro antes dos impostos	9.874.400,65	16.125.712,07										
Provisão para imposto de renda	833.569,00	1.936.254,48										
Provisão para contribuição social	312.755,35	713.778,34										
Lucro líquido do exercício	8.728.076,30	13.475.679,25										
Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis Referente ao exercício social iniciado em 01/01/2022 e findo em 31/12/2022												
Nota 01 – Contexto Operacional – LOG20 Logística S/A, Sociedade Anônima com capital fechado cadastrada no CNPJ 13.631.347/0005-08 com sede e suas filiais localizadas conforme abaixo												
Filial	CNPJ	Localização										
Matriz	13.631.347/0005-08	Avenida Paulista 2064 Conjunto 14, Bairro Bela Vista no município de São Paulo SP										
Filial 02	13.631.347/0002-65	Avenida Fagundes de Oliveira Ante sala 7 N°640, Bairro Piraporinha, Cidade de Diadema SP										
Filial 03	13.631.347/0003-46	Rua São Cristóvão Bloco 01,02 e 03 N°1221, Bairro São Cristóvão, na Cidade Rio de Janeiro RJ,										
Filial 04	13.631.347/0004-27	Rua Luiz Carlos Zani Sala 07 n°2891, Bairro Parque Industrial III na cidade de Ibiaporá PR										
Filial 05	13.631.347/0001-84	Rua Osvaldo Valentim Zandavalli 511 Sala 301 Centro Condiária SC										
Filial 06	13.631.347/0006-99	Rodovia PR 483 855 SALA 12, Bairro Agua Branca na Cidade de Francisco Beltrão PR										
Filial 07	13.631.347/0007-70	Rua PIRAPO 705 Sala Comercial 685 Bairro Igará no município de Canoas RS,										
Filial 08	13.631.347/0008-50	Rodovia WASHINGTON LUIZ LADO IMPAR 16117 LOTES 11 A 29 LOJA D Bairro Santa Cruz da Serra, Duque de Caxias RJ										
Filial 09	13.631.347/0009-31	Rodovia Br 376 Km 462 Sul-Zona Rural, Sala 10, Bairro Colônia Dona Luiza cidade de Ponta Grossa-PR										
Filial 10	13.631.347/0010-75	Rua Urbano nº1570 Sala 08 Bairro Parque Três Fronteiras, cidade Foz do Iguaçu-PR										
Filial 11	13.631.347/0011-56	Av Souza Neves nº 1999 PAVLH 03 Bairro Chapada Ponta Grossa PR										
Filial 12	13.631.347/0012-37	Rua Doutor Reinaldo Schmithausen 3300 Lote 21 Bairro Cordeiros Itajaí SC										
Filial 13	13.631.347/0013-18	Via De Ligação Braskem Bairro Polo Industrial de Camaçari-BA										
Filial 14	13.631.347/0014-07	Av Julia Gaiolli nº0 Bairro Agua Chata Guarulhos SP										
Filial 15	13.631.347/0015-80	Avenida Do Contorno 2905 Sala 1007 Bairro Santa Efigenia Minas Gerais SP										
Filial 16	13.631.347/0016-60	Rua São João Batista 86 Bairro Botafogo Rio de Janeiro RJ										
Tem como principais atividades: Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, Transporte Rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e municipal. Carga e descarga. Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis. Organização Logística do transporte de cargas. Locação de automóveis sem condutor. Locação de outros meios de Transportes, não especificados anteriormente, sem condutor. Aluguéis de maquinas e Equipamentos agrícolas sem operador, Transporte Rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal. Transporte rodoviário de produtos perigosos.												
Nota 02 – Bases de Elaboração das Demonstrações Contábeis – As demonstrações												
Tributos federais a recuperar												
Pis a recuperar												
Cofins a recuperar												
Irrf sobre aplicações financeiras												
Irrf a recuperar												
Csl a compensar												
Csl a recuperar retido na prestação de serviços												
Irrj a recuperar retido na prestação de serviços												
Adiantamento de parcelamentos												
Pis a Compensar e Cofins a Compensar se refere a créditos fiscais de cálculo de Pis e cofins												
por Dentro conforme ação judicial de nº 5005569-75.2018.4.03.6100.												
31/12/2022												
31/12/2021												
Tributos federais a recuperar												
Pis a compensar												
Cofins a compensar												
Credito Habilitação Ação Judicial de nº 500294027.2017.4.04.7203 se refere aos créditos de Inss, oriundos de convenção coletiva sobre a folha de pagamento. Credito Habilitação Processo 18186.727294/2019-73 refere a segunda habilitação do credito Pis e Cofins, transitada em julgado 500294027.2017.4.04.7203 oriundos de convenção coletiva.												
31/12/2022												
31/12/2021												
Tributos federais a recuperar												
Credito habilitação ação judicial												
50029402720174047203												
Credito habilitação processo												
18186.727294/2019-73												
O Saldo Negativo de IRPJ e CSLL a Compensar se Refere a recuperação de imposto de IRPJ e CSLL do ano de 2018 recalculado após Levantamento de subvenção para investimento com base na Lei Complementar 160/2017												
31/12/2022												
31/12/2021												
Tributos federais a recuperar												
Saldo negativo de IRPJ a compensar												
Saldo negativo de CSLL a compensar												
3.1.4 Tributos Estaduais a Recuperar: Os valores que compõem esta conta referem-se aos seguintes tributos: Icms a Recuperar onde os valores ocorrem pelo saldo credor conforme apuração do Livro de Icms. ICMS a Recuperar CIAP a curto prazo, este é composto por créditos referentes a compra de ativo imobilizado.												
31/12/2022												
31/12/2021												
Tributos estaduais a recuperar												
ICMS a recuperar												
ICMS CIAP a recuperar												
3.1.5 Empréstimos a Receber: Esta conta é composta por valores destinados como empréstimo para pessoa Juridica conforme contrato entre as partes												
31/12/2022												
31/12/2021												
Empréstimos a receber												
Empréstimo inove desenvolvimento e soluções emp												
3.1.6 Clientes a receber: Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes. Estes itens, são reconhecidas inicialmente pelo valor nominal da fatura. Se eventualmente o prazo de recebimento for superior a 12 meses ou inferior se relevante, o valor do direito a receber é mensurado pelo método do custo amortizado descontando-se uma taxa efetiva, independentemente se os juros estiverem implícitos ou explícitos. Se a administração da sociedade encontrar evidências de perdas com créditos a receber a entidade reconhece imediatamente uma estimativa do valor como despesa no resultado e uma redução ao valor recuperável no respectivo ativo.												
31/12/2022												
31/12/2021												
Clientes a receber												
Outras contas a receber												
Clientes faturados												
Clientes a faturar												
3.1.7 Estoques: Os estoques, são avaliados no reconhecimento inicial pelo custo histórico, e incluem todos os gastos incorridos na sua aquisição, tais como fretes, seguros, exceto quanto aos tributos recuperáveis, tais como o IPI, ICMS, PIS e COFINS, conforme prevê a legislação. Os descontos comerciais, abatimentos e bonificações recebidas são deduzidos diretamente do custo de aquisição. Os juros incorridos pela aquisição de estoques, inclusive quando decorrentes de ajustes a valor (AVP), são considerados como despesas financeiras e, portanto, não estão refletidos no custo líquido de aquisição. O custo individual dos estoques é valorizado pelo custo médio ponderado												
31/12/2022												
31/12/2021												
Estoques												
Estoque de combustível												
Estoque de peças/diversos												
Estoque de epi e uniformes												
Estoque de produtos												

... continuação		LOG20 Logística S/A			
<p>3.2.4 Imobilizado: Os itens do imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, líquido dos tributos recuperáveis, com a contrapartida registrada em impostos a recuperar. Reparos e manutenções são reconhecidos quando incorridos, diretamente no resultado do exercício. Se ocorrerem substituições de peças ou itens de imobilizado, estes são baixados, desde que, mantenham controle que permita o respectivo registro da substituição. As taxas de depreciação estão fundamentadas no tempo de utilização dos referidos bens e considerando o valor residual, quando este puder ser mensurado de forma confiável, para fins de cálculo dentro do método linear, tudo em conformidade com a Resolução 1255/2009 que institui o Pronunciamento Técnico PME (NBC TG 1000(R1)), e por experiência de seus administradores os valores residuais foram pelo histórico do mercado revisados e ajustados</p>		<p>pela administração da empresa e apropriados ao final de cada exercício conforme o que segue. Foram lançados como bens de pequeno valor todos os itens que a entidade entendeu irrelevante para imobilizar.</p>		<p>3.3.6.3 – Honorários a Pagar refere-se a honorários contábeis e honorários de acessória conforme discriminação abaixo:</p>	
<p>3.2.5 Imobilizado em Andamento: Representado pelos consórcios a contemplar da companhia com saldo pago até esta data em cada grupo e cota.</p>		<p>3.3.2 Empréstimos e Financiamentos a pagar: O reconhecimento inicial ocorre no recebimento dos recursos. Em geral, a mensuração dos empréstimos e financiamentos, ocorrem pelo reconhecimento inicial do valor total futuro a pagar deduzido de uma conta redutora com os encargos financeiros e de custos da transação. Subsequentemente, é reconhecido mensalmente em contas de resultado os encargos financeiros e custos de transação que foram necessários para liberação do mesmo, de acordo com a taxa efetiva de juros. Os Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo têm o seguinte saldo:</p>		<p>3.3.6.4 – Outras Contas a Pagar está discriminado conforme tabela abaixo:</p>	
<p>3.3.1 Fornecedores: A rubrica fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor da fatura. Se eventualmente o prazo de pagamento for superior a 12 meses ou inferior se relevante, o valor da obrigação é mensurado pelo método do custo amortizado descontando-se uma taxa efetiva, independentemente se os juros estiverem implícitos ou explícitos.</p>		<p>3.3.3 Parcelamentos: Os parcelamentos decorrem de créditos fiscais obtidos em exercícios anteriores, cuja utilização foi aprovada por unanimidade em assembleia geral, pois se entendeu há época tratar-se de operação lícita e que não ofereceria risco tributário à empresa. Em 2018, se reavaliou estas operações e se entendeu que poderia haver a glosa do pagamento/compensação por parte da receita federal do Brasil e, como surgiu um parcelamento especial bastante vantajoso, a empresa optou pela adesão. Os parcelamentos estão sendo atualizados mensalmente conforme Selic da RFB.</p>		<p>3.3.6.5 – IPVA/ DPVAT e Licenciamento a Pagar refere-se ao valor que será pago no mês 01/2023. Contribuição Sindical Patronal referente ao saldo que deverá ser pago no exercício seguinte. Juros sobre capital Próprio refere-se ao valor calculado em dezembro/2022.</p>	
<p>3.3.2 Empréstimos e Financiamentos a pagar: O reconhecimento inicial ocorre no recebimento dos recursos. Em geral, a mensuração dos empréstimos e financiamentos, ocorrem pelo reconhecimento inicial do valor total futuro a pagar deduzido de uma conta redutora com os encargos financeiros e de custos da transação. Subsequentemente, é reconhecido mensalmente em contas de resultado os encargos financeiros e custos de transação que foram necessários para liberação do mesmo, de acordo com a taxa efetiva de juros. Os Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo têm o seguinte saldo:</p>		<p>3.3.4 Parcelamentos: Os parcelamentos decorrem de créditos fiscais obtidos em exercícios anteriores, cuja utilização foi aprovada por unanimidade em assembleia geral, pois se entendeu há época tratar-se de operação lícita e que não ofereceria risco tributário à empresa. Em 2018, se reavaliou estas operações e se entendeu que poderia haver a glosa do pagamento/compensação por parte da receita federal do Brasil e, como surgiu um parcelamento especial bastante vantajoso, a empresa optou pela adesão. Os parcelamentos estão sendo atualizados mensalmente conforme Selic da RFB.</p>		<p>3.3.6.6 – Outras Contas a Pagar está discriminado conforme tabela abaixo:</p>	
<p>3.3.3 Fornecedores: A rubrica fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor da fatura. Se eventualmente o prazo de pagamento for superior a 12 meses ou inferior se relevante, o valor da obrigação é mensurado pelo método do custo amortizado descontando-se uma taxa efetiva, independentemente se os juros estiverem implícitos ou explícitos.</p>		<p>3.3.5 Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias: Os encargos trabalhistas, conhecidos e ou passíveis de apuração, são contabilizados de acordo com a sua competência</p>		<p>3.3.6.7 – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social: O imposto de renda e a contribuição social foram calculados observando a legislação fiscal vigente, pelo Lucro Real.</p>	
<p>3.3.3 Obrigações Tributárias: Esta rubrica contempla os tributos a recolher, inerentes a atividade da empresa referentes a venda, ao lucro e inclusive os retidos de terceiros. A empresa é tributada pelo Lucro Real Trimestral, sendo que o imposto de Renda (IRPJ) relativos ao exercício são calculados com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, sobre o lucro tributável, considerando-se em separado as adições e/ou exclusões permanentes e temporárias, excédente a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)/trimestre, para a composição do total de IRPJ. E Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), de 9% sobre o lucro tributável. Também contempla no cálculo a compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e/ou de base negativa da CSLL relativo a períodos de apuração anteriores, é limitada a compensação de 30% (trinta por cento) do lucro do período. O Icms é apurado aplicando-se a sistemática da não cumulatividade. O Pis e Cofins aplica-se a cumulatividade. O saldo dos impostos a recolher em 31/12/2022 é de:</p>		<p>3.3.6.2 – Distribuição de Lucros a Pagar refere-se ao valor de lucro que foi destinado para distribuição no exercício de 2022/2021 conforme assembleia.</p>		<p>3.3.6.8 – Outras Contas a Pagar está discriminado conforme tabela abaixo:</p>	
<p>3.3.3 Obrigações Tributárias: Esta rubrica contempla os tributos a recolher, inerentes a atividade da empresa referentes a venda, ao lucro e inclusive os retidos de terceiros. A empresa é tributada pelo Lucro Real Trimestral, sendo que o imposto de Renda (IRPJ) relativos ao exercício são calculados com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, sobre o lucro tributável, considerando-se em separado as adições e/ou exclusões permanentes e temporárias, excédente a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)/trimestre, para a composição do total de IRPJ. E Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), de 9% sobre o lucro tributável. Também contempla no cálculo a compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e/ou de base negativa da CSLL relativo a períodos de apuração anteriores, é limitada a compensação de 30% (trinta por cento) do lucro do período. O Icms é apurado aplicando-se a sistemática da não cumulatividade. O Pis e Cofins aplica-se a cumulatividade. O saldo dos impostos a recolher em 31/12/2022 é de:</p>		<p>3.3.6.2 – Distribuição de Lucros a Pagar refere-se ao valor de lucro que foi destinado para distribuição no exercício de 2022/2021 conforme assembleia.</p>		<p>3.3.6.8 – Outras Contas a Pagar está discriminado conforme tabela abaixo:</p>	
<p>3.3.3 Obrigações Tributárias: Esta rubrica contempla os tributos a recolher, inerentes a atividade da empresa referentes a venda, ao lucro e inclusive os retidos de terceiros. A empresa é tributada pelo Lucro Real Trimestral, sendo que o imposto de Renda (IRPJ) relativos ao exercício são calculados com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, sobre o lucro tributável, considerando-se em separado as adições e/ou exclusões permanentes e temporárias, excédente a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)/trimestre, para a composição do total de IRPJ. E Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), de 9% sobre o lucro tributável. Também contempla no cálculo a compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e/ou de base negativa da CSLL relativo a períodos de apuração anteriores, é limitada a compensação de 30% (trinta por cento) do lucro do período. O Icms é apurado aplicando-se a sistemática da não cumulatividade. O Pis e Cofins aplica-se a cumulatividade. O saldo dos impostos a recolher em 31/12/2022 é de:</p>		<p>3.3.6.2 – Distribuição de Lucros a Pagar refere-se ao valor de lucro que foi destinado para distribuição no exercício de 2022/2021 conforme assembleia.</p>		<p>3.3.6.8 – Outras Contas a Pagar está discriminado conforme tabela abaixo:</p>	



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Adilson Finger – Diretor Administrativo e Financeiro
Marcos Adão Krahl – Contador CRC: 1-SC-014.437/0-1

... continuação

Cosco Shipping Lines (Brasil) S.A.

8. Provisão para Riscos – A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal dos negócios relacionados a processos tributários e cíveis. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Cosco constituiu provisão em montante suficiente para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento cujas chances de perda são consideradas prováveis:

	2022	2021
Natureza da contingência		
Fiscal	242	242

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui ações cíveis envolvendo risco de perda classificado pela Administração e seus assessores jurídicos como possível, no montante de US\$ 420 (R\$ 2.341) e US\$ 420 (R\$2.341) em 31 de dezembro de 2021. **9. Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes** – A reconciliação entre a despesa tributária calculada pelas alíquotas legais combinadas e a despesa de imposto de renda e contribuição social lançada sobre o lucro líquido está apresentada a seguir:

	2022	2021
Descrição		
Lucro líquido do exercício	47.895	26.614
Dedução de imposto de renda e contribuição social	9.902	5.736
Lucro presumido	57.797	32.350
Despesa de contribuição social à alíquota nominal (9%)	5.198	2.912
Despesa de imposto de renda à alíquota estatutária (15%)	8.666	4.852
Despesa de imposto de renda à alíquota estatutária (10%) – adicional	5.752	3.211
Total do resultado corrente de IRPJ e CSLL	19.616	10.975

10. Armador

	2022	2021
Descrição		
Contas a receber não liquidadas	56.582	155.705
Contas a receber estimadas	241	(70)
Contas a receber externas	4	69
Contas a receber internas	–	–
Temp a receber	(17.588)	(12.255)
Comissão estimada a receber – grupo	(24)	9
Provisões de contas a receber – a faturar	(217)	61
Outras contas a receber internas	12.233	12.198
Ou- fundos de grupo	(27.406)	(36.657)
Outras contas a receber de cliente ex-grupo	3.489	25.935
Despesas pagas antecipadamente – grupo	18.862	9.202
Contas a receber	46.176	154.203
Provisões de contas a pagar – a faturar	(3)	(370)
Recebimentos antecipados – grupo	(5.811)	(6.629)
Recebimentos antecipados – ex-grupo	(3.069)	(2.931)
Contas a pagar – externas	(429)	(53)
Frete para remessa	(9.312)	(9.983)
Outras contas a pagar ex- grupo	(7.259)	(35.514)
Outras contas a pagar	(7.259)	(35.514)
Outras contas a pagar – Cosco	(60.946)	(155.897)
Contas a pagar – Cosco	(60.946)	(155.897)
Total de frete para remessa	(77.517)	(201.394)

11. Patrimônio Líquido

	2022	2021
Descrição		
Capital social	521	521

Plano de opção de compra de ações: A Companhia optou por remunerar seus funcionários por meio de opções de compra de ações. Esse tipo de remuneração visa estimular os colaboradores a se comprometerem com a maximização do valor da Companhia, alinhando seus interesses aos dos acionistas. Em maio de 2019, a Cosco, por meio de reunião do Conselho de Administração, aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações – SOP. De acordo com o Programa de Incentivos de Opção de Compra de Ações, os participantes podem receber ações ordinárias emitidas pela Companhia. O Programa de Incentivos de Opção de Compra de Ações da Companhia estipula um Modelo Black-Scholes com algumas condições para opções de aquisição relacionadas ao mercado. Se as Condições de Exercício em relação ao período de exercício relevante não forem satisfeitas, o lote relevante de Opções de Ações caducará e será cancelado pela Companhia. As opções de compra de ações estão condicionadas ao cumprimento de dois anos de serviço após a data da outorga. No primeiro e segundo aniversários da data de outorga, 33% estará disponível para aquisição, e, no terceiro aniversário da data de outorga, 34%. De acordo com o Plano Revisto, as Opções de Ações do Participante em questão só se tornarão exercíveis se o Participante tiver obtido uma nota de avaliação "qualificado" ou "equivalente a qualificado" ou superior, em oposição a "qualificado" ou acima, de acordo com a Programa de Incentivo de Opção de Compra de Ações, na sua avaliação de desempenho do exercício imediatamente anterior ao exercício das Opções de Ações realizado nos termos das Medidas de Avaliação. Todas as opções concedidas expiram em dez anos a partir da data de concessão dessas opções. Dessa forma, o período aquisitivo da Companhia é de dois anos, uma tranche para cada período aquisitivo, cada período de exercício tem um prazo de carência e para cada tranche a Companhia tem uma data de vencimento das opções outorgadas.

Posição do plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2022

Número de série	Funcionário	Quantidade de ações
269	Li Zheng	689,000
270	Li Zheng	552,500
271	Li Zheng	448,500
349	Li Zheng	448,500
352	Li Zheng	448,500
Total de ações		2.587,000

Valor total das ações em R\$ 2.219

Posição do plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2021

Número de série	Funcionário	Quantidade de ações
269	Li Zheng	689,000
270	Li Zheng	552,500
271	Li Zheng	448,500
349	Li Zheng	448,500
352	Li Zheng	448,500
Total de ações		2.587,000

Valor total das ações em R\$ 1.849

12. Receita Operacional Líquida

	2022	2021
Descrição		
Receita bruta	47.373	41.382
Imposto sobre vendas	(1.869)	(1.652)
PIS	(379)	(292)
COFINS	(2.242)	(1.685)
Total	42.883	37.753

13. Despesas Administrativas

	2022	2021
Descrição		
Despesas de pessoal	16.583	17.691
Manutenção e reparos	1.541	1.549
Depreciação/aluguel de escritório ou edifício	181	701
Viagens – passagens aéreas	126	43
Despesas diversas – despesa não dedutível	10.718	5.845
Entretenimento – deduções/negócios	310	202
Administração – publicidade	176	84
Materiais de escritório	50	36
Taxa de associação	342	299
Telefone – voz (local)	119	125
Segurança	45	45
Auditoria	82	78
Prestadores de serviços	255	402
Água e energia elétrica	78	60
E-mail/Internet	105	139
Despesas de correio e courier	11	38
Depreciação	277	293
Amortização	198	145
Outros alugueis	1.008	208
Outras	44	38
Total	32.249	28.021

14. Resultado Financeiro, Líquido

	2022	2021
Descrição		
Despesas financeiras	(8.757)	(9.328)

Despesa com juros-passivo de arrendamento

	2022	2021
Perda cambial	(73.202)	(75.041)
Total	(81.969)	(84.423)

Receitas financeiras

	2022	2021
Instituição financeira	387	118
Atualização monetária	(73)	4
Ganho cambial	122.260	105.205
Total	122.574	105.327

Resultado financeiro, líquido

	2022	2021
Total	40.605	20.904

15. Gestão de Riscos – A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros, que são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os instrumentos financeiros para fins de proteção são contratados com base em uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende reduzir. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas em relação às condições vigentes no mercado. A Companhia não faz investimentos especulativos em derivativos ou em quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros nas demonstrações financeiras foram determinados de acordo com os critérios e políticas contábeis divulgados em notas explicativas específicas. A Companhia está exposta aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco cambial: A Companhia mantém operações denominadas em moedas estrangeiras que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os saldos. A Companhia monitora as variações ocorridas, mas não utiliza instrumentos financeiros de proteção cambial. **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em prejuízos como resultado da inadimplência de seus clientes. A seletividade de seus clientes, bem como o acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas e dos limites de posições individuais, são procedimentos adotados para minimizar problemas de inadimplência de seus recebíveis. **Risco de taxa de juros:** Surge da possibilidade de a Companhia incorrer em ganhos ou perdas devido a flutuações nas taxas de juros aplicadas aos seus ativos e passivos financeiros. Para diminuir esses riscos, a Companhia tem contratos para proteger os ativos e passivos financeiros por meio da aplicação de taxas pré-fixadas. **Risco de liquidez:** Este risco decorre da possibilidade de redução dos montantes destinados ao pagamento de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras de curto prazo passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir possíveis descasamentos entre a data de vencimento de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. **Risco operacional:** É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões corporativos de comportamento geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para o gerenciamento de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para adequada segregação de funções, incluindo autorização independente de transações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de transações; • Cumprimento de exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e ajuste de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências para relatar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; • Mitigação de risco, incluindo seguro, quando em vigor. **16. Cobertura de Seguros** – Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas consideradas suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo não circulante e incluem cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não incluiu a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e é considerada suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Zheng Li – Diretor
Nara Bueno Nunes da Silva – Contadora CRC/SP 1SP 167.448/0-6

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

PR-SAD Administração de Bem Próprio S/A											
CNPJ/MF nº 15.595.305/0001-60											
Balanco Patrimonial (Em Milhares de Reais)			Demonstração do Resultado (Em Milhares de Reais)				Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em Milhares de Reais)				
	2022	2021		2022	2021		2022	2021		2022	2021
Ativo			Despesas/Receitas Operacionais	(2.547)	(2.534)	Atividades Operacionais			2022	2021	2021
Ativo Circulante	3.565	2.136	Despesas Gerais e Administrativas	(2.547)	(2.531)	Lucro líquido (prejuízo) do período			(2.312)	(2.673)	(145)
Disponibilidades	-	504	Despesas tributárias	(19)	(3)	Depreciações e amortizações			2.528	2.528	512
Caixa e bancos	-	504	Despesas de depreciação e amortização	(2.528)	(2.528)	Varição de Ativos e Obrigações			(720)	512	301
Títulos e Valores Mobiliários	3.537	1.585	Outras Despesas Operacionais	-	(3)	(Aumento) diminuição de títulos e valores mobiliários			(1.952)	(1.952)	9
Cotas de fundos de investimentos	1.547	-	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(2.547)	(2.534)	(Aumento) diminuição de outros créditos			19	9	(2.262)
Outros títulos de renda fixa	1.990	1.585	Resultado Financeiro	235	(139)	Aumento (diminuição) de obrigações por empréstimos			(2.263)	(2.262)	2.464
Outros Créditos	28	47	Receitas Financeiras	413	68	Aumento (diminuição) de outras obrigações			3.476	2.464	-
Diversos	28	47	Rendas de títulos e valores mobiliários	413	68	Caixa líquido (aplicado) consumido nas atividades operacionais			(504)	367	-
Ativo Não Circulante	3.596	6.125	Despesas Financeiras	(178)	(207)	Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa			(504)	367	-
Imobilizado de Uso	3.596	6.125	Prejuízos com títulos e valores mobiliários	(79)	-	Modificações Na Posição Financeira					-
Outros bens do imob de uso	25.286	25.286	Despesas com obrigações por empréstimos	(99)	(207)	Caixa e equivalentes de caixa:					-
(Depreciações acumuladas)	(21.690)	(19.161)	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(2.312)	(2.673)	No início do exercício			504	137	-
Total do Ativo	7.161	8.261	Prejuízo do Período	(2.312)	(2.673)	No fim do exercício			-	504	-
Passivo	2022	2021	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(2.312)	(2.673)	Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa			(504)	367	-
Passivo Circulante	29.030	27.818	Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-						-
Obrigações por Empréstimos	2.262	4.525	Nº de Ações	2.826.940	2.826.940						-
Empréstimos no país	2.262	4.525	Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,818)	(0,946)						-
Outras Obrigações	26.768	23.293	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido								-
Impostos e contribuições sobre salários	-	36	(Em Milhares de Reais)								-
Demais impostos e contribuições a recolher	9	7									-
Provisões para pagamentos a efetuar	47	29									-
Diversos	26.712	23.221									-
Patrimônio Líquido	(21.869)	(19.557)									-
Capital:	2.826	2.826									-
De domiciliados no país	2.827	2.827									-
(Capital a realizar)	(1)	(1)									-
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(24.695)	(22.383)									-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	(21.869)	(19.557)									-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	7.161	8.261									-
Demonstração do Resultado Abrangente (Em Milhares de Reais)	2022	2021									-
Resultado Do Período	(2.312)	(2.673)									-
Resultado Abrangente	-	-									-
Resultado Abrangente	(2.312)	(2.673)									-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores Em Milhares de Reais)

1. Contexto Operacional – A empresa PR-SAD Administração de Bem Próprio S.A. foi constituída em 09 de maio de 2012, e tem por objetivo a administração de bem próprio. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras** – As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei no 6.404/76 alterada pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **3. Principais Práticas Contábeis – 3.1. Apuração do resultado** – As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. **3.2. Ativos e passivos circulantes e a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas.

3.3. Imobilizado: O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% a.a. para Sistema de Processamento de Dados, 10% a.a. para Aeronave; e, 10% a.a. para os demais contos. **3.4. Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social** – O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base no lucro tributável, ajustado nos termos da legislação pertinente. **3.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa estão representados por dinheiro em mãos e saldos bancários em contas correntes de alta liquidez e que são prontamente conversíveis em numerário.

4. Composição de Saldos Relevantes

	2022	2021
Ativo Circulante	3.565	2.136
Títulos e valores mobiliários	1.990	-
Cotas fundos de investimentos	1.547	1.585
Passivo Circulante	29.030	27.818
Obrigações por empréstimo	2.262	4.525
Empréstimo – Financiamento de aeronave	2.262	4.525
Outras obrigações	26.768	23.293
Impostos e contribuições sobre salário	-	36
Demais impostos e contribuições a recolher	9	7
Provisão de pgto. a efetuar	47	29
Cretores diversos	26.712	23.221
5. Imobilizado de Uso	3.596	6.125
Imobilizado	3.596	6.125
Processamento de Dados	25.286	(21.690)
Sistema de Transportes	25.286	(21.690)
Aeronave Phenom 300	25.286	3.596
Total	25.286	(21.690)
6. Patrimônio Líquido – a) Capital Social: O capital social subscrito é de R\$ 2.827, dividido em 2.826.940 ações ordinárias, sem valor nominal. b) Reserva legal: Do resultado apurado em cada exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% do capital social. O saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. 7. Juros de Capital Próprio – Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram pagos juros sobre capital próprio, conforme faculto o artigo 9º da Lei nº 9.249/95. 8. Contingências – Impostos e contribuições permanecem sujeitos a revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.		

A Diretoria
Reinaldo Dantas – Contador CRC 1SP 110.330/0-6

PS-MAS Administração de Bem Próprio S.A.											
CNPJ/ME nº 42.027.928/0001-00 – (Anteriormente denominada de Fraction 027 Administração de Bem Próprio S.A.)											
Balanco Patrimonial encerrado em 31/12/2022 e 2021 (Em Reais)			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais)				Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em Reais)				
	2022	2021		2022	2021		2022	2021		2022	2021
Ativo			Eventos			Reserva Legal			Lucros ou Prejuízos Acumulados		Total 2021
Ativo circulante	2.246.239,36	102,16	Saldos iniciais em 01/01/21	-	-	-	-	2,06	102,06		102,06
Disponibilidades	1.565.269,31	101,69	Mutações do Período					-	100,00		100,00
Caixa e bancos	1,00	101,69	Aumento de capital					-	100,00		100,00
Moedas estrangeiras	1.565.268,31	-	Lucro líquido (prejuízo) do exercício					2,06	-		2,06
Títulos e valores mobiliários	91.201,27	-	Saldos finais em 31/12/21	100,00	2,06			2,06	102,06		102,06
Outros títulos de renda fixa	91.201,27	-	Eventos			Reserva Legal			Lucros ou Prejuízos Acumulados		Total 2022
Outros créditos	397.194,21	0,47	Saldos iniciais em 01/01/22	100,00	2,06	4.900,00	-	(1.336.112,58)	6.017.711,69		102,06
Diversos	397.194,21	0,47	Mutações do Período						7.348.924,27		102,06
Outros valores e bens	192.574,57	0,47	Ajustes de exercícios anteriores						-		-
Outros valores e bens	192.574,57	0,47	Aumento de capital	7.353.824,27	-	-	-	-	7.353.824,27		-
Ativo não circulante	17.424.253,07	-	Redução de capital	(4.900,00)	-	-	-	-	(4.900,00)		-
Imobilizado de uso	17.424.253,07	-	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(1.336.112,58)	(1.336.112,58)		-
Outros bens do imob de uso	17.424.253,07	-	Destinações:			4.900,00	-	-	4.900,00		-
(Depreciações acumuladas)	(141.777,01)	-	Reserva legal			4.900,00	-	-	4.900,00		-
Total do ativo	19.670.492,43	102,16	Saldos finais em 31/12/22	7.349.024,27	4.900,00	4.900,00	(1.336.110,52)	6.017.813,75			6.017.813,75
Passivo	2022	2021	Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais)			Demonstração do Resultado Abrangente (Em Reais)					
Passivo circulante	13.652.678,68	0,10									
Recursos de debêntures	10.273.651,30	-	Despesas/Receitas Operacionais	(1.416.549,23)	(0,10)	Resultado do período			(1.336.112,58)	2,06	2,06
Empréstimos no Exterior	10.273.651,30	-	Despesas com Vendas			Resultado abrangente			(1.336.112,58)	2,06	2,06
Outras obrigações	3.379.027,38	0,10	Despesas Gerais e Administrativas	(1.471.302,93)	(0,10)						
Demais impostos e contribuições a recolher	2.238,88	0,10	Outras despesas administrativas	(1.261.159,02)	-						
Provisões para pagamentos a efetuar	205.983,96	-	Despesas tributárias	(68.366,90)	(0,10)						
Obrigs. por aquisição de bens e direitos	1.052.994,54	-	Despesas de depreciação e amortização	(141.777,01)	-						
Diversos	2.117.810,00	-	Outras Receitas Operacionais	54.753,70	-						
Patrimônio líquido	6.017.813,75	102,06	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(1.416.549,23)	(0,10)						
Capital:	7.349.024,27	100,00	Resultado Financeiro	80.436,65	2,16						
De domiciliados no país	7.349.024,27	100,00	Receitas Financeiras	80.436,65	2,16						
Reservas de lucros	4.900,00	-	Rendas de títulos e valores mobiliários	80.436,65	2,16						
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(1.336.110,52)	2,06	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(1.336.112,58)	2,06						
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	6.017.813,75	102,06	Lucro/ (Prejuízo) do Período	(1.336.112,58)	2,06						
Total do passivo e patrimônio líquido	19.670.492,43	102,16	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(1.336.112,58)	2,06						
			Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-						
			Nº de Ações	7.349.025	100						
			Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,18)	0,02						

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

1. Contexto Operacional – A empresa PS-MAS Administração de Bem Próprio S.A. (Anteriormente denominada de Fraction 027 Administração de Bem Próprio S.A.) (Companhia) foi constituída em 20 de maio de 2021, e tem por objetivo a administração e compartilhamento de bens próprios, visando o uso compartilhado entre os acionistas da Companhia. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras** – As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei no 6.404/76 alterada pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **3. Principais Práticas Contábeis – 3.1. Apuração do resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. **3.2. Ativos e passivos circulantes e a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas. **3.3. Imobilizado de Uso:** O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% para processamento de dados e 10% para aeronave. **3.4. Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base no lucro tributável, ajustado nos termos da legislação pertinente. **4. Composição de Saldos Relevantes**

	2022	2021
Ativo circulante	2.246.239,36	102,16
Disponibilidades	1.565.269,31	101,69
Caixas e bancos	1,00	101,69
Moeda estrangeira	1.565.268,31	-
Títulos e valores mobiliários	91.201,27	-
Certificado de depósito bancário	91.201,27	-
Passivo Circulante	13.652.678,68	0,10
Outras Obrigações	3.379.027,38	0,10
Demais impostos e contribuições a recolher	2.238,88	0,10
Provisões para pagamento a efetuar	205.983,96	-
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.052.994,54	-
Diversas	2.117.810,00	-

5. Imobilizado de Uso

	2022	2021
Equipamentos e proc. De dados	17.545.480,20	17.403.984,39
Sistema de Transportes	17.566.030,08	17.424.253,07
Aeronave	17.545.480,20	(141.495,81)
Total	17.566.030,08	(141.777,01)

A Diretoria
Reinaldo Dantas – Contador CRC 1SP 110.330/0-6

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/

PT-MCP Administração de Bem Próprio S/A.			
CNPJ/ME nº 14.221.379/0001-74			
Balanco Patrimonial encerrado em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de Reais)		Demonstração do Resultado do Exercício (Em milhares de Reais)	
	2022	2021	2022
Ativo	1.730	1.348	(652)
Ativo Circulante	1.730	1.348	(652)
Títulos e Valores Mobiliários	1.726	1.336	(648)
Cotas de fundos de investimentos	1.726	737	(648)
Outros títulos de renda fixa	-	599	(2)
Outros créditos	4	12	(2)
Diversos	4	12	(2)
Ativo Não Circulante	131	779	(652)
Imobilizado de Uso	131	779	(651)
Outros bens do imob de uso	6.481	6.481	(651)
(Depreciações acumuladas)	(6.350)	(5.702)	(651)
Total do Ativo	1.861	2.127	(555)
Passivo	2022	2021	(555)
Passivo Circulante	8.131	7.842	(620)
Outras Obrigações	8.131	7.842	(620)
Impostos e contribuições sobre salários	-	22	-
Demais impostos e contribuições a recolher	4	3	-
Provisões para pagamentos a efetuar	58	3	-
Diversos	8.069	7.814	-
Patrimônio Líquido	(6.270)	(5.715)	(555)
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(6.270)	(5.715)	(555)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	(6.270)	(5.715)	(555)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.861	2.127	(555)
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de Reais)		Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de Reais)	
	2022	2021	2022
Eventos	Lucros ou Prejuízos	Acumulados	2022
Saldos iniciais em 01/01/21	(5.095)	(5.095)	(555)
Mutações do Período	(620)	(620)	(620)
Prejuízo do exercício	(620)	(620)	(620)
Saldos finais em 31/12/21	(5.715)	(5.715)	(620)
Eventos	Lucros ou Prejuízos	Acumulados	2022
Saldos iniciais em 01/01/22	(5.715)	(5.715)	(555)
Mutações do Período	(555)	(555)	(555)
Prejuízo do exercício	(555)	(555)	(555)
Saldos finais em 31/12/22	(6.270)	(6.270)	(620)
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)			
1. Contexto Operacional – A empresa PT-MCP Administração de Bem Próprio S.A. foi constituída em 10 de agosto de 2011, e tem por objetivo a administração de bem próprio. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3. Principais Práticas Contábeis – 3.1. Apuração do resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. 3.2. Ativos e passivos circulantes e a longo prazo: Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas. 3.3. Imobilizado: O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% a.a. para Sistema de Processamento de Dados; 10% a.a. para Aeronave; e, 10% a.a. para as demais contas. 3.4. Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base no lucro tributável, ajustado nos termos da legislação pertinente. 4. Composição de Saldos Relevantes			
Ativo Circulante			
Títulos e valores mobiliários			
Cotas de fundos de investimentos			
Certificado de depósitos bancários			
Outros créditos – Diversos			
Impostos e contribuições a compensar			
Pagamento a ressarcir			
Pedido de restituição			
Passivo Circulante			
Outras obrigações			
Impostos e contribuições sobre salário			
Demais impostos e contribuições a recolher			
Provisão de pgto. a efetuar			
Credores diversos			
5. Imobilizado de Uso			
Imobilizado			
Instalações			
Moveis e Equipamentos			
Sistema de Comunicação			
Sistema de Transportes			
Aeronave			
Total			
6. Patrimônio Líquido – O capital social subscrito é de R\$ 100,00 (cem reais), dividido em 100 ações todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal, a integralizar pelos acionistas. Do resultado apurado em cada exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% do capital social. O saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. 7. Juros de Capital Próprio – Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foi pago juros sobre capital próprio, conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95. 8. Contingências – Impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.			
A Diretoria			
Reinaldo Dantas			
Contador CRC 1SP 110.330/O-6			

PT-XGS Administração de Bem Próprio S/A.			
CNPJ/ME nº 23.568.425/0001-05			
Balanco Patrimonial encerrado em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de Reais)		Demonstração do Resultado do Exercício (Em milhares de Reais)	
	2022	2021	2022
Ativo	3.768	3.961	(410)
Ativo circulante	3.768	3.961	(410)
Títulos e valores mobiliários	1.243	2.152	(10)
Cotas de fundos de investimentos	1.243	215	(400)
Outros títulos de renda fixa	-	1.937	(1)
Outros créditos	2.525	1.809	(1)
Diversos	2.525	1.809	(1)
Ativo não circulante	2.733	3.133	(403)
Imobilizado de uso	2.733	3.133	(403)
Outros bens do imob de uso	4.000	4.000	(403)
(Depreciações acumuladas)	(1.267)	(867)	(403)
Total do ativo	6.501	7.094	(198)
Passivo	2022	2021	(198)
Passivo Circulante	7.200	7.595	(370)
Obrigações por empréstimos	2.362	2.362	(370)
Empréstimos no país	2.362	2.362	(370)
Outras obrigações	4.838	5.233	(370)
Impostos e contribuições sobre salários	6	57	(370)
Demais impostos e contribuições a recolher	15	12	(370)
Provisões para pagamentos a efetuar	35	3	(370)
Diversos	4.782	5.161	(370)
Patrimônio líquido	(699)	(501)	(198)
Capital:	1.500	1.500	(198)
De domiciliados no país	4.000	4.000	(198)
(Capital a realizar)	(2.500)	(2.500)	(198)
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(2.199)	(2.001)	(198)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	(699)	(501)	(198)
Total do passivo e patrimônio líquido	6.501	7.094	(198)
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de Reais)		Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de Reais)	
	2022	2021	2022
Eventos	Capital Realizado	Prejuízos Acumulados	2022
Saldos iniciais em 01/01/2021	1.500	(1.311)	(198)
Mutações do Período	-	(370)	(370)
Prejuízo do exercício	-	(370)	(370)
Saldos finais em 31/12/2021	1.500	(2.001)	(198)
Eventos	Capital Realizado	Prejuízos Acumulados	2022
Saldos iniciais em 01/01/2022	1.500	(2.001)	(198)
Mutações do Período	-	(198)	(198)
Prejuízo do exercício	-	(198)	(198)
Saldos finais em 31/12/2022	1.500	(2.199)	(198)
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)			
1. Contexto Operacional – A empresa PT-XGS Administração de Bem Próprio S.A. foi constituída em 29 de outubro de 2015, e tem por objetivo social a administração e compartilhamento de bens próprios, visando o uso compartilhado entre os acionistas da Companhia. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3. Principais Práticas Contábeis – 3.1. Apuração do resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. 3.2. Ativos e passivos circulantes e a longo prazo: Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas. 3.3. Imobilizado: O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo 10% a.a. para Aeronave. 3.4. Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base no lucro tributável, ajustado nos termos da legislação pertinente. 4. Composição de Saldos Relevantes			
Ativo Circulante			
Títulos e valores mobiliários			
Cotas de fundos de investimentos			
Certificado depósito bancário			
Outros créditos – Diversos			
Adiantamentos e antecipações			
Impostos e contribuições a compensar			
5. Imobilizado de Uso			
Sistema de Transportes			
Aeronave			
Total			
6. Patrimônio Líquido – a) Capital Social: O capital social subscrito é de R\$ 4.000, dividido em 4.000.100 ações todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal. b) Reserva legal: Do resultado apurado em cada exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% do capital social. O saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. 7. Juros de Capital Próprio – Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram pagos juros sobre capital próprio, conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95. 8. Contingências – Impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.			
A Diretoria			
Reinaldo Dantas			
Contador CRC 1SP 110.330/O-6			

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS



Wattana Empreendimentos e Participações S.A.									
CNPJ/MF no 30.948.437/0001-12									
Relatório da Administração									
Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 05 de abril de 2023. A Administração									
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores Expressos em Reais – R\$) de outra forma									
BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Ativo	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	31/12/2022	31/12/2021	(-) Despesas (receitas) operacionais	31/12/2022	31/12/2021	
Circulante	18.983	5.835.873	Circulante	75	69	Despesas administrativas e gerais	12.016.457	15.241.755	
Caixa e equivalentes de caixa	18.928	2.521	Obrigações tributárias	75	69	Despesas tributárias e fiscais	(39.745)	(50.021)	
Tributos a recuperar	55	-	Não circulante	-	-	Resultado financeiro líquido	(2.270)	(677)	
Outros créditos	-	5.833.353	Patrimônio líquido	75.022.198	74.612.741	Resultado da equivalência patrimonial	(1.207)	(1.338)	
Não circulante	75.003.289	68.776.936	Capital social	3.891.492	3.891.492	Lucro do exercício	12.059.679	15.293.791	
Investimentos	75.003.289	68.776.936	Reservas de lucros	71.130.706	70.721.249				
Total do ativo	75.022.273	74.612.810	Total do passivo	75.022.273	74.612.810				
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Atividades operacionais	31/12/2022	31/12/2021	Distribuição de lucro	31/12/2022	31/12/2021	Capital social	Reservas de lucros	Patrimônio líquido	
Resultado do exercício	12.016.457	15.241.755	Recebimentos de dividendos	(11.607.000)	(12.774.000)	Patrimônio liq. em 31/12/20	3.891.492	68.253.494	72.144.986
Ajustes:			Caixa líquido - atividades financ.	5.833.325	12.809.983	Lucro do exercício	-	15.241.755	15.241.755
Resultado de equivalência patrimonial	(12.059.679)	(15.293.791)	Caixa líquido - atividades invest.	(5.773.675)	35.983	(-) Lucros distribuídos	-	(12.774.000)	(12.774.000)
Recursos gerados pelas atividades	(43.222)	(52.036)	Caixa líquido gerado pelas atividades	16.407	(16.065)	Patrimônio liq. em 31/12/21	3.891.492	70.721.249	74.612.741
Variáveis de ativos e passivos			Disponibilidades			Lucro do exercício	-	12.016.457	12.016.457
Outros créditos	5.833.353	(16)	No início do exercício	2.521	18.586	(-) Lucros distribuídos	-	(11.607.000)	(11.607.000)
Tributos a recuperar	(55)	-	No fim do exercício	18.928	2.521	Patrimônio liq. em 31/12/22	3.891.492	71.130.706	75.022.198
Obrigações tributárias	6	3	Varição das disponibilidades de caixa no período	16.407	(16.065)				
Caixa líquido - atividades operacionais	5.833.304	(13)							
Atividades de financiamentos									
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
<p>1. Contexto operacional: A sociedade tem como atividade preponderante, administração de imóveis próprios, participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia ou quotista (holding).</p> <p>2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.</p> <p>3. Sumário das principais práticas contábeis: As principais práticas adotadas pela administração da Sociedade na elaboração da contabilidade e apresentação das Demonstrações Financeiras, consideramos, dentre os vários aspectos atinentes à matéria: a) Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros estão representados no balanço por valores originais, aos quais são agregadas as respectivas apropriações de receitas e despesas, cujos saldos mostram-se compatíveis com os prováveis valores de realização no mercado afeto. A empresa não adota operações com derivativos, nem mantém quaisquer instrumentos financeiros, fora aqueles assentados nos registros escriturais de sua contabilidade, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações. b) Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais que é a moeda funcional da Entidade e, também, a sua moeda de apresentação. c) Apuração do Resultado: As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da Sociedade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências fisco legais. d) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os montantes de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de alta liquidez, registrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços e com riscos insignificantes de perda de valor. e) Investimentos – Participações em Outras Sociedades: A empresa mantém participações em outras sociedades. Os respectivos investimentos foram todos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, segundo as normas aplicáveis no Brasil e não por seu custo de aquisição ou "valor justo", conforme normas internacionais. f) Demais Passivos Circulante e Não Circulante: Estão demonstrados por valores conhecidos, prováveis e/ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias, incorridos até a data do balanço. g) Estimativas Contábeis: O preparo das demonstrações financeiras requer adoção de premissas e estimativas por parte da Administração sobre certos ativos e passivos e divulgação de possíveis contingências sobre o patrimônio da entidade. Considerando que isso induz julgamentos por parte da Administração, vez que envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrências de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. 4. Caixa e equivalentes de caixa: O grupo das disponibilidades de recursos está representado, substancialmente, pelos saldos de contas bancárias e por recursos alocados em linhas de aplicações financeiras de curto prazo. Aplicações essas, representadas por títulos de renda fixa, contratadas em prazos, condições e taxas normais, idênticas às praticadas pelo mercado e disponíveis, a qualquer momento, para emprego e utilização nas operações da Sociedade; estando consignadas nos balanços patrimoniais, conforme adiante descrito.</p>									
<p>5. Investimentos em outras sociedades: As participações em sociedades controladas e controlada em conjunto, são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora. Nas operações entre as controladas da Companhia, os ganhos ou perdas não realizadas, foram eliminados. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes com as adotadas pela Companhia. No exercício de 2020 a empresa contabilizou um ganho de capital na referida conta em decorrência do prêmio pago à RCB Investimentos relativo ao 1º plano de opção de ações, representando 1,83% da quantidade total de ações da RCB Investimentos.</p>									
<p>6. Capital social: O Capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 3.891.492 (Três milhões, Oitocentos e Noventa e Um mil e Quatrocentos e Noventa e Dois Reais), representado por 1.000.000 (Um milhão) de ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. 7. Conclusão das demonstrações financeiras: As Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ora apresentadas em conjunto com as de 31 de dezembro de 2021, serão, oportunamente, submetidas à apreciação dos sócios. Apresentamos lucro líquido no montante de R\$ 12.059.679 (doze milhões, duzentos e quarenta e um mil, setecentos e cinquenta e cinco reais), estando as mesmas refletidas à avaliação e cálculo sobre as equivalências patrimonial dos seus respectivos investimentos.</p>									
<p>Alexandre do Rosário Nobre – Presidente Carolina Gabriel da Luz – Contador CRC 1SP 266.044/O-3</p>									
<p>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras</p> <p>Aos Administradores da Wattana Empreendimentos e Participações S.A., São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Wattana Empreendimentos e Participações S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Wattana Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Conforme mencionado na nota 3 – e, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS, esses investimentos seriam avaliados pelo custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião separada sobre esses assuntos. Em nossa auditoria não houve mudanças significativas nas práticas contábeis para o exercício de 2022. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório</p>									
<p>da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, ou emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objetos de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que em lei ou regulamento, tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas a tal comunicação poderia, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>									
<p>São Paulo, 05 de abril de 2023</p>									
<p>Senso Auditores Independentes CRC nº 2SP 005977/O-9</p>					<p>Guilherme Rocha Castro Soares Contador CRC nº 1SP 290.834/O-4</p>				

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2023



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

Real Estate Duo 004 Angra dos Reis Administração S.A.																																																																																				
CNPJ/MF nº 23.723.714/0001-23																																																																																				
Balanco Patrimonial (Valores em milhares de Reais)		Demonstração do Resultado (Valores em milhares de Reais)																																																																																		
	2022	2021																																																																																		
Ativo																																																																																				
Ativo circulante	446	3.472																																																																																		
Titulos e valores mobiliários	94	3.039																																																																																		
Cotas de fundos de investimentos	94	691																																																																																		
Outros titulos de renda fixa	-	2.348																																																																																		
Outros créditos	335	433																																																																																		
Diversos	335	433																																																																																		
Outros valores e bens	17	-																																																																																		
Outros valores e bens	17	-																																																																																		
Ativo não circulante	40.179	39.997																																																																																		
Imobilizado de uso	40.179	39.997																																																																																		
Outros bens do imob de uso	40.179	39.997																																																																																		
(Depreciações acumuladas)	(11)	-																																																																																		
Total do ativo	40.625	43.469																																																																																		
Passivo																																																																																				
Passivo circulante	1.010	16.959																																																																																		
Outras obrigações	1.010	16.959																																																																																		
Impostos e contribuições sobre lucros	-	17																																																																																		
Impostos e contribuições sobre salários	16	-																																																																																		
Demais impostos e contribuições a recolher	2	2																																																																																		
Provisões para pagamentos a efetuar	71	2																																																																																		
Obrigs. por aquisição de bens e direitos	-	16.938																																																																																		
Diversos	921	-																																																																																		
Patrimônio líquido	39.615	26.510																																																																																		
Capital:	39.997	26.455																																																																																		
De domiciliados no país	39.997	30.343																																																																																		
(Capital a realizar)	-	(3.888)																																																																																		
Lucros/(Prejuizos) acumulados	(382)	55																																																																																		
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	39.615	26.510																																																																																		
Total do passivo e patrimônio líquido	40.625	43.469																																																																																		
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores em milhares de Reais)																																																																																				
	Capital	Lucros ou	Total																																																																																	
	realizado	prejuizos	2021																																																																																	
Eventos		acumulados																																																																																		
Saldos iniciais em 01/01/21	-	-	-																																																																																	
Mutações do Período	26.455	55	26.510																																																																																	
Aumento de capital	26.455	-	26.455																																																																																	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	55	55																																																																																	
Saldos finais em 31/12/21	26.455	55	26.510																																																																																	
	Capital	Lucros ou	Total																																																																																	
	realizado	prejuizos	2022																																																																																	
Saldos iniciais em 01/01/22	26.455	55	26.510																																																																																	
Mutações do Período	13.542	(437)	13.105																																																																																	
Aumento de capital	9.654	-	13.542																																																																																	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	(437)	(437)																																																																																	
Saldos finais em 31/12/22	39.997	(382)	39.615																																																																																	
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores em milhares de Reais)																																																																																				
1. Contexto operacional – A Companhia, sociedade de propósito específico constituída em 24 de novembro de 2015, com o objetivo de deter propriedade de bens de luxo para utilização compartilhada entre seus acionistas, é administrada pela Prime e signatária do Programa, em razão do qual pretende adquirir bens móveis e imóveis, composto por áreas livres localizada na Ilha do Jorge, Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, para construção de luxuoso espaço de veraneio consubstanciado em edificações com área de lazer completa e embarcação permanentemente ancorada nas proximidades à disposição dos acionistas, tendo celebrado necessários à concretização de projeto empresarial e que compreende a aquisição de terrenos, prestação de serviços de construção de edificação prestados por empresa especializada na área de construção e incorporação de edifícios e condomínios, negociação para a aquisição futura de embarcação dentre outros e tem como objeto social administração e compartilhamento de bens próprios, visando o uso compartilhado entre os acionistas da Companhia. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Conforme definição do CPC 02, estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.2. Uso de estimativas contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo dos ativos e passivos financeiros, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. As demonstrações financeiras foram elaboradas através de diversas bases de avaliações e estimativas contábeis, levando em consideração fatores objetivos e subjetivos. O julgamento da Administração foi feito com as mesmas premissas descritas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Não foi identificado nas demonstrações financeiras itens significativos sujeitos a essas estimativas. A Administração revisa suas estimativas e premissas periodicamente em prazo não superior a um ano. 2.3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Titulos e valores mobiliários: Incluem os titulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses titulos são reconhecidos no resultado. Ativos e passivos circulantes: Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas. Ativo imobilizado: Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil não pode ser recuperável. É demonstrado pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear à taxa anual de 20% para sistema de processamento de dados e sistema de transportes; e, 10% para as demais contas. Instrumentos financeiros: O CPC retém em grande parte os requerimentos existentes CPC para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o CPC é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Conforme o CPC, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") instrumento de dívida; VJORA- instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). As seguintes políticas contábeis aplicam-se à																																																																																				
Demonstração do Resultado Abrangente (Valores em milhares de Reais)																																																																																				
	2022	2021																																																																																		
Resultado do período	(437)	55																																																																																		
Resultado abrangente	(437)	55																																																																																		
Resultado abrangente	(437)	55																																																																																		
mensuração subsequente dos ativos financeiros:																																																																																				
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.																																																																																			
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.																																																																																			
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.																																																																																			
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado a menos que os dividendos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.																																																																																			
<p>Sob o CPC, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que do de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC). Um ativo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. Passivos financeiros: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, para um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Mensuração do valor justo: A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que inclui a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Companhia maximiza o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo, classificando os instrumentos financeiros conforme hierarquia do valor justo estabelecida pelo CPC. Instrumentos financeiros: Evidenciação. O Nível I abrange os instrumentos financeiros cuja metodologia de mensuração do valor justo utiliza dados observáveis que refletem os preços cotados nos mercados ativos. No Nível II são classificados os instrumentos financeiros mensurados utilizando dados que são diretos ou indiretamente observáveis em instrumentos financeiros semelhantes. Finalmente, no Nível III são classificados aqueles instrumentos financeiros mensurados ao valor justo utilizando dados não observáveis de mercado, conforme metodologia que reflete premissas próprias da Companhia. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. As contingências são reconhecidas em conformidade com o CPC. As despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Impostos de renda e contribuição social: A base de cálculo dos impostos é o Lucro Real, calculado sobre o lucro do período, acrescido das despesas não dedutíveis e diminuído dos ajustes permitidos pela Legislação do</p>																																																																																				
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Valores em milhares de Reais)																																																																																				
	2022	2021																																																																																		
Atividades operacionais	(426)	55																																																																																		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(426)	55																																																																																		
Depreciações e amortizações	11	-																																																																																		
Varição de ativos e obrigações	(12.923)	13.487																																																																																		
(Aumento) diminuição de titulos e valores mobiliários	2.945	(3.039)																																																																																		
(Aumento) diminuição de outros créditos	98	(433)																																																																																		
(Aumento) diminuição de outros valores e bens	(17)	-																																																																																		
Aumento (diminuição) de outras obrigações	(15.949)	16.959																																																																																		
Caixa líquido (aplicado) consumido nas atividades operacionais	(13.349)	13.542																																																																																		
Atividades de investimento	(193)	(39.997)																																																																																		
(Inversões) em:	(193)	(39.997)																																																																																		
Imobilizado de Uso	(193)	(39.997)																																																																																		
Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades de investimento	(193)	(39.997)																																																																																		
Atividades de financiamento	13.542	26.455																																																																																		
Integralização de capital	13.542	26.455																																																																																		
Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades de financiamento	13.542	26.455																																																																																		
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	-	-																																																																																		
Modificações na posição financeira																																																																																				
Caixa e equivalentes de caixa:																																																																																				
No início do exercício	-	-																																																																																		
No fim do exercício	-	-																																																																																		
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	-	-																																																																																		
Imposto de Renda. O Imposto de Renda é apurado pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente de R\$ 240 no ano, e a Contribuição Social, pela alíquota de 9% sobre o lucro real apurado. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Lucro (prejuízo) por ações: Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço. 3. Titulos e valores mobiliários – A composição de titulos e valores mobiliários é descrita conforme abaixo. <table border="1"> <tr> <td></td> <td>2022</td> <td>2021</td> </tr> <tr> <td>Cotas de fundos de investimentos</td> <td>94</td> <td>691</td> </tr> <tr> <td>Certificado depósito bancário</td> <td>-</td> <td>2.348</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>94</td> <td>3.039</td> </tr> </table> Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os titulos e valores mobiliários foram adquiridos com a finalidade de serem negociados, e são registrados inicialmente, pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. O certificado depósito bancário é remunerado em média de 100% do CDI. 4. Ativo imobilizado <table border="1"> <tr> <td></td> <td>2022</td> <td>2021</td> </tr> <tr> <td>Terrenos (i)</td> <td>1.252</td> <td>1.252</td> </tr> <tr> <td>Construção do imóvel em andamento – Angra dos Reis (ii)</td> <td>19.648</td> <td>19.648</td> </tr> <tr> <td>Embarcação em andamento (iii)</td> <td>19.097</td> <td>19.097</td> </tr> <tr> <td>Embarcações</td> <td>182</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Sistema e processamento de dados</td> <td>11</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Sub-Total</td> <td>40.190</td> <td>39.997</td> </tr> <tr> <td>Depreciação acumulada</td> <td>(11)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>40.179</td> <td>39.997</td> </tr> </table> (i) O imóvel possui as seguintes características abaixo: • Matrícula 10738, conforme registro de imóveis situado a Ilha do Jorge, cujo terreno apresenta as seguintes medidas e confrontações: 28m de frente para o mar, pelo lado direito mede 69m para a área 37; pelo lado esquerdo mede 68m para área 35; aos fundos mede 16m para a via de circulação com as áreas de utilização exclusiva de 1.233,00m², mais a área de uso comum de 1.018,21m², perfazendo um total de 2.251,21m². • Matrícula 10739, conforme registro de imóveis situado a Ilha do Jorge, cujo terreno apresenta as seguintes medidas e confrontações: 20m de frente para o mar, pelo lado direito mede 69m para a área 38; pelo lado esquerdo mede 69m para área 36; aos fundos mede 16m para a via de circulação com as áreas de utilização exclusiva de 1.242,00m², mais a área de uso comum de 1.018,21m², perfazendo um total de 2.260,21m². • Matrícula 10740, conforme registro de imóveis situado a Ilha do Jorge, cujo terreno apresenta as seguintes medidas e confrontações: 20m de frente para o mar, pelo lado direito mede 69m para a área 39; pelo lado esquerdo mede 69m para área 37; aos fundos mede 16m para a via de circulação com as áreas de utilização exclusiva de 1.242,00m², mais a área de uso comum de 1.018,21m², perfazendo um total de 2.260,21m². (ii) Valor referente a construção de imóvel em Angra dos Reis a ser utilizados em comum entre os sócios da companhia, sendo movimentado da seguinte forma. O Contrato de construção foi pactuado com a OPT Incorporadora em 18 de dezembro de 2020 no montante previsto de R\$ 19.648 mil, com os seguintes vencimentos: descritos conforme abaixo: • 2021 – R\$ 14.408 mil (já quitados ao longo do exercício de 2021); • 2022 – R\$ 5.240 mil (já quitados ao longo do exercício de 2022). (iii) Valor referente a compra de embarcação para entrega futura a ser utilizados em comum entre os sócios da companhia. O contrato foi firmado em 30 de novembro de 2021 junto a Falcon Estaleiros do Brasil Ltda. no montante de R\$ 19.097 com os pagamentos descritos abaixo: • 2021 – R\$ 7.400 mil (já quitados ao longo do exercício de 2021); • 2022 – R\$ 11.698 mil (já quitados ao longo do exercício de 2022). 5. Fornecedores – Conforme descrito na nota explicativa nº4, o valor de fornecedores a pagar referem-se, basicamente, à construção do imóvel e embarcação com previsão de liquidação no curto prazo, demonstrados da seguinte forma: <table border="1"> <tr> <td></td> <td>2022</td> <td>2021</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores a pagar – Falcon Estaleiros</td> <td>-</td> <td>11.698</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores a pagar – OPT Incorporadora</td> <td>-</td> <td>5.240</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>-</td> <td>16.938</td> </tr> </table> 6. Patrimônio líquido – Capital Social: O Capital Social de R\$ 39.997 (R\$ 30.343 em 2021), dividido em 39.997.100 (30.343.100 em 2021) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas por acionistas domiciliados no país, composto da seguinte forma: <table border="1"> <tr> <td></td> <td>Acções</td> <td>Preço</td> <td>RS</td> <td>%</td> </tr> <tr> <td>Marcio Miranda Maia</td> <td>12.412.850</td> <td>1</td> <td>12.412.850,00</td> <td>31,03%</td> </tr> <tr> <td>Fabrizio Bloisi Rocha</td> <td>7.585.750</td> <td>1</td> <td>7.585.750,00</td> <td>18,97%</td> </tr> <tr> <td>Sharks Fundo de Investimento em Participações</td> <td>9.999.250</td> <td>1</td> <td>9.999.250,00</td> <td>25%</td> </tr> <tr> <td>WT Administração de imóveis e bens S.A</td> <td>9.999.250</td> <td>1</td> <td>9.999.250,00</td> <td>25%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>39.997.100</td> <td></td> <td>39.997.100,00</td> <td>100%</td> </tr> </table> Alterações contratuais no exercício de 2022: Em 21 de julho de 2022, foi deliberado o aumento de capital de R\$ 9.654 mediante a emissão de 9.654.000 novas ações ordinárias. Alterações contratuais no exercício de 2021: Em 22 de janeiro de 2021, foi deliberado o aumento de capital de R\$ 30.343 mediante a emissão de 30.343.000 novas ações ordinárias. 7. Demandas judiciais e passivos contingentes – A Companhia não possui demandas judiciais e processos cíveis, trabalhistas ou fiscais, que requeriam a constituição de provisões para contingências em 31 de dezembro de 2022. 8. Eventos subsequentes – A Administração da Companhia considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações financeiras ocorridas em 31 de dezembro de 2022 até a data de sua conclusão. Não foram identificadas transações que dariam origem a ajustes nos saldos contábeis demonstrados ou que devem ser incluídos nas demonstrações, bem como divulgações relevantes necessárias.					2022	2021	Cotas de fundos de investimentos	94	691	Certificado depósito bancário	-	2.348	Total	94	3.039		2022	2021	Terrenos (i)	1.252	1.252	Construção do imóvel em andamento – Angra dos Reis (ii)	19.648	19.648	Embarcação em andamento (iii)	19.097	19.097	Embarcações	182	-	Sistema e processamento de dados	11	-	Sub-Total	40.190	39.997	Depreciação acumulada	(11)	-	Total	40.179	39.997		2022	2021	Fornecedores a pagar – Falcon Estaleiros	-	11.698	Fornecedores a pagar – OPT Incorporadora	-	5.240	Total	-	16.938		Acções	Preço	RS	%	Marcio Miranda Maia	12.412.850	1	12.412.850,00	31,03%	Fabrizio Bloisi Rocha	7.585.750	1	7.585.750,00	18,97%	Sharks Fundo de Investimento em Participações	9.999.250	1	9.999.250,00	25%	WT Administração de imóveis e bens S.A	9.999.250	1	9.999.250,00	25%	Total	39.997.100		39.997.100,00	100%
	2022	2021																																																																																		
Cotas de fundos de investimentos	94	691																																																																																		
Certificado depósito bancário	-	2.348																																																																																		
Total	94	3.039																																																																																		
	2022	2021																																																																																		
Terrenos (i)	1.252	1.252																																																																																		
Construção do imóvel em andamento – Angra dos Reis (ii)	19.648	19.648																																																																																		
Embarcação em andamento (iii)	19.097	19.097																																																																																		
Embarcações	182	-																																																																																		
Sistema e processamento de dados	11	-																																																																																		
Sub-Total	40.190	39.997																																																																																		
Depreciação acumulada	(11)	-																																																																																		
Total	40.179	39.997																																																																																		
	2022	2021																																																																																		
Fornecedores a pagar – Falcon Estaleiros	-	11.698																																																																																		
Fornecedores a pagar – OPT Incorporadora	-	5.240																																																																																		
Total	-	16.938																																																																																		
	Acções	Preço	RS	%																																																																																
Marcio Miranda Maia	12.412.850	1	12.412.850,00	31,03%																																																																																
Fabrizio Bloisi Rocha	7.585.750	1	7.585.750,00	18,97%																																																																																
Sharks Fundo de Investimento em Participações	9.999.250	1	9.999.250,00	25%																																																																																
WT Administração de imóveis e bens S.A	9.999.250	1	9.999.250,00	25%																																																																																
Total	39.997.100		39.997.100,00	100%																																																																																
A Diretoria		Reinaldo Dantas – Contador CRC 1SP 110.330/O-6																																																																																		

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2023



BRDOCS



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Zhou Administração de Bem Proprio S/A.										
CNPJ/MF nº 23.568.401/0001-48										
Balço Patrimonial (Valores em milhares de Reais)			Demonstração do Resultado (Valores em milhares de Reais)				Demonstração do Resultado Abrangente (Valores em milhares de Reais)			
	2022	2021		2022	2021		2022	2021		
Ativo	144	173	Despesas/Receitas Operacionais	(641)	(640)	Resultado do período	(629)	(637)		
Ativo circulante	143	155	Despesas Gerais e Administrativas	(641)	(640)	Resultado abrangente	(629)	(637)		
Títulos e valores mobiliários	11	94	Despesas tributárias	(1)	-	Resultado abrangente	(629)	(637)		
Cotas de fundos de investimentos	132	61	Despesas de depreciação e amortização	(640)	(640)					
Outros títulos de renda fixa	1	3	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(641)	(640)	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores em milhares de Reais)				
Outros créditos	1	3	Resultado Financeiro	12	3					
Diversos	-	15	Receitas Financeiras	16	3					
Outros valores e bens	489	1.129	Rendas de títulos e valores mobiliários	16	3	Eventos	Capital realizado	Lucros ou prejuízos acumulados	Total	
Outros valores e bens	489	1.129	Despesas Financeiras	(4)	-	Saldos iniciais em 01/01/21	3.200	(1.432)	1.768	
Ativo não circulante	489	1.129	Prejuízos com títulos e valores mobiliários	(4)	-	Mutações do Período	-	(637)	(637)	
Imobilizado de uso	3.200	3.200	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(629)	(637)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	(637)	(637)	
Outros bens do imob de uso	(2.711)	(2.071)	Prejuízo do Período	(629)	(637)	Saldos finais em 31/12/21	3.200	(2.069)	1.131	
(Depreciações acumuladas)	633	1.302	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(629)	(637)					
Total do ativo	633	1.302	Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-					
			Nº de Ações	3.200.100	3.200.100					
Passivo	131	171	Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,197)	(0,199)	Eventos	Capital realizado	Lucros ou prejuízos acumulados	Total	
Passivo circulante	131	171				Saldos iniciais em 01/01/22	3.200	(2.069)	1.131	
Outras obrigações	4	2	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Valores em milhares de Reais)				Mutações do Período	-	(629)	(629)
Impostos e contribuições sobre salários	2	2				Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	(629)	(629)	
Demais impostos e contribuições a recolher	29	19	Atividades operacionais	11	3	Saldos finais em 31/12/22	3.200	(2.698)	502	
Provisões para pagamentos a efetuar	96	146	Prejuízo do período	(629)	(637)					
Diversos	2	2	Depreciações e amortizações	640	640					
Patrimônio líquido	502	1.131	Varição de ativos e obrigações	(11)	(3)					
Capital:	3.200	3.200	(Aumento) diminuição de títulos e valores mobiliários	12	(116)	Modificações na posição financeira				
De domiciliados no país	3.200	3.200	(Aumento) diminuição de outros créditos	2	49	Caixa e equivalentes de caixa:				
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(2.698)	(2.069)	(Aumento) diminuição de outros valores e bens	15	(15)	No início do exercício	-	-	-	
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	502	1.131	Aumento (diminuição) de outras obrigações	(40)	79	No fim do exercício	-	-	-	
Total do passivo e patrimônio líquido	633	1.302	Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	-	-	Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	
A Diretoria										
Reinaldo Dantas – Contador CRC 1SP 110.330/0-6										

Leven S/A					
CNPJ/MF nº 40.690.076/0001-00					
Balço Patrimonial de 01/01/2022 a 31/12/2022 (Em Reais)					
	2022	2021		2022	2021
Ativo	1.862.487,42	1.006.776,25	Passivo	1.862.487,42	1.006.776,25
Ativo circulante	1.577.922,19	1.000.003,35	Passivo circulante	107.176,96	36.523,25
Disponibilidades	1.507.300,75	999.409,04	Fornecedores	58.353,68	-
Bancos conta movimento	10,00	10,00	Fornecedores	37.734,12	-
Aplicações financeiras a curto prazo	1.507.290,75	999.399,04	Fornecedores	20.619,56	-
Direitos realizáveis a curto prazo	70.621,44	594,31	Obrigações trabalhistas	32.542,02	6.453,26
Clientes nacionais	23.544,33	-	Folha de pagamento de empregados	14.547,97	2.509,65
Adiantamentos	2.243,31	-	Encargos sociais a pagar	7.146,35	3.490,97
Tributos e contrib. a compensar	44.833,80	594,31	Provisões da folha de pagamento	10.847,70	452,64
Ativo não circulante	264.165,23	6.772,90	Obrigações tributárias	6.281,26	69,99
Imobilizado	264.165,23	6.772,90	Impostos retidos a recolher	653,21	61,36
Bens e direitos em uso	268.392,20	7.129,36	Imp. e contribuições s/receitas	5.628,05	8,63
(-) Depreciação acumulada	(4.226,97)	(356,46)	Contas a pagar	10.000,00	30.000,00
Contas de compensação	20.400,00	-	Outras contas a pagar	10.000,00	30.000,00
			Patrimônio líquido	1.734.910,46	970.253,00
Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2022 a 31/12/2022 (Em Reais)			Capital	4.635.000,00	1.980.000,00
	2022	2021	Ações	4.635.000,00	1.980.000,00
Receitas	76.057,97	-	Lucros ou prejuízos acumulados	(2.900.089,54)	(1.009.747,00)
Receitas operacionais	76.057,97	-	Contas de compensação	20.400,00	-
Receita bruta com vendas e serviços	76.057,97	-			
Receitas com serviços c/vendas e serviço	76.057,97	-	Receitas financeiras	288.285,19	675,88
Deduções das receitas e serviços	(10.838,23)	-	Ganhos com aplicações financeiras	302.344,19	708,84
Impostos s/vendas e serviços	(10.838,23)	-	Deduções receitas financeira	(14.059,00)	(32,96)
(=) Receita líquida	65.219,74	-	Despesas operacionais financeiras	(3.303,38)	(687,54)
(=) Resultado bruto	65.219,74	-	Despesas financeiras	(3.303,38)	(687,54)
Despesas (2.000.369,95)	(1.009.735,34)	-	(=) Resultado antes do IR/CSLL	(1.650.168,40)	(1.009.747,00)
Despesas operacionais	(2.000.369,95)	(1.009.735,34)	(=) Resultado antes das participações societárias	(1.650.168,40)	(1.009.747,00)
Despesas administrativas	(1.993.393,51)	(1.009.735,34)	(=) Resultado do exercício	(1.890.342,54)	(1.009.747,00)
Despesas trabalhistas	(211.581,49)	(45.358,63)			
Despesas gerais	(1.781.812,02)	(964.376,71)			
Despesas comerciais	(240.174,14)	-			
Despesas operacionais tributárias	(6.976,44)	-			
Impostos	(6.976,44)	-			
(=) Resultado antes das receitas/despesas financeiras	(1.935.150,21)	(1.009.735,34)			
(=) Resultado financeiro	284.981,81	(1,66)			
			Breno Figueiredo Pinheiro – Diretor		
			José Augusto de Oliveira		
			Contador CRC 1SP 239.826/0-1		

Sintel Tecnologia e Informação S.A.
CNPJ/MF 58.048.000/0001-41 - NIRE 35.300.459.750

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de janeiro de 2023

1. **Data, hora e local:** No dia 12 de janeiro de 2023, às 11:00 horas, na sede social localizada na cidade de São Caetano do Sul, na Rua Manoel Coelho nº 676 - Sala 905-Bairro Centro - CEP: 09510-101. 2. **Convocação:** Dispensada a publicação do Edital de Convocação, de conformidade com o disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. 3. **Presença:** Presença da totalidade dos acionistas com poder de voto da companhia. 4. **Mesa diretora:** Presidida por **Carlos Wagner dos Santos**, e Secretariado por **José Antônio Costardi dos Santos**. 5. **Declarações:** Todos os acionistas declararam que previamente estavam cientes do local, data, hora e ordem do dia. 6. **Ordem do dia:** a) Aumento de Capital; b) Aprovação do Estatuto; 7. **Deliberações:** Os Acionistas, por unanimidade de votos e sem reservas resolvem; **(a)** Aumentar o capital social de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) com a integralização neste ato em moeda corrente nacional, o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões reais) e a consequente emissão de 10.000.000 (dez milhões) de ações, sendo 8.200.000 (oito milhões e duzentas mil) ações ordinárias, e 1.800.000 (um milhão e oitocentas mil) ações preferenciais, conforme **Anexo I** que integra esta ata; **(b)** Aprovação do Estatuto Social, que integra esta ata como **Anexo II**, juntamente com as leis das Sociedades por Ações, que passa a reger a Companhia a partir desta data. 8. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestasse, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. (Esta ata é cópia fiel extraída do livro próprio) São Caetano do Sul, 12 de janeiro de 2023. Carlos Wagner dos Santos, Presidente; José Antonio Costardi dos Santos, Secretário. Advogado: Vanderlei Zacarelli Vicário, OAB/SP 80.453. JUCESP nº 112.247/23-4 em 22/03/23. Gisela Siniema Ceschin - Secretária Geral.



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



REC Guarulhos S.A.

CNPJ/MF nº 08.730.884/0001-41

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)											
BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Ativo	2022	2021	Capital social			Reservas de lucros		Lucros/Prejuízos acumulados	Total		
Circulantes	28.243	34.633	Subscrito	A integralizar	Reserva Legal	Reserva de lucros					
Caixa e equivalentes de caixa	8.489	13.281	328.952,00	-	8.340,00	34.722,00				372.014,00	
Contas a receber	18.469	20.047	-	-	-	-			47.321	47.321	
Impostos e contribuições a compensar	289	315	-	-	-	-			-	-	
Despesas antecipadas	443	480	-	-	2.366	-			(2.366)	-	
Outros ativos circulantes	553	510	-	-	-	-			(11.239)	(11.239)	
Não circulantes	1.050.856	1.068.745	Saldos em 31/12/2020								
Contas a receber	19.552	18.236	Lucro líquido do exercício	-	-	-			-	-	
Despesas antecipadas	488	660	Destinação do lucro:	-	-	-			(18.215)	(18.215)	
Depósitos judiciais	56	53	Reserva legal	-	-	-			(15.501)	(15.501)	
Impostos diferidos ativos	1.906	2.023	Juros sobre capital próprio	-	-	-			-	-	
Propriedades para investimentos	1.028.845	1.047.759	Reserva de retenção de lucros	-	-	-			-	-	
Imobilizado	9	14	Aumento de capital	50.000	(50.000)	-			15.501	-	
Total dos ativos	1.079.099	1.103.378	Integralização de capital	-	15.427	-			-	-	15.427
Passivo e patrimônio líquido			Saldos em 31/12/2021	378.952	(34.573)	10.706	50.223				405.308
Circulantes	116.408	112.376	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-		23.464	23.464	
Empréstimos e financiamentos	55.050	54.449	Destinação do lucro:	-	-	-	-		-	-	
Contas a pagar	2.707	3.124	Reserva legal	-	-	1.173	-		(1.173)	-	
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	53.326	50.547	Dividendos	-	-	-	-		(5.573)	(5.573)	
Obrigações fiscais	886	845	Juros sobre capital próprio	-	-	-	-		(15.208)	(15.208)	
IRPJ e CSLL a pagar	-	24	Reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.510		(1.510)	-	
Outros passivos circulantes	4.439	3.387	Aumento de capital	100.000	(100.000)	-	-		-	-	
Não circulantes	536.499	585.694	Integralização de capital	-	18.201	-	-		-	-	18.201
Empréstimos e financiamentos	494.522	547.779	Saldos em 31/12/2022	478.952	(116.372)	11.879	51.733				426.192
Impostos diferidos passivos	41.650	37.668	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE								
Provisão para contingências	327	247	2022								
Patrimônio líquido	426.192	405.308	2021								
Capital social	362.580	344.379	Lucro líquido do exercício								
Reserva de lucros	51.733	50.223	23.464								
Reserva legal	11.879	10.706	Outros resultados abrangentes								
Total dos passivos e patrimônio líquido	1.079.099	1.103.378	Resultando abrange total do exercício								
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			23.464								
Receita líquida	130.816	127.466	47.321								
Custo dos serviços prestados	(21.975)	(21.975)	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO								
Lucro bruto	108.841	105.491	2022								
(Despesas) receitas operacionais			2021								
Despesas gerais e administrativas	(6.133)	(8.836)	Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	952	Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL								
Lucro operacional antes do resultado financeiro	102.708	97.607	27.942								
Resultado financeiro			61.699								
Despesas financeiras	(76.358)	(36.549)	Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (atividades) operacionais:								
Receitas financeiras	1.592	641	Juros e encargos financeiros líquidos								
Resultado financeiro líquido	(74.766)	(35.908)	Depreciação e amortização								
Lucro operacional e antes do IRPJ e da CSLL			Custo de transação amortizado								
IRPJ e CSLL	27.942	61.699	(Reversão) provisão de contingência								
Corrente	(337)	(11.700)	(Reversão) provisão para devedores duvidosos								
Diferido	(4.141)	(2.678)	Variação nos ativos operacionais:								
Lucro líquido do exercício	23.464	47.321	Contas a receber								
Lucro por ação - R\$ - básico e diluído	0,05	0,13	Impostos e contribuições a compensar								
			Impostos diferidos PIS e COFINS								
			Despesas antecipadas								
			Depósito judicial								
			Outros ativos circulantes								
			Variação nos passivos operacionais:								
			Contas a pagar								
			Obrigações fiscais								
			A Diretoria								
			Leonardo Fonseca de Campos – Contador CRC 1SP 303.190/O-9								
			<i>As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.</i>								

REC LOG 331 Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 08.857.635/0001-11

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)											
BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Ativo	2022	2021	Capital social			Reservas de lucros		Retenção de lucros	Lucro do exercício	Total	
Circulante	23.174	12.343	Subscrito	A integralizar	Reserva de capital	Reserva legal					
Caixa e equivalentes de caixa	8.162	3.720	648	-	117.804	-	12.930	-	-	21.061	131.382
Contas a receber	13.517	7.658	-	-	-	-	-	-	-	-	21.061
Adiantamentos a fornecedores	78	49	-	-	-	-	-	-	16.835	-	16.835
Impostos e contribuições a compensar	793	195	-	-	-	-	-	-	-	(1.053)	-
Despesas antecipadas	436	506	-	-	-	-	-	-	(12.823)	(5.002)	(17.825)
Outros ativos circulantes	188	215	-	-	-	-	-	-	-	(5.149)	(5.149)
Não circulante	520.559	520.414	Saldos em 31/12/2020								
Contas a receber	2.308	6.012	Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	10.376	9.380	Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos diferidos	5.427	3.182	Devolução de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedades para investimentos	502.448	501.840	Reserva legal	-	-	1.053	-	-	-	-	-
Total do ativo	543.733	532.757	Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo e patrimônio líquido			Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Circulante	100.592	87.802	Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar	39.729	29.277	Reclassificação da reserva	-	-	6.000	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	19.983	20.003	Aumento de Capital	208.804	(208.804)	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	22.925	12.832	Integralização de capital	-	128.442	-	-	-	-	-	-
Divid. e juros sobre capital próprio a pagar	14.222	21.196	Redução de capital	(58.000)	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	2.115	2.115	Saldos em 31/12/2021	151.452	(80.362)		1.053	20.799			92.942
Obrigações fiscais	519	564	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	11.934
IRPJ e CSLL a pagar	-	27	Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	1.099	1.788	Reserva legal	-	-	-	597	-	-	-	(597)
Não circulante	330.591	352.013	Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(2.834)
Empréstimos e financiamentos	313.984	335.521	Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(6.386)
Impostos diferidos	16.003	15.855	Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	(2.117)
Prov. p/risco tributários, trabalhistas e cíveis	604	637	Integralização de capital	-	16.894	-	-	-	-	-	16.894
Patrimônio líquido	112.550	92.942	Saldos em 31/12/2022	151.452	(63.468)		1.650	22.916			112.550
Capital social	87.984	71.090	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE								
Reserva legal	1.650	1.053	2022								
Reserva de lucros	22.916	20.799	2021								
Total do passivo e patrimônio líquido	543.733	532.757	Lucro líquido do exercício/período								
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			11.934								
Receita líquida	78.736	63.758	Outros resultados abrangentes								
Custo dos serviços prestados	(10.087)	(10.125)	Total do resultado abrangente do exercício/período								
Lucro bruto	68.649	53.633	11.934								
Receitas (despesas) operacionais			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO								
Despesas gerais e administrativas	(2.793)	(2.855)	2022								
Reversão para ajuste ao valor recuperável	(7.626)	(3.242)	2021								
Lucro operacional antes do resultado financeiro	58.230	47.536	Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Resultado financeiro			Lucro antes do IRPJ e da CSLL								
Despesas financeiras	(47.749)	(22.529)	11.936								
Receitas financeiras	1.455	771	25.778								
Resultado financeiro líquido	(46.294)	(21.758)	Ajustes para reconciliar o lucro antes do IRPJ e da CSLL com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:								
Lucro operacional e antes do IRPJ e da CSLL			Juros e encargos financeiros líquidos								
IRPJ e CSLL	11.936	25.778	Custo de transação amortizado								
Correntes	(2.134)	(4.399)	Depreciação e amortização								
Diferidos	2.132	(318)	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis								
Lucro líquido do exercício/período	11.934	21.061	Provisão para ajuste ao valor recuperável								
Lucro por ação - R\$	0,89	1,57	Receita financeira de títulos e valores mobiliários								
			Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos								
			Variação nos ativos operacionais:								
			Contas a receber								
			Impostos e contribuições a compensar								
			Adiantamento de fornecedores								
			Outros ativos								
			Despesas antecipadas								
			Variação nos passivos operacionais:								
			Contas a pagar								
			Adiantamento de clientes								
			Obrigações fiscais								
			A Diretoria								
			Leonardo Fonseca de Campos – Contador CRC 1SP 303.190/O-9								
			<i>As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.</i>								

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

Mesh Holding Investimentos e Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 38.351.174/0001-71 – NIRE 35.236.320.989

1ª Alteração de Contrato Social para Transformação em Sociedade Anônima
Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **TC Hermes Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes**, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, de acordo com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 578 de 30 de agosto de 2016, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ferreira de Araújo, 221, 1º andar (parte), Pinheiros, CEP 05428-000, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 26.674.148/0001-03, administrado por **Paraty Capital Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ferreira de Araújo, nº 221, 1º andar, Pinheiros, CEP 05428-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.313.996/0001-50, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 3522765562-1, devidamente autorizada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 13.239 de 20 de agosto de 2013, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social, por **Fernando Taminato**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 17.351.522-8 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 176.179.558-98, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Mario, 276, apto. 32, Vila Romana, CEP 05048-010 ("TC Hermes"); único sócio da sociedade empresária limitada **Mesh Holding Investimentos e Participações Ltda.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 171, 4º andar, Bela Vista, CEP 01311-904, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 38.351.174/0001-71, e registrada na JUCESP sob o NIRE 3523632098-9, em 04/09/2020 ("Sociedade"); e **SF Spitz Investimentos e Participações Ltda.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Casa Verde, nº 463, Sala 02, Casa Verde, CEP 02519-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 28.223.484/0001-57 e registrada na JUCESP sob o NIRE 3523500898-1, neste ato representada por seus administradores neste ato representada por seus administradores **Marcelo Caiuby Novaes**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 47.885.998-3 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 228.709.868-23, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tatui, nº 46, apto. 41, Jardim Paulista, CEP 01409-010 e **André Luiz de Mello Freire**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.681.686-9 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 307.458.908-65, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 789, apto. 51, Jardim Paulista, CEP 01403-001 ("SF Spitz"), que ora deseja ingressar na Sociedade; Resolvem alterar o contrato social da Sociedade para permitir o ingresso da SF Spitz e transformar a Sociedade em uma Sociedade Anônima, nos seguintes termos: **1. Da Cessão de Quotas.** 1.1. O sócio TC Hermes, neste ato, cede e transfere onerosamente 1 (uma) quota de sua titularidade, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), representativa da capital social da Sociedade, com tudo que a mesma representa, totalmente livre e desembaraçada de quaisquer ônus ou gravames, à SF Spitz, que ora ingressa na Sociedade. 1.2. Em razão da deliberação acima, o capital social da Sociedade passa a ser dividido da seguinte forma: *O capital da Sociedade é de R\$ 3.000,00 (três mil reais), divididos em 3.000 (três mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, sendo 2.999 (duas mil novecentas e noventa e nove) quotas de titularidade do sócio TC Hermes Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes e 1 (uma) quota de titularidade da sócia SF Spitz Investimentos e Participações Ltda.* **2. Da Transformação em Sociedade Anônima.** 2.1. Os sócios decidem transformar o tipo societário da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade anônima, sem solução de continuidade dos negócios sociais, nem alteração de sua personalidade jurídica. **2.2.** Em decorrência da aprovação da transformação do tipo societário, os sócios (doravante denominados "Acionistas") resolvem: **2.2.1.** Alterar a denominação social para **Mesh Holding Investimentos e Participações S.A.** (doravante denominada "Companhia"); **2.2.2.** Converter todas as 3.000 (três mil) quotas representativas do capital social no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 3.000,00 (três mil reais), em 3.000 (três mil) ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal, cujo preço de emissão é de R\$ 1,00 (um real) por ação, distribuídas entre os Acionistas da Companhia e totalmente integralizadas na forma do **Anexo I**. O depósito de 10% (dez por cento) previsto pelo artigo 80, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, é dispensado, considerando que a totalidade das ações ordinárias emitidas pela Sociedade estão integralizadas no momento da transformação da sociedade limitada para sociedade anônima; **2.2.3.** Eleger os seguintes membros para compor a Diretoria da Companhia, todos com mandato até 05/10/2022, sendo permitida a reeleição: (a) o Sr. **Marcelo Caiuby Novaes**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 47.885.998-3 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 228.709.868-23, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tatui, nº 46, apto. 41, Jardim Paulista, CEP 01409-010; e (b) o Sr. **André Luiz de Mello Freire**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.681.686-9 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 307.458.908-65, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 789, apto. 51, Jardim Paulista, CEP 01403-001. Os membros da Diretoria serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura do termo de posse no livro próprio no prazo de 30 (trinta) dias a contar da presente data. Fica registrado que, conforme declaração de desimpedimento que está arquivada na sede da Companhia, todos os membros da Diretoria ora eleitos declaram, expressamente, não estarem impedidos, por qualquer lei especial, de administrar a sociedade mercantil em virtude de condenação criminal de qualquer natureza, incluindo por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; **2.2.4.** Fixar o valor da remuneração global dos administradores da Companhia em até R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais); e **2.2.5.** Aprovar o Estatuto Social da Companhia, que terá redação prevista no **Anexo II**. E, por estarem de acordo, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor. São Paulo, 30 de outubro de 2020. **Acionistas:** **TC Hermes Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes** Por: Fernando Taminato; **SF Spitz Investimentos e Participações Ltda.** Por: Marcelo Caiuby Novaes Cargo: Administrador, Por: André Luiz de Mello Freire Cargo: Administrador. **Visto do advogado:** Nome: Pedro Amaral Salles – OAB/SP nº 211.548. **Anexo II. Estatuto Social da Mesh Holding Investimentos e Participações**

S.A. Capítulo I – Denominação, Objeto, Sede e Duração. Artigo 1º. A **Mesh Holding Investimentos e Participações S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações, a qual deve ser governada e regida pelo presente Estatuto Social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), por acordo de acionistas arquivado em sua sede, se existente, e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** O objeto social da Companhia consiste na atividade de holding de instituições não financeiras (6462-0/00). **Artigo 3º.** A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 171, 4º andar, Bela Vista, CEP 01311-904, podendo abrir ou encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos por deliberação da diretoria. **Capítulo II – Do Capital Social e Ações. Artigo 4º.** O capital social da Companhia é de R\$ 3.000,00 (três mil reais), divididos em 3.000,00 (três mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. **Parágrafo 1º.** Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º.** A Companhia poderá adquirir suas próprias ações, com o objetivo de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria, para posterior alienação. **Artigo 5º.** A Companhia pode, até o limite máximo permitido em lei e ainda que sem guardar proporção com as demais espécies ou classes de ações, criar ações preferenciais, com ou sem direito a voto, fixando-lhes as respectivas características, preferências e vantagens. **Artigo 6º.** É assegurado direito de preferência aos acionistas para subscrição dos aumentos de capital da Companhia, na proporção do número de ações que possuírem. **Parágrafo 1º.** Os acionistas deverão manifestar seu interesse no exercício do direito de preferência previsto no presente artigo dentro do prazo de até 30 (trinta) dias contados da deliberação do aumento, sendo o silêncio interpretado como renúncia ao referido direito. **Parágrafo 2º.** Findo o prazo previsto no parágrafo anterior, os acionistas terão o prazo adicional de 10 (dez) dias para manifestar seu interesse na subscrição de eventuais sobras. **Parágrafo 3º.** Havendo mais de um acionista interessado na subscrição das sobras, cada um deles poderá exercer seu direito de preferência para subscrição dessas sobras na mesma proporção de ações da Companhia de que for titular, desconsideradas as participações dos demais acionistas. **Artigo 7º.** A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias. **Artigo 8º.** Caso a Companhia venha a obter registro de companhia aberta categoria A, aderirá a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade administradora de mercado de balcão organizado, de modo a assegurar práticas de governança corporativa diferenciadas das previstas neste Estatuto Social, bem como nos incisos I a IV do Art. 8º da Instrução CVM nº 578/16. **Capítulo III – Assembleia Geral. Artigo 9º.** A Assembleia Geral de acionistas reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e sempre que os interesses sociais da Companhia ou a lei assim exigirem. **Parágrafo 1º.** A primeira convocação para a Assembleia Geral deverá ser realizada com no mínimo 8 (oito) dias de antecedência, e a segunda, com 5 (cinco) dias. **Parágrafo 2º.** A Assembleia Geral será presidida por qualquer acionista ou qualquer dos Diretores, conforme for escolhido pela maioria simples dos acionistas presentes à Assembleia. O Presidente da Assembleia Geral convidará, dentre os presentes, o secretário dos trabalhos. **Artigo 10º.** Os acionistas que se fizerem representar por procuradores deverão apresentar procurações com o reconhecimento de firma do outorgante. **Artigo 11º.** O quórum de instalação da Assembleia Geral, em primeira e em segunda convocação, será de acionistas representando a maioria do capital social votante. **Artigo 12º.** Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei, compete à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias: (a) reformar este Estatuto Social; (b) suspender o exercício dos direitos dos acionistas; (c) deliberar sobre a avaliação de bens com que os acionistas concorrem para a formação do capital social; (d) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; (e) autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial; (f) tomar as contas da Administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e analisar o parecer preparado por auditores independentes registrados na CVM; (g) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela Administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a sua distribuição aos acionistas; (h) eleger e destituir os membros da Diretoria e membros do Conselho Fiscal, quando existente; (i) fixar a remuneração global dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, quando aplicável; (j) aprovar a outorga de planos de opções de compra de ações; (k) aprovar a celebração de qualquer obrigação de não concorrência ou exclusividade vinculantes à Companhia ou qualquer subsidiária da Companhia; (l) aprovar a incidência, alteração, modificação, refinanciamento ou mudança de termos relevantes, pela Companhia, de qualquer endividamento (ou uma série de transações relacionadas no mesmo exercício fiscal) envolvendo valores superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) por projeto; (m) aprovar a aquisição e/ou alienação de ativos em qualquer transação ou transações relacionadas dentro de um mesmo exercício fiscal, envolvendo valores superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); (n) aprovar a outorga de garantias, cauções ou avais; e (o) aprovar gastos de capital não contemplados no orçamento aprovados. **Artigo 13º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por acionistas representando a maioria do capital social votante da Companhia. **Capítulo IV – Administração. Artigo 14º.** Os negócios e atividades da Companhia serão administrados pela Diretoria, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com os termos e condições deste Estatuto Social, bem como do acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. **Artigo 15º.** A administração da Companhia e de suas subsidiárias será conduzida por profissionais experientes que atendam a todas as exigências de qualificação necessárias para assumir estas posições. **Parágrafo Único.** Os membros dos órgãos de administração da Companhia e das subsidiárias serão instruídos a envolver seus melhores esforços na busca de retorno sobre o capital empregado, eficiência, produtividade, segurança e competitividade com relação às atividades da Companhia e de suas subsidiárias. **Artigo 16º.** A Companhia, suas subsidiárias e cada um de seus respectivos Diretores (conforme definido abaixo), agentes, funcionários, bem como qualquer outra pessoa agindo em nome da Companhia ou de suas subsidiárias, deverá envolver seus melhores esforços – e deverá fazer com que as subsidiárias envolvam seus melhores esforços – para manter bons padrões éticos, laborais, sociais e ambientais, a fim de evitar ou solucionar quaisquer danos que possam ser causados pela Companhia ou suas subsidiárias no exercício de suas atividades. **Artigo 17º.** A representação da Companhia cabe exclusivamente à Diretoria, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. **Artigo 18º.** A Diretoria é composta por no mínimo 2 (dois) Diretores, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, a qualquer tempo, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 1º.** Os Diretores não terão designação específica. **Artigo 19º.** No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer Diretor, a Assembleia

Geral, indicará o Diretor substituto dentre aqueles que compõem o quadro de Diretores. **Artigo 20º.** Compete aos Diretores cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, o Acordo de Acionistas, se existente, as deliberações da Assembleia Geral, e a prática de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **Artigo 21º.** Observados os casos previstos nos parágrafos deste Artigo, a Companhia é representada e somente é considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: (a) isoladamente por 1 (um) Diretor; ou (b) por 2 (dois) Diretores em conjunto; ou (c) por 1 (um) Diretor em conjunto com um procurador. **Parágrafo 1º.** A Companhia pode ser representada por apenas 1 (um) Diretor na prática dos seguintes atos: (a) abrir e fechar contas bancárias da Companhia; (b) assumir qualquer obrigação em nome da Companhia até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão mil reais) por transação ou por série de transações relacionadas, assinando, emitindo, endossando, avaliando e autenticando todos e quaisquer documentos, inclusive os que importem em responsabilidade financeira para a Companhia, como, por exemplo, cheques, ordens de pagamento, notas promissórias, letras de câmbio, duplicatas, contratos, escrituras, cauções e fianças; (c) admitir ou demitir empregado e/ou prestadores de serviço, bem como resolver todos os assuntos pertinentes aos empregados e/ou prestadores de serviço; (d) representar a Companhia em juízo e perante quaisquer autoridades públicas, entidades autárquicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, INSS, instituições financeiras, entidades privadas em geral; (e) representar a Companhia na qualidade de sócia, acionista ou cotista de sociedades ou de fundos de investimento, bem como em empreendimentos organizados na forma de consórcio, condomínio, joint venture ou qualquer outra forma legalmente admitida; (f) admitir ou demitir empregados e resolver todos os assuntos pertinentes aos empregados da Companhia; e (g) dar e receber quitação, transigir, acordar e desistir. **Parágrafo 2º.** A Companhia deve ser representada por 2 (dois) Diretores ou 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos na prática dos seguintes atos: (a) abrir ou encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos; (b) assumir qualquer obrigação em nome da Companhia acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por transação ou por série de transações relacionadas, assinando, emitindo, endossando, avaliando e autenticando todos e quaisquer documentos, inclusive os que importem em responsabilidade financeira para a Companhia, como, por exemplo, cheques, ordens de pagamento, notas promissórias, letras de câmbio, duplicatas, contratos, escrituras, cauções e fianças; e (c) vender ou hipotecar ou, de qualquer forma, alienar ou onerar bens móveis da Companhia. **Parágrafo 3º.** A prática pelos Diretores de atos relacionados às matérias de competência da Assembleia Geral dependerá de prévia e expressa aprovação do referido órgão, nos termos do artigo 13º deste Estatuto Social. **Parágrafo 4º.** A Assembleia Geral pode autorizar a prática de atos específicos que vinculem a Companhia pela assinatura de apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador regularmente constituído, ou, ainda, estabelecer competência e alçada para a prática de atos por um único representante. **Parágrafo 5º.** As procurações terão poderes específicos e serão outorgadas ou revogadas por 2 (dois) Diretores e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, não terão prazo de vigência superior a 1 (um) ano. **Capítulo VI – Conselho Fiscal. Artigo 22º.** A Companhia tem um Conselho Fiscal não permanente. Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal será constituído por 3 (três) membros titulares, eleitos pela Assembleia Geral. **Capítulo VII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros. Artigo 23º.** O exercício social da Companhia terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, findo o qual a administração fará elaborar as demonstrações financeiras do exercício, que serão auditadas por auditores independentes registrados na CVM, e as submeterá à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação do lucro do exercício. **Parágrafo 1º.** A Companhia levantará ainda, balanços semestrais, podendo aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços, respeitadas as limitações legais. **Parágrafo 2º.** A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá: (i) levantar balanços trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços; e (ii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral. **Parágrafo 3º.** A Companhia poderá, ainda, ad referendum da Assembleia Geral, pagar ou creditar juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado nesses balanços ou de lucros acumulados, devendo tais juros sobre capital próprio ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no Artigo 25º deste Estatuto Social. **Artigo 24º.** O lucro líquido apurado anualmente, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; e (b) o valor necessário para o pagamento dos dividendos previstos no Artigo 25º. **Artigo 25º.** A Companhia distribuirá, anualmente, como dividendo mínimo obrigatório, para as ações ordinárias, 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado, devidamente ajustado na forma da lei e deste Estatuto Social. **Artigo 26º.** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral. Se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, os dividendos atribuídos prescreverão em favor da Companhia. **Capítulo VIII – Liquidação. Artigo 27º.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, e o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. **Capítulo IX – Lei Aplicável e Resolução de Disputas. Artigo 28º.** Este Estatuto Social será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 29º.** Os casos omissos do presente Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a legislação vigente. **Artigo 30º.** A Companhia, seus acionistas, diretores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, em eventual Acordo de Acionistas, e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento da Companhia, por meio de arbitragem, conforme disposto neste capítulo. **Parágrafo Único.** O arbitragem deverá ser conduzida de acordo com a Lei Brasileira de Arbitragem (Lei nº 9.307/96), conforme alterada, e com as normas do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, o qual será responsável pela condução do procedimento arbitral. Caso o Regulamento Arbitral do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá contenha qualquer falta no procedimento, as disposições processuais da Lei nº 9.307/96, conforme alterada, e do Código Civil Brasileiro serão aplicáveis, nesta ordem. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 99.325/21-4 e NIRE 35.300.565.045 em 18/02/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Brasia III Properties Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 30.545.265/0001-36 – NIRE 35.300.516.826

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15.03.2023

Aos 15/03/2023, às 17hs, com totalidade. **Mesa:** Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretário: Luis Carlos Martins Ferreira. **Deliberações:** (I) O aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 27.866.281,40 (vinte e sete milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, duzentos e oitenta e um reais e quarenta centavos), por meio da emissão de 278.662.814 (duzentas e setenta e oito milhões, seiscentas e sessenta e duas mil, oitocentas e quatorze) novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,10 (dez centavos de real) cada, das quais: (a) 277.269.500 (duzentas e setenta e sete milhões, duzentas e sessenta e nove mil e quinhentas) são ações ordinárias; e (b) 1.393.314 (um milhão, trezentas e noventa e três mil, trezentas e quatorze) são ações preferenciais Classe A. (II) Desta maneira, o capital social da Companhia passa de R\$ 120.198.802,50 (cento e vinte milhões, cento e noventa e oito mil, oitocentos e dois reais e cinquenta centavos) para R\$ 148.065.083,90 (cento e quarenta e oito milhões, sessenta e cinco mil, oitenta e três reais e noventa centavos), dividido em 1.500.650.839 (um bilhão, quinhentas milhões, seiscentas e cinquenta mil, oitocentas e trinta e nove) ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 1.493.147.585 (um bilhão, quatrocentas e noventa e três milhões, cento e quarenta e sete mil, quinhentas e oitenta e cinco) são ações ordinárias; e (b) 7.503.254 (sete milhões, quinhentas e três mil, duzentas e cinquenta e quatro) são ações preferenciais Classe A. (III) As novas ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelos atuais acionistas da Companhia, conforme os boletins de subscrição anexos à presente Ata (Anexos I e II). Nada mais. JUCESP nº 132.314/23-0 em 31/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2023



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS